

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

TAIRINE FERREIRA PIMENTEL

**GÊNERO E RELIGIÃO: uma análise da mobilização da agenda de gênero por atores
religiosos em instituições ecumênicas**

Recife

2022

TAIRINE FERREIRA PIMENTEL

GÊNERO E RELIGIÃO: uma análise da mobilização da agenda de gênero por atores religiosos em instituições ecumênicas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito à obtenção do grau de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Mudança social.

Orientador: Prof. Dr. Joanildo Albuquerque Burity.

Recife

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

P644g Pimentel, Tairine Ferreira.
Gênero e religião : uma análise da mobilização da agenda de gênero por atores religiosos em instituições ecumênicas. / Tairine Ferreira Pimentel. – 2022.
127 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Joaílido Albuquerque Burity.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2022.
Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Identidade de gênero. 3. Movimento ecumênico – Organização. 4. Ativismo religioso. I. Burity, Joaílido Albuquerque (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-118)

TAIRINE FERREIRA PIMENTEL

**GÊNERO E RELIGIÃO: uma análise da mobilização da agenda de gênero por
atores religiosos em instituições ecumênicas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.
Área de concentração: Mudança social.

Aprovada em: 02 / 03 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Joanildo Albuquerque Burity (Presidente/Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Remo Mutzenberg (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Profa. Dra. Tatiane dos Santos Duarte (Examinadora Externa)
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

“Quero trazer à memória o que me pode dar esperança.” Em muitos momentos esse verso bíblico me acompanhou no decorrer do meu processo enquanto mestranda no Programa de Sociologia da UFPE. Poderia iniciar esse texto falando das dificuldades enfrentadas para cursar um mestrado, inicialmente sem bolsa e logo em seguida passar por uma pandemia mundial que trouxe vários desafios para enfrentarmos, seja de ordem pessoal e acadêmica. Bem, esta pesquisa é atravessada por todos esses processos, o que apresento nos próximos capítulos é uma versão parcial do que pude construir até aqui.

Quero explicitar minha gratidão aos meus familiares pelo apoio e incentivo traduzido em cuidado e afeto que me possibilitaram conseguir finalizar esta etapa da minha vida. Especialmente para Mainha, Painho e Tia Nida, pessoas que são fundamentais para mim. Minha prima/afilhada/amiga Michelle, que compartilho toda minha vida com ela. Obrigada a todos!

Ao meu orientador Joanildo Burity, por toda a ajuda, incentivo e apoio, bem como as sugestões e críticas dadas no decorrer do trabalho, as quais foram importantes na realização da pesquisa. Cada encontro com o professor Joanildo era uma aula na qual eu compreendia que precisava pesquisar e estudar mais sobre a temática que me propus estudar. Sua leveza na condução das orientações e no grupo de estudos com os/as orientados/as foram proveitosos no meu processo de aprendizagem. Obrigada por aceitar ser meu orientador desde a graduação.

Agradeço também a minha professora Solange Carvalho, que conheci nesse processo da escrita acadêmica em um curso oferecido pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), sobre Atualização da Língua Portuguesa. Sol é uma mulher incrível, inteligente e generosa, ela e seu irmão Mário são minhas inspirações. Meu amigo Mário, com 71 anos de idade, resolveu cursar Filosofia. Ele é para mim fonte de inspiração e busca pela Sofia (conhecimento), obrigada. Com Solange eu conheci Janaína, Shirleide, Jefferson, Amanda, pessoas que quero cultivar na minha vida, vocês são importantes para mim e, em nossa prática concreta de amizade, vivenciamos de forma visceral os sentimentos mais legítimos da humanidade. Gratidão!

Agradeço à psicóloga Taína Vasconcelos, que nesse meu processo de autoconhecimento tem me auxiliado a desbravar o que sozinha eu não consigo enxergar. Tem encontro que é difícil, mas necessário. Ainda bem que há profissionais como Taína, passar

pela escrita acadêmica sem acompanhamento psicológico é uma ponte para a loucura. Infelizmente, dentro da realidade de muitos estudantes de Pós-Graduação não existe esse acompanhamento e o que se percebe como consequência é uma categoria de pesquisadores/as cada vez mais com a saúde mental precarizada. Obrigada!

Agradeço também as organizações estudadas por disponibilizar-se em contribuir com a pesquisa, o campo empírico mostrou-me o quanto a dinâmica de trabalho intenso dentro dessas organizações são raras e ceder alguns momentos custava não fazer outras tarefas. Obrigada!

Agradeço aos professores, técnicos e colegas de turma do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, pelas trocas que foram importantes nesse meu processo.

Agradeço a Débora Priscila, pelos incentivos e companheirismo nesse processo acadêmico, em muitos momentos quando estava triste ela procurava levantar meu astral chamando-me para praticar exercícios, comer e rolês aleatórios onde eu esquecia momentaneamente que existia uma dissertação a ser feita. Obrigada!

Agradeço a Amana pelo incentivo no processo da escrita acadêmica, pela disponibilidade de escuta e otimismo que a mesma mostrava-se quando falava da Dissertação. Obrigada!

Deveria agradecer à agência de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por ter custeado 1 ano de bolsa de mestrado, mas não irei agradecer. Infelizmente a pesquisa no Brasil é tratada como uma atividade marginal, ou seja, às margens do desalento. Terminar a dissertação é motivo de alegria, no entanto, um misto de sentimentos vem à tona, pois as agências de fomento à pesquisa no país ainda não entende que a Pós-Graduação é um trabalho árduo, com isso não garante uma bolsa digna para os alunos e alunas financiar minimamente as questões trabalhistas nem reconhece nossa atividade como trabalho. À Capes eu só posso dizer: MELHORE!

— Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia.

... Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido. (MARIA DE JESUS, 2014, p. 33).

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o surgimento do debate de gênero dentro das organizações ecumênicas brasileiras. Seu foco principal é realizar uma pesquisa comparada entre três instituições que integram o movimento ecumênico no Brasil: a Fundação Luterana de Diaconia (Rio Grande do Sul), a Diaconia (Recife) e a Koinonia (Rio de Janeiro), atuantes na Sociedade Civil na garantia dos direitos da população em estado de vulnerabilidade social. Por meio delas, buscou-se analisar o surgimento da agenda de gênero dentro das suas ações institucionais, a fim de analisar o papel do movimento ecumênico na ampliação dos debates em torno de gênero na atualidade, em contextos religiosos. Assim, dentro desse universo, pretendeu-se, primeiramente, identificar as atividades de formação das três instituições no que se refere ao debate em torno da noção de gênero; em seguida, investigou como a compreensão sobre a temática de gênero se apresenta mediante os discursos institucionais — oral e documental — de seus representantes; e, por último, analisou as contribuições dessas instituições para a equidade de gênero dentro do campo religioso.

Palavras-chave: gênero; organizações ecumênicas; ativismo religioso.

ABSTRACT

This study aims to analyze the emergence of the gender debate within Brazilian ecumenical organizations. Its main focus is to carry out a comparative research between three institutions that integrate the ecumenical movement in Brazil: the Lutheran Foundation of Diaconia (Rio Grande do Sul), Diaconia (Recife) and Koinonia (Rio de Janeiro), active in Civil Society in guaranteeing the rights of the population in a state of social vulnerability. Through them, we sought to analyze the emergence of the gender agenda within its institutional actions, in order to analyze the role of the ecumenical movement in the expansion of debates around gender today, in religious contexts. Thus, within this universe, it was intended, first, to identify the training activities of the three institutions with regard to the debate around the notion of gender”; then, it investigated how the understanding of the gender theme is presented through the institutional discourses — oral and documentary — of its representatives; and, finally, it analyzed the contributions of these institutions to gender equity within the religious field.

Keywords: gender; ecumenical organizations; religious activism.

LISTA DE SIGLAS

CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CEB	Confederação Evangélica do Brasil
CEI	Centro Ecumênico de Informação
JUC	Juventude Universitária Católica
JOC	Juventude Operária Católica
FUMEC	Federación Universal De Movimientos Estudiantiles Cristianos
UCEB	União Dos Estudantes Cristãos Do Brasil
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CESEEP	Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular
CAFOD	Catholic Agency for Overseas Development
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
FLD	Fundação Luterana de Diaconia
ONU	Organizações das Nações Unidas
FBO	Faith-based Organizations
OEA	Organização dos Estados Americanos
REJU	Rede Ecumênica de Juventude
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	GÊNERO E RELIGIÃO: ORGANIZAÇÕES ECUMÊNICAS E DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL.....	17
2.1	GÊNERO E RELIGIÃO NO BRASIL.....	17
2.2	DEBATE ACADÊMICO SOBRE GÊNERO E ECUMENISMO E ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS.....	24
3	ENFOQUE ANALÍTICO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS.....	34
3.1	MARCO TEÓRICO ORIENTADO PELO PROBLEMA.....	34
3.2	PERSPECTIVAS ANALÍTICAS SOBRE GÊNERO E RELIGIÃO.....	35
3.3	ATIVISMO DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS NÃO GOVERNAMENTAIS.....	37
3.4	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	45
4	O ECUMENISMO BRASILEIRO E O ATIVISMO DAS ORGANIZAÇÕES ECUMÊNICAS DO BRASIL.....	48
4.1	MOVIMENTO ECUMENISMO NO BRASIL.....	48
4.2	DIACONIA.....	61
4.3	KOINONIA – PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO.....	64
4.4	FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA.....	70
4.5	A INSERÇÃO DO DEBATE DE GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA E O IMPACTO NAS ORGANIZAÇÕES ECUMÊNICAS E DA SOCIEDADE CIVIL.....	72
5	O SURGIMENTO DO DEBATE DE GÊNERO EM ORGANIZAÇÕES ECUMÊNICAS.....	78
5.1	DÉCADAS ECUMÊNICAS DE SOLIDARIEDADE COM AS MULHERES.....	78
5.2	A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE GÊNERO NA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DAS ORGANIZAÇÕES.....	81
5.3	POLÍTICA DE JUSTIÇA DE GÊNERO DAS ORGANIZAÇÕES ECUMÊNICAS.....	90
5.4	O DEBATE DE GÊNERO NAS REFLEXÕES INTERNAS E AÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES.....	96
5.5	O IMPACTO DA AGENDA DE GÊNERO EM DIACONIA, KOINONIA E FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA.....	102
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
	REFERÊNCIAS.....	113

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o debate de gênero recebeu atenção local e transnacional nas políticas públicas dos estados, relações intergovernamentais e agenda das agências internacionais que atuam no campo das parcerias e desenvolvimento social. Um exemplo de uma instituição multilateral em nível internacional é a Organização das Nações Unidas/ONU que, desde a década de 1990, tem fomentado o debate sobre gênero por meio de comissões específicas de trabalho responsáveis em promover estudos e pesquisas a fim analisar as desigualdades de gênero na sociedade global.

A partir do empenho político em assumir gênero como compromisso para atenuar as desigualdades entre os gêneros, esse debate tem refletido nos estados nacionais signatários das resoluções e pactos firmados no ambiente da ONU e influenciado programas setorializados para desenvolver a temática por meio de políticas públicas e programas governamentais, tais como campanhas contra violência doméstica, inclusão de mulheres no mercado de trabalho, etc.

O contexto da inserção do debate de gênero nas políticas internacionais, nos anos de 1990, conseqüentemente combinou com o processo de reestruturação do Estado brasileiro, que, após o processo da ditadura civil militar no país, atendia aos anseios dos movimentos sociais que exigiam uma maior descentralização do Estado, a fim de poder participar das decisões na arena pública.

Nos anos 1980, a temática da participação social era uma exigência na agenda das elites políticas, na década posterior a obtenção de espaços institucionais como interlocução para intervir nas decisões foi garantida por causa do contexto social de abertura política da sociedade brasileira (BURITY, 1994; GOHN, 1997).

Nesse aspecto, nos anos 1990, o Estado brasileiro passou a “terceirizar” os serviços sociais por meio da descentralização das suas ações, particularmente via o discurso das parcerias. Nesse período de forte influência neoliberal, os governos criaram chamadas públicas com editais estabelecidos para que a sociedade civil, por meio das regras estabelecidas, conseguisse acessar recursos para desenvolver determinadas atividades por meio das parcerias com o setor público (entidades de utilidade pública, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público, fundações privadas, etc).

No Brasil, a ressonância dessas temáticas atingiu os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil, quando se percebe que desde a década de 1980, a temática de gênero tem sido manifesta na sociedade brasileira a partir de um crescente cenário nacional de

grupos de mulheres e movimentos feministas organizados, além de coletivos profissionais especializados na temática de gênero, tais como as organizações SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia, Centro Feminista de Estudos e Assessoria –CFEMEA, Casa da Mulher do Nordeste, entre tantas outras que se tornaram referência no ativismo feminista no país (BUARQUE et al, 2002; ALVAREZ, 2014).

Dentro do campo religioso minoritário o debate de gênero não foi passado despercebido, ainda que o processo da sua recepção em alguns de seus setores, como, por exemplo, no movimento ecumênico brasileiro tenha sido introduzido com muitas resistências e tensionamentos (DUARTE, 2018). Um projeto pioneiro no fomento ao debate de gênero dentro do movimento ecumênico no país foi a constituição das Décadas Ecumênicas de Solidariedade das Igrejas com as Mulheres, ocorrida na sua primeira versão entre 1988 a 1998 e segunda versão entre 1999 a 2008, advém da agenda do CMI sendo organizada pelo CONIC e executada em parceria com outros organismos ecumênicos.

Essa introdução da temática de gênero a partir da experiência mobilizadora que foi essas Décadas possibilitou criar um cenário no qual surgiu uma discussão sobre as várias formas de violência que as mulheres, principalmente religiosas, sofrem no seu cotidiano. A partir desse marco temporal, presenciou-se um cenário de criação de coletivos de mulheres religiosas progressivo no país, reivindicando e denunciando as várias formas de violências religiosas estruturais que ainda hoje permanecem dentro das religiões (VIEIRA, 2019; BARCELOS, 2018). Segundo Philippsen (2017), a Década Ecumênica de Solidariedade das Igrejas influenciou na criação de espaços de diálogo e incidência pública na temática de gênero em outros espaços religiosos, como pode-se perceber com a criação do Fórum de Reflexão da Mulher Luterana em 1990.

Contemporaneamente, dentro do campo religioso minoritário, alguns coletivos e organizações da sociedade civil têm fomentado a incidência pública e tensões nas instituições a fim de atingir a Igualdade de Gênero. Vejamos algumas organizações: Coletivo Vozes Marias, cujas membras são mulheres evangélicas das mais variadas tradições cristã, as Evangélicas pela Igualdade de Gênero, Fórum Permanente de Mulheres Negras Cristãs, Fórum de Mulheres Cristãs e Católicas pelo Direito de Decidir.

E também algumas igrejas. Dois anos atrás, a Secretaria Geral da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) e o Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento (SADD)

lançaram o site¹ “**Empodere sua Irmã**” como forma de reafirmar o compromisso institucional da Igreja em decorrência da visibilização e denúncia da violência doméstica que muitas vezes ocorrem dentro dos lares religiosos. Ou seja, o campo ecumênico, ainda que apresente resistências e tensionamentos na assimilação da temática de gênero, é um espaço onde a temática pôde encontrar espaço para florescer.

As pesquisas científicas que envolvem gênero e religião são importantes para analisar a complexa realidade que permeia esses dois campos. Por um lado, temos uma crítica do feminismo à religião, feministas colocam-se criticamente frente às religiões, compreendendo-as como espaços por excelência da opressão das mulheres, do outro lado é precisamente no campo científico que o feminismo continua avançando na sua agenda, permitindo construir análises abordando outras intersecções. No cenário internacional, o esforço das pesquisadoras, principalmente estadunidenses, em aproximar teoricamente os dois campos não é recente. Contudo, no Brasil, ainda se entusiasma para sair da condição de desconhecidas pela grande teoria ou de *outsiders* (NUNES, 2017).

Na literatura nacional sobre Gênero e Religião no Brasil, encontra-se pesquisas focalizadas em investigar a religião enquanto sistema institucional, suas relações voltadas às questões relacionadas à família, sexualidade, representação feminina nas mídias ligadas às igrejas, mulheres religiosas, inserção das candidatas religiosas nas eleições e aborto nos grupos carismáticos, pentecostais, neopentecostais e protestantes, além de outras temáticas (MACHADO, 1994; 1995; 2013; 1996; 1997; 1999; NUNES, 2001; DUARTE, 2018).

Essas pesquisas apontam, muitas vezes, as relações institucionais das relações das entidades religiosas ao lidar com a questão da temática de gênero, ou seja, o lugar da mulher dentro da hierarquia, o que se percebeu é uma forte presença de matriz cristã nessas pesquisas. Essas pesquisas são caracterizadas por uma multiplicidade de áreas temáticas, tais como Sociologia, Teologia, História, Ciência da Religião e Ciências Sociais.

Desde os anos de 1990, essas investigações têm representado uma produção nacional e contribuído para consolidar um campo de análise (NUNES, 1994; 1997; 2006; 2008; 2015; MACHADO, 1999; 2002). Estudos voltados às relações dos direitos sexuais e reprodutivos entre as mulheres religiosas, incluindo frequentemente o campo pentecostal e as Comunidades Eclesiais de Base e Carismáticas², a pobreza entre as classes populares, são tendências

¹<https://www.empoderesuairma.com/>

² Ribeiro e Luçan destacam que mesmo as comunidades eclesiais estando preocupadas com a questão do pobre e oprimido, a temática de gênero só conseguiu ganhar visibilidade na dinâmica nacional no Encontro

predominantes naquela década (MACHADO; MARIZ, 1997; 2006; 2008; MARIZ, 2009; MACHADO, 1994; 1997; RIBEIRO; LUÇAN, 1997).

Também há outras linhas de pesquisas que representam os anos 2000 até 2020, tais como pluralismo religioso em famílias populares, gênero abrangendo os grupos Pentecostais e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), investigações e publicações de artigos em revistas científicas que giram em diversas preocupações, trazendo assuntos desde uma perspectiva de abordagem da revisão da literatura a pesquisas empíricas, violência de doméstica, políticas públicas, pesquisas teóricas, AIDS e Religião, trânsito religioso, Política e Religião, "Ideologia de Gênero", mulheres evangélicas e política, ativismo de mulheres evangélicas, família, além de uma expressiva atuação nas áreas de saúde e populações urbanas (COUTO, 2001; SOUZA, 2007; 2008; 2012; 2013; 2013; 2014; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2018; 2020; CAVALCANTE, 2010).

No entanto, as pesquisas desenvolvidas não retrataram devidamente o campo de gênero e ecumenismo nas pesquisas acadêmicas, justamente pelo fato das investigações sobre Religião no Brasil estarem focadas em grupos religiosos hegemônicos. Criando-se assim uma dificuldade de investigar academicamente esses grupos, suas ações na esfera da sociedade civil latinoamericana e, em particular suas contribuições para a consolidação do sistema democrático. Embora os grupos religiosos minoritários ainda sejam escassos dentro da produção acadêmica nacional, desde 2016, tem crescido o interesse por esses setores compreendidos como cristãos progressistas, esquerda evangélica, etc (VER VITAL CUNHA, ALMEIDA, CARRANZA).

Dentro da literatura brasileira apenas uma pesquisa mais relacionada diretamente com essa pesquisa foi encontrada, cujo interesse da pesquisadora é analisar como as mulheres ecumênicas incidem na construção pelos direitos civis e religiosos, na busca de reconhecimento da ordenação feminina e igualdade de gênero dentro da hierarquia das igrejas, ou seja, como as mulheres ecumênicas conseguem ultrapassar sua condição de desigualdade e invisibilidade dentro do movimento ecumênico que é minoritário (DUARTE, 2018).

As três organizações aqui pesquisadas, Diaconia, Koinonia e Fundação Luterana de Diaconia, enquanto organizações da sociedade civil, encontraram espaços para acessar recursos públicos via editais orientados a temas e serviços sociais, tais como pobreza, gênero, proteção ambiental, mudança climática, populações tradicionais, combate ao racismo

Intereclesial de CEBs em Santa Maria - RS, em 1992. Ou seja, 23 anos após o primeiro encontro das CEBs, realizado em 1975.

e à intolerância religiosa.

Em virtude dos aspectos abordados, entendendo que neste nível o objetivo ainda se coloca de modo muito abrangente, para isto identifiquei uma questão que ao longo deste trabalho será respondida, a saber: **Como o debate de gênero surgiu no movimento ecumênico brasileiro recente e como se manifesta em organizações ecumênicas de ativismo social?** Este trabalho investiga essa questão em três organizações ecumênicas brasileiras já mencionadas.

Esta pesquisa poderá somar-se na compreensão acadêmica sobre as dinâmicas e impasses que os grupos religiosos minoritários exercem na construção da democracia no país, além de qualificar o debate das incidências das religiões na esfera da sociedade civil brasileira. Do mesmo modo, pode contribuir na qualificação do debate público sobre o entendimento da atuação dessas organizações ecumênicas na esfera pública, ao fomentar novas discussões que poderão converter-se em formulações de políticas públicas nas áreas de provisão social.

Uma vez que essas organizações estão interligadas entre os temas de gênero, juventude, identidade étnico-racial e religião, no enfrentamento dos problemas relacionados aos campos da saúde, meio ambiente e defesa social, sensibilizando gestores e técnicos governamentais para a importância de sua agenda e mobilizando a experiência das redes ecumênicas de serviço e ativismo social para contribuir para transformações que tragam mais igualdade e bem-estar aos setores sociais priorizados pelas entidades estudadas. Mas que suas ações são invisibilizadas justamente por causa da relação de miopia social na sociedade brasileira em relação ao entendimento sobre Religião Pública.

Neste sentido, o estudo encontra-se estruturado em quatro grandes seções fora esta introdução e a conclusão. Na primeira seção, buscou-se, de forma geral, realizar uma análise da literatura sobre a produção de gênero e religião no Brasil, gênero e organizações ecumênicas ou da sociedade civil, identificando as principais tendências que compõem este debate, suas considerações e contribuições. Em um segundo momento, buscou-se mostrar o estado das produções sobre gênero e ecumenismo no Brasil, o que nos evidenciou uma lacuna no contexto nacional em vista que o que foi desenvolvido até o momento está ligado à questão das identidades e invisibilidades das mulheres dentro do espaço ecumênico.

Na segunda seção, procuramos apresentar nossa proposta de abordagem teórica de forma que articulam gênero e religião e ativismo religioso dentro da esfera pública, para lançar luz aos objetivos específicos da pesquisa. Para isso, foram delineadas as perspectivas

teóricas que foram possíveis para construir um marco analítico razoável, aqui compreendida como orientada pelo problema.

Na terceira seção, fizemos uma breve reconstituição histórica do ecumenismo brasileiro e situamos aí a emergência e trajetória geral de cada uma das organizações ecumênicas estudadas. Procuramos indicar a localização específica dessas organizações em relação às estruturas eclesiais protestantes e evangélicas brasileiras, bem como sua trajetória recente de participação em redes de atores religiosos e não-religiosos, em escala nacional e transnacional. Utilizamos nessa reconstituição parte da pesquisa documental e das entrevistas, mas também uma literatura acadêmica sobre o campo do ativismo ecumênico no Brasil, ou sobre cada uma das organizações aqui pesquisadas.

No capítulo quatro, apresentamos e discutimos os dados específicos sobre como o tema e a agenda contemporânea de gênero impactaram a identidade, dinâmica interna e formas de atuação das entidades pesquisadas. Exploramos dados da pesquisa documental e das entrevistas especificamente ligados à questão de gênero, utilizando uma abordagem qualitativa de análise, centrada na análise do discurso – que ajuda a ressaltar a construção simbólica do tema, bem como as conexões, disputas e mobilizações que deixaram suas marcas no discurso oficial das organizações. Assim, pode-se evidenciar melhor as disputas por sentido, a trama de relações entre atores e suas pautas, a contingência das articulações produzidas.

Por fim, nas considerações finais, sacamos algumas implicações e conclusões do percurso realizado para a questão e os objetivos de pesquisa definidos.

2 GÊNERO E RELIGIÃO: ORGANIZAÇÕES ECUMÊNICAS E DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

Os estudos de religião no Brasil, ao longo da sua trajetória, têm sido consolidados a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Assim, não seria possível situá-los dentro de uma única área específica, como a sociologia. Em vista de que seu percurso demonstra uma construção realizada por muitas mãos, não seria apropriado enquadrar essa literatura em uma caixinha específica, o que impediria de evidenciar tamanha riqueza dessa literatura, que cresce a cada dia na produção científica do país. Áreas como Teologia, Ciências da Religião, Sociologia, Psicologia, História e Antropologia são relevantes, ou seja, quando estudamos religião no Brasil, estamos pensando em ciências sociais da religião (BURITY, 2020; PIERUCCI, 1999).

As pesquisas de Gênero e Religião no Brasil, desde a década de 1980, têm conseguido espaço nas investigações acadêmicas. No entanto, ao analisar esses estudos percebemos uma forte presença de matriz cristã com interface de gênero, como veremos a seguir. Uma das marcas visíveis dessa produção de conhecimento é a multidisciplinaridade que também foi construída nessas literaturas, seguindo o exemplo anteriormente mencionado nas investigações de religião.

Diante desse quadro, o objetivo deste capítulo será realizar uma análise da literatura sobre Gênero e Religião no Brasil, Gênero e Organizações Baseadas na Fé ou da Sociedade Civil, destacando as principais tendências que compõem o debate em nível nacional e internacional, apontando suas contribuições e lacunas.

2.1 GÊNERO E RELIGIÃO NO BRASIL

Nas últimas décadas, pode-se analisar uma transformação substancial nas dinâmicas internas das religiões no Brasil, sua participação e influência nas decisões públicas referentes à elaboração de políticas públicas para setores sociais específicos. Se nos anos de 1970 e 1980, os/as pesquisadores/as da religião empenharam-se em analisar a influência do catolicismo na sociedade brasileira, especialmente a participação que os grupos populares motivados pela Teologia da Libertação tiveram na América Latina (RODRIGUES, 1997), a partir dos anos de 1990, outras configurações e atores religiosos entraram em cena para disputar o campo social e as pesquisas acadêmicas. É nesse período que se situa literaturas

especializadas em analisar a dinâmica interna e ativismo desses grupos que estão inseridos dentro da tradição cristã, como a Renovação Carismática Católica (CARRANZA, 1998), o movimento pentecostal e variações do pentecostalismo (MACHADO, 1994; 1995; 1996).

Em relação aos estudos que problematizam a temática de Gênero e Religião, acha-se uma literatura nacional cujo interesse está voltado para analisar questões relacionadas à família, sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos, representação feminina nas mídias ligadas às igrejas, inserção das candidatas religiosas nas eleições e aborto nos grupos carismáticos, pentecostais, neopentecostais e protestantes, e principalmente em perspectivas relacionada as identidades femininas em torno de representações religiosas, como é o caso do debate em torno da representação simbólica de Maria, além de outras temáticas que o percurso da escrita serão mobilizadas para o debate que estamos querendo realizar (MACHADO, 1994; 1995; 2013; 1996; 1997; 1999; NUNES, 2001; DUARTE, 2018).

Neste debate sobre as identidades femininas, temos uma literatura progressiva dentro do campo teológico e sociológico em torno do debate sobre Mariologia que se traduz em um campo discursivo em disputa de sentidos e adesões. Duas principais vertentes que caminha esse debate gira em torno da Mariologia tradicional e Mariologia Feminista, ou seja, uma em contraposição à outra.

Na mariologia tradicional, tendência de debate que aponta para construção das formas que a instituição da Igreja Católica Apostólica Romana –ICAR, construiu na América Latina sua forma de interpretar a identidade feminina é fundamentada em um modelo de uma antropologia androcêntrica, dualista e unidimensional, no qual é herdeira do pensamento filosófico do idealismo platônico influenciou a teologia construída dentro da instituição como forma de legitimar a cristologia, ou seja, a representação teológica da figura de Jesus (GEBARA ET AL, 1987).

Para Gebara (1987), esse pensamento filosófico que fundamenta a teologia androcêntrica resulta em várias consequências nas relações sociais, pois ao separar em dois mundos, do qual um deles é inalcançável (utópico), este mundo “ideal ou projetado” é inacessível a realidade humana material e é a partir dessa matriz filosófica que é construída a imagem da mulher dentro do catolicismo tendo a representatividade da “Virgem Maria” como modelo “magnífico” a ser seguido por todas as mulheres.

Em outras palavras, o pensamento mariológico é uma construção social dentro do âmbito religioso com a finalidade de legitimar o culto ao “Deus-Pai”, como afirma Gebara, por essa razão o culto à Maria é crucial dentro do catolicismo, pois ao relacionar a virgindade

de Maria no controle da sexualidade das mulheres religiosas, ou seja, cria-se um mecanismo de disciplinamento dos corpos a fim de disciplinar os modelos possíveis de comportamentos sexuais estabelecidos pela instituição.

É essencial porque é por meio dele que de maneira dualista a Igreja Católica consegue legitimar sua estrutura hierárquica e desigual nas relações de gênero. Pois, ao afirmar o caráter angelical da mulher, torna-se impossibilitada de questionar a realidade social de exclusão que muitas mulheres estão inseridas, seus direitos sexuais reprodutivos e autonomia dos seus corpos na América Latina (VUOLA, 2001; 2006). Deste modo, a instituição exerce o poder de mobilização na região, inclusive, ao fomentar a partir de um “ecumenismo patriarcal”³ um ativismo religioso conservador no qual é antagônico ao movimento feminista e comunidade LGBTQIA+, assim:

O papel dominante da Igreja Católica é uma das razões pelas quais podemos fazer algumas generalizações sobre a região, esta igreja é a única instituição importante que sobreviveu desde os tempos da conquista. Mais ainda, apesar de ter perdido seu poder colonial, ela é uma instituição marginal na América Latina e o Caribe. O poder da Igreja Católica está relacionado com as formas tradicionais de interação das elites. Em alguns países, os católicos conservadores e elites politicamente poderosas estão formando novas alianças entre Igreja e Estado, apesar da separação jurídica entre os dois. **Na América Latina e no Caribe, a Igreja Católica é a instituição social e política decisiva que traça as políticas populacionais e valores sobre a família, sexualidade e mulher, e neste, em geral, sua o ensino é patriarcal e sexista** (VUOLA, 2006, p.16-17).

Ao se desvincular com essa perspectiva antropológica idealista, na qual Maria é compreendida nos seus atributos para além da imagem da mulher-humana e, conseqüentemente um modelo inalcançável, Gebara propõem-se a elaborar uma teologia marial que seja possível questionar criticamente o conceito de mariologia tradicional. Ou seja, o empreendimento filosófico da autora é construir uma hermenêutica feminista a partir da imagem de Maria, a fim de pensar teologicamente e socialmente as mulheres pobres da América Latina (GEBARA et al, 1987).

Por outro modo, temos a mariologia feminista, cuja sustentação discursiva é a partir da Teologia Feminista. Como já foi demonstrado no último tópico, o culto marial é um símbolo importante nas sociedades latinoamericanas e não diz respeito apenas ao catolicismo. No

³ Esse conceito tem sido utilizado por Eliana Vuola, Maria das Dores Campos Machado, Maria José Rosado-Nunes e Juan Marco Vaggione.

Brasil em especial, encontra-se uma devoção popular à Maria⁴, cuja força religiosa e política retrata a representação das mulheres que precisam enfrentar as ausências das políticas públicas por parte do Estado e que em muitas vezes é permeado por discursos sexistas e religiosos que perpetuam as desigualdades de gênero no espaço público.

A dimensão do discurso simbólico em torno da imagem de Maria traz para as pesquisas de gênero importantes reflexões para incorporação da questão religiosa vivenciada pelas mulheres, assim como os estudos sobre religião ao incorporar o debate de gênero como intersecção, possibilitando complexificar cada vez mais as pesquisas desenvolvidas na área. Do ponto de vista analítico de gênero, para algumas teorias as religiões, especialmente a matriz cristã, são espaços de reprodução do patriarcado e sexismo, cuja manutenção é manter as mulheres subordinadas (VUOLA, 2006; 2012; 2016).

Segundo Vuola (2019), a imagem de Maria no meio popular não foi devidamente compreendida pelo movimento feminista e as críticas do mesmo às mulheres religiosas que assimilam as ideias do movimento feminista, mas que não abandonam sua fé ou religiosidade devem ser analisadas e interpretadas a partir das pesquisas empíricas em torno da representatividade simbólica e a vida das mulheres.

Para autora, a assimilação e força política da imagem de Maria no meio das comunidades e mulheres latinoamericanas foram possíveis a partir do processo de sincretismo religioso, onde o culto marial europeu transfigurou-se em um processo de aculturação dos cultos dos povos indígenas da América, isto é, cultos ancestrais pré-colombianos onde as deidades tinha um equilíbrio. Ou seja, os colonizadores espanhóis e portugueses perceberam o símbolo de Maria como possibilidade de obter sucesso na dominação dos povos que aqui viviam. Ela afirma:

A Virgem Maria é um símbolo nacional e militar para estados-nação independentes praticamente em toda a América moderna. Desde os tempos das guerras pela independência, também serviu como um símbolo de revolução ou rebelião. Isto é importante enfatizar aqui o uso que é feito dela como um símbolo, pois, nem a militante nem a militar Maria, têm muito a ver com a histórica Maria de Nazaré. Devido ao papel tradicional de Maria como mediadora entre Deus e a humanidade, este papel, em um contexto militar ou político, recebe notícias com anotações: é como se transmitisse ordens diretamente do próprio Deus. Em muitas batalhas, Maria era a única mulher presente - já esteve entre os zapatistas da revolução mexicana ou da rebelião indígena dos anos noventa, ou nos movimentos de guerrilha ou na exércitos nacionais repressivos ou em severos ditames militares (VUOLA, 2001, p 159-160).

⁴ Sobre essa temática, ver o filme produzido pelas diretoras Joana Mariani e Letícia Giffoni “*Marias -A fé no feminino*”.

Muitas mulheres religiosas encontram nas suas crenças símbolos de representatividades e incentivos que fazem com que elas se articulem no mundo social para lutar contra as formas de opressões impostas pelas mesmas pelo discurso religioso institucional que é constituído pela desigualdade de gênero. Algumas autoras aqui mobilizadas do campo dos estudos de gênero e religião colocam que um dos grandes desafios de quem pesquisa essa área é responder a pergunta: a religião é opressora para as mulheres ou não? Para Vuola (2019) e Woodhead (2002), o espaço religioso pode ajudar no processo de sociabilidade política das mulheres.

Essa literatura mariológica construída na América Latina aponta uma tendência de debate na qual as pesquisadoras que buscam realizar essa aproximação dos campos de Gênero e Religião precisaram enfrentar. Observa-se as pesquisas sobre religiões, marcadas por uma diversidade discursiva ao relacionarem-se com a temática de gênero⁵. Nessa área, predominam vertentes de pesquisas que centralizam-se na observação do patriarcalismo, desigualdade de gênero nas igrejas e direitos sexuais e reprodutivos (MACHADO, 1999; 2002). As pesquisas realizadas desde os anos de 1990 têm representado uma produção nacional e contribuído para consolidar um campo de análise.

Estudos voltados às relações dos direitos sexuais e reprodutivos entre as mulheres religiosas, incluindo frequentemente o campo pentecostal e as Comunidades Eclesiais de Base e Carismáticas⁶, a pobreza entre as classes populares, são tendências predominantes naquela década (MACHADO; MARIZ, 1997; 2006; 2008; MARIZ, 2009; MACHADO, 1994; 1997; RIBEIRO; LUÇAN, 1997).

Em torno da literatura sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos em que as pesquisas acadêmicas e os movimentos feministas precisaram enfrentar oposição ao discurso institucional hegemônico construído a partir da mariologia tradicional que busca criar a

⁵ Do ponto de vista empírico, localizaram-se no cenário social brasileiro diversos grupos da tradição cristã que estão alinhados dentro do campo minoritário e que incidem na esfera pública contra o avanço do conservadorismo nos seus espaços de fé e que, no seu cotidiano, estão engajados na militância social por direitos, embora as pesquisas acadêmicas mantenham esses grupos na condição de invisibilizados. Nos governos de Lula e Dilma Rousseff, por meio da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (e espaços equivalentes na estrutura da administração federal, ao longo do período), essas organizações, Diaconia, Koinonia e Fundação Luterana de Diaconia, em parceria com o governo brasileiro contribuíram na criação de uma cartilha sobre diversidade religiosa e direitos humanos. Esta cartilha foi produzida em 2004. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_sedh_diversidade_religiosa.pdf

⁶ Ribeiro e Luçan destacam que mesmo as comunidades eclesiais estando preocupadas com a questão do pobre e oprimido, a temática de gênero só conseguiu ganhar visibilidade na dinâmica nacional no Encontro Intereclesial de CEBs em Santa Maria-RS, em 1992. Ou seja, 23 anos após o primeiro encontro das CEBs, realizado em 1975.

imagem feminina dentro da religião (CORRÊA, 1996; NUNES, 2008; 2012; 2015; 2019; TOLDY, 2016).

Segundo Nunes (2008), a concepção católica sobre a mulher permanece a mesma dos séculos passados e diferencia-se drasticamente da concepção elaborada pelas mulheres, em especial pelos movimentos feministas e as pesquisas acadêmicas em torno do gênero das últimas décadas. As demandas colocadas pelos movimentos feministas e teorias de gênero causam conflitos em relação às concepções dogmáticas da instituição religiosa em torno da maternidade, direitos sexuais e reprodutivos. Localiza-se em torno da agenda dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos no Brasil e América Latina, uma disputa política em torno do conceito de gênero associada a diversos atores religiosos que suscitam várias discursividades em torno da agenda de gênero e o controle da sexualidade (BIROLI et al, 2020; LACERDA, 2018). Em reação ao conceito de gênero que ganhava proporcionalidade internacional nos documentos oficiais das agências internacionais a fim de alcançar a Igualdade de Gênero entre homens e mulheres a Igreja Católica nos anos de 1980, por meio do Papa Karol Wojtyla (Papa João Paulo II) lançou a Teologia do Corpo, documento que o Vaticano estabeleceu no formato de 135 reflexões, cujo valor moral era para reafirmava a “natureza humana”, que nesta concepção religiosa é compreendida de forma unitária.

Como afirma Biroli et al:

O neoconservadorismo pode, assim, ser analisado como uma lógica normativa e disciplinadora interiorizada pelos sujeitos contemporâneos, conformando-os ao “princípio universal da concorrência”. Vai além de um projeto defensivo ou de uma tentativa de obter representação do Estado, consolidando-se como um modelo de governança e cidadania. Um dos aspectos mais importantes da aliança entre neoliberais e conservadores, que engloba o neoconservadorismo, é que eles convergem em uma narrativa de crise que tem como lócus a família. A presença mais intensa das mulheres no mercado de trabalho remunerado na segunda metade do século XX é vista como fator desestabilizante do casamento e da boa criação dos filhos (BIROLI et al, 2020, p. 26).

Assim, a aliança transnacional conservadora em torno do conceito de gênero que Nunes aponta em sua mais recente pesquisa: *“Feminismo e Religião: uma análise do pensamento do Papa Francisco sobre a “Ideologia de Gênero”*⁷, coloca o que muitos pesquisadores têm analisado no contexto latinoamericano em relação às disputas discursivas

⁷Maria Rosado-Nunes ainda não sistematizou os resultados da pesquisa, no entanto, foi apresentado no Seminário online que aconteceu no mês de março de 2021 e pode ser encontrado no youtube pelo seguinte título: “Seminário Internacional: catolicismos, direitas cristãs e ideologia de gênero na América Latina” Link: <https://www.youtube.com/watch?v=m0fG3Wbh1Dk&t=1079s>

em torno do conceito de Gênero. A categoria nativa criada pelos atores conservadores “ideologia de gênero” tem sido utilizada para desacreditar os estudos acadêmicos desse campo de pesquisa, que estão baseados em uma concepção plural, ao invés de uma concepção de masculinidade e feminilidade histórica e cultura que não possibilitam mudanças. O que afirma a pesquisadora:

Para fins deste artigo, tomou-se então, essa manifestação pública do cardeal para buscar compreender as razões pelas quais o gênero é tratado como uma “ideologia” incômoda para grupos conservadores, religiosos ou não, e, em particular, para a Igreja Católica. O texto em questão pode servir como uma espécie de paradigma, condensando os argumentos que expressam a lógica institucional no tratamento de duas questões cruciais para ela: a sexualidade e a concepção de natureza humana. Antes, porém, de analisar essa problemática no discurso eclesial, convém interrogar como o “gênero” no discurso da igreja aparece como “ideologia de gênero”, merecendo explícito repúdio. O cardeal Angelo Bagnasco, Arcebispo de Gênova e presidente da Conferência Episcopal Italiana, utiliza a expressão “ditadura do gênero” e convida os pais a rebelar-se contra ela (ROSADO-NUNES, 2015, p.1244-1245).

Segundo Nunes (1997), a luta realizada por grupos feministas no Brasil, em prol do debate da legalização do aborto e/ou da descriminalização do aborto, encontra interdição no avanço do debate público, pois a Igreja Católica tem sido no campo político uma das principais antagonistas ao avanço dos direitos sexuais das mulheres, sendo uma instituição cujo poder de intervenção pública deve ser analisado cuidadosamente, pois a mesma tem o poder para construir alianças políticas conservadoras em nível local e regional como outros pesquisadores afirmam (VANGGIONE, 2006;2008;2013; MACHADO, 2020; LACERDA, 2018;2019).

No entanto, o ativismo religioso em torno dos Direitos das Mulheres e Direitos Sexuais e Reprodutivos em nível latinoamericano quando analisado tendo a estrutura institucional como marco analítico impossibilita observar outros discursos não oficiais, por exemplo, encontramos um ativismo religioso que impulsiona um discurso antigênero na esfera pública atuando contra os programas governamentais de caráter feminista e contra os direitos da população LGBTQIA+, em contrapartida a esses discursos há também grupos religiosos minoritários articulados dentro da esfera pública contestando essas visões unitárias baseadas nos Direitos Humanos e concepções plurais (DUARTE, 2016; 2018).

Outras linhas de pesquisas que representam os anos 2000 até 2020 foram sobre: O pluralismo religioso em famílias populares, gênero abrangendo os grupos Pentecostais e as

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), investigações e publicações de artigos em revistas científicas que giram em diversas preocupações, trazendo assuntos desde uma perspectiva de abordagem da revisão da literatura à pesquisas empíricas, violência de doméstica, políticas públicas, pesquisas teóricas, AIDS e Religião, trânsito religioso, Política e Religião, "Ideologia de Gênero", mulheres evangélicas e política, ativismo de mulheres evangélicas, família, além de uma expressiva atuação nas áreas de saúde e populações urbanas (COUTO, 2001; SOUZA, 2007; 2008; 2012; 2013; 2013; 2014; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2020; CAVALCANTE, 2010).

Souza (2004) afirma que esta temática surge em diferentes perspectivas interdisciplinares. Dentro do campo da história os textos estão voltados para analisar as mulheres e as instituições eclesiais e entrelaçar jogos de poder. No sentido antropológico, utilizando a perspectiva do método etnográfico, observa-se a complexidade da construção de gênero no universo cultural-religioso dos povos indígenas. Do ponto de vista sociológico, esses estudos de religião dentro das pesquisas feministas, como o campo religioso protestante e pentecostal, revelam uma importante influência sobre a construção social dos sexos.

Para a autora, a conexão das publicações de gênero e religião nos estudos feministas parece refletir a herança moderna do feminismo, isto é, a tensão entre a razão moderna e tudo que de primitivo e medieval poderia envolver a religião. Em outras palavras, existe uma crença dentro do feminismo de que o aspecto religioso seria um resquício pré-moderno (SOUZA, 2008).

Contudo, essas pesquisas ainda estão concentradas nas identidades femininas e insuficientemente avançou no que diz respeito ao debate sobre gênero e organizações ecumênicas. Na próxima subseção, analisa-se a literatura sobre ecumenismo e religião.

2.2 DEBATE ACADÊMICO SOBRE GÊNERO E ECUMENISMO E ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

Ao utilizar plataformas de pesquisas on-line relacionadas à pesquisa acadêmica⁸, buscou-se de maneira estratégica encontrar estudos que problematizam gênero dentro do campo ecumênico. Contudo, deparei-me com um resultado não tão surpreendente: poucas foram as pesquisas encontradas que tratam do tema.

⁸Google Acadêmico, Banco de Tese da CAPES e Scielo.

As palavras-chave utilizadas foram: “Gênero e Ecumenismo”, “Gênero e Organizações Ecumênicas”, “Organizações da sociedade civil”. No entanto, quando utilizadas as nomenclaturas: “Organizações Religiosas”, e em inglês, “Faith-based Organizations and Gender”, foi possível encontrar uma literatura nacional e internacional que de maneira bastante ampla. Percebeu-se que o campo dos estudos de Gênero e Religião tem privilegiado pesquisas críticas das denominações cristãs e focalizadas na análise das instituições religiosas e seus discursos em torno das identidades femininas.

Os estudos com foco em ecumenismo e gênero ainda são incipientes na literatura nacional, o que suscita vários questionamentos para refletir sobre o campo empírico e as investigações acadêmicas. Por qual razão gênero e ecumenismo não foram minimamente tratados no campo acadêmico? Seria a atuação das organizações ecumênicas uma articulação minoritária que não consegue visibilidade pública ao ponto de atrair a atenção acadêmica? Ou estaríamos diante de uma invisibilidade acadêmica⁹ da contribuição das religiões e do movimento ecumênico, em particular, para a construção do sistema democrático na América Latina e especialmente no Brasil?¹⁰.

As respostas para as perguntas são sim. Pois consideramos que ainda existe uma lacuna em relação às investigações sobre ecumenismo no Brasil, seja na sua dimensão programática, institucional ou nas suas dimensões de incidência pública na sociedade latino-americana. Na qual tem exercido uma contribuição importante na sociedade brasileira, principalmente nos períodos de maiores tensões políticas. A incidência pública de grupos religiosos minoritários tem sido progressiva na consolidação dos Direitos Humanos no país, além da sua atuação no que diz respeito aos direitos sociais (BURITY, 2011; 2015).

No entanto, é no campo da Teologia acadêmica e Ciências da Religião, que localizar-se uma literatura que problematiza a dimensão ecumênica, contudo, essa literatura ainda está voltada para analisar questões tais como o trabalho diaconal dentro das igrejas, questões conceituais sobre o sentido do ecumenismo, o ecumenismo eclesial e a dimensão histórica do movimento ecumênico brasileiro (BRAKEMEIER, 2001; 2013; DIAS, 1998; FÁTIMA, 2017;

⁹ Interessante que alguns estudos encontrados que fazem proximidade com a temática que pretendo abordar foram realizados especialmente nas universidades privadas de caráter confessional (Universidade Metodista de São Paulo; Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo, vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; e Universidades Católicas). Ou seja, não foram produzidos no âmbito das universidades públicas e, sim, da Teologia e Ciência da Religião em universidades privadas do país.

¹⁰ A reflexão expõe parte das análises que realizamos sobre a literatura de gênero e religião no Brasil, que buscou um foco bastante direcionado para investigar os discursos institucionais das religiões e, aqui, especialmente cristãs. Mas pouco foi produzido sobre gênero e ecumenismo.

MIRANDA,2005; NORDSTOKKE, 2005; RAMALHO, 1979; VON, 2003; WOLFF, 2002; 2005; 2015).

Ou seja, uma literatura sobre o ecumenismo e sua dimensão do Movimento Ecumênico enquanto agente político ainda é pouco pesquisada, talvez, isso se justifique pelo fato dos estudos sociológicos estarem voltados para analisar as práticas institucionais das religiões, conseqüentemente há um déficit acadêmico na compreensão e análise de outros atores religiosos que constituem a cena da sociedade civil brasileira. Nesse aspecto, a questão de gênero torna-se ainda um problema maior dentro de um campo de invisibilidade acadêmica de grupos religiosos minoritários. Há o desafio de elucidar essa literatura que possa lançar luz sobre o campo que esta dissertação se propõe analisar.

A expressão “Organizações Baseadas na Fé” (OBF), no Brasil, é uma categoria nativa que as organizações ecumênicas que foram pesquisadas neste estudo têm utilizado¹¹ nas suas atividades públicas. Na literatura acadêmica nacional quando se busca por essa referência não identifica-se um conjunto significativo de pesquisas que trate de organizações ecumênicas. Quando aproximamos os termos “organizações ecumênicas e gênero”, “organizações religiosas e gênero” ou “organizações da sociedade civil e gênero”, as pesquisas vão restringindo-se ainda mais.

Como se analisou a nomenclatura “Organizações Baseadas na Fé” a partir da literatura consultada, percebeu-se que o termo não existia antes dos anos 1990 e essa terminologia é utilizada com frequência no mundo anglófono (EUA e Reino Unido). O que chama atenção é o fato destes estudos não utilizarem “*religion*” e, sim, “*faith*” para caracterizar esse tipo de organizações.

Isso em si já possibilita pensar um viés que assume essas pesquisas, que é um direcionamento de uma experiência da religião que não está centralmente preocupada com o aspecto institucional. Por outro lado, mesmo quando claramente confessionais, as OBF tendem a assumir traços ecumênicos mais ou menos explícitos, dependendo de sua área de atuação, o que permite localizar pontos de contato dessa literatura com o caso das organizações ecumênicas, no sentido mais estrito que se utiliza aqui, ou seja, organizações de ativismo social vinculadas a redes historicamente construídas sob o guarda-chuva ecumênico.

¹¹Disponível em: <https://www.cese.org.br/lancamento-e-bexto-ook-fundamentalismos-e-meio-ambiente/> colocar data de acesso

No Brasil, pesquisas têm focado em questões como a justiça social, os trabalhos das pastorais e comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, vinculadas à Teologia da Libertação dos anos de 1970 até 1990. Também encontrou pesquisas com a temática de HIV/AIDS e Ecumenismo, ONGs religiosas e cidadania, desenvolvimento e empreendedorismo nas organizações religiosas (CAVALCANTE, 2010; QUEIROZ, 2014; SERAFIM, 2010; 2012).

Dito isto, verifica-se que existe uma incipiente literatura investigando o papel das Organizações Baseadas na Fé. Contudo, poucos estudos atentaram para uma perspectiva explicitamente de gênero sobre o papel das organizações religiosas como promotoras de Bem-Estar no contexto nacional e transnacional. As relativamente poucas pesquisas desenvolvidas sobre gênero e organizações religiosas têm como característica o contexto de países do Sul, como Índia, África Subsaariana. Essas investigações trazem em comum o debate sobre gênero e direitos em uma perspectiva de desenvolvimento (ABUSHARAF, 2011; BRADLEY, 2011; CHOWDHURY, 2011; KIRMANI, 2011; TOMALIN, 2011) e refletem a maior atenção para a agenda de gênero que passou a ser dada na cooperação internacional a partir dos anos 1990.

No entanto, vale destacar algumas pesquisas encontradas neste percurso. Um caso bastante interessante, que chamou atenção, foi um estudo de caso desenvolvido por Østebø ET al (2013), que investiga a pressão que o estado norueguês exerceu na implementação da agenda de igualdade de gênero em OBFs, por meio de projeto guarda-chuva para igrejas e organizações missionárias que acessam recursos públicos na Noruega, a fim de realizar suas atividades.

O debate de gênero surge como questão-chave no desenvolvimento global e isso reverbera no discurso e estabelecimento de políticas globais, por exemplo, dentro da Organização das Nações Unidas, com a implementação da comissão “ONU Mulheres¹²”. Os países-membros são interpelados a assumirem a agenda de gênero diante das suas realidades como estados nacionais. Neste sentido, o estado norueguês¹³ passa a incorporar igualdade de gênero e direitos das mulheres como temas das políticas de desenvolvimento social, assim

¹²O *Relatório de Desenvolvimento Mundial 2012: Igualdade de Gênero e Desenvolvimento* é um dos resultados dessa agenda de gênero na ONU.

¹³A Noruega é considerada dentre os países europeus um dos setes países que demonstram compromissos na erradicação da desigualdade de gênero. Frente aos acordos internacionais de desenvolvimento dos direitos humanos e sociais assumidos, a nação instituiu inúmeras políticas em consonância com as diretrizes das políticas internacionais. Disponível em:

https://www.regjeringen.no/en/topics/foreign-affairs/the-un/innsikt/womens_rights/id439433/

como, nos exemplos que observamos capítulos empíricos dessa pesquisa, a partir da realidade do estado brasileiro no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Uma das condicionalidades para acessar os recursos públicos na Noruega é mostrar comprometimento com a Igualdade de Gênero. O estudo de østebo, já indicado, argumenta que a pressão política do governo norueguês obteve êxito, em consequência das pressões por mudanças dentro de um contexto organizacional onde as questões que dizem respeito a gênero são eminentemente contestadas.

Já no contexto brasileiro, Beecheno (2019) estudando uma organização católica em São Paulo que auxilia a população em serviços de assistência social a mulheres vítimas de abuso e violência doméstica, constata que essas instituições podem atingir desfavoravelmente a difusão dos direitos das mulheres quando os posicionamentos conservadores e patriarcais em relação ao debate de gênero e os papéis das mulheres na sociedade são defendidos por instituições que buscam manter o status quo.

O que esse estudo aponta é que a OBF estudada rejeita a análise feminista da violência contra mulher como um problema de gênero, vendo-a como uma questão pessoal e, não, coletiva. Como essas organizações baseadas na fé têm características de auxiliar na prestação de bem-estar social, o autor argumenta que um perfil conservador sobre a compreensão de gênero pode influenciar e encorajar as mulheres a concordar com a violência que sofrem para guardar a ordem e a família.

Há entre os autores que pesquisaram sobre OBFs uma dificuldade de definir conceitualmente as organizações baseadas na fé, nesse sentido, um conjunto importante de pesquisas tem como foco conceituar as organizações baseadas na fé. Alguns autores, tal como Jeavons (1997) e Sider e Unruh (2004), sugerem alguns aspectos que estas organizações possuem que devem ser observados, a saber: identidade organizacional; seleção de participantes organizacionais (funcionários, voluntários, financiadores e clientes); fontes de recursos; objetivos; e produtos e serviços.

O que essas pesquisas sobre organizações baseadas na fé ou organizações religiosas apresentam é que, a partir de diferentes configurações organizacionais, desde igrejas a organizações empresariais, essas instituições podem apresentar diferentes níveis de religiosidade, variáveis tipos de crenças e trabalha com várias temáticas.

Entre as pesquisas que analisam estritamente a influência que a fé/religião ocasiona nas OBFs, Clarke (2008) afirma que a fé tem potencial de inspirar a agência e a identidade da

instituição, tanto organizacional quanto programática, em diferentes níveis¹⁴. Para Berger (2003), existe outro ponto relevante, que é o efeito que a fé tem e não pode ser compreendida exclusivamente pelos programas que as organizações desenvolvem, ou seja, são os motivos e valores que levam os indivíduos a se engajarem baseados na fé.

No entanto, o que esses estudos mostram é uma diversidade de análises. Nas quais se busca a partir das caracterizações dessas OBFs disponibilizadas por essa literatura realizar uma aproximação das três organizações ecumênicas brasileiras pesquisadas nesta pesquisa, na medida em que elas são classificadas como organizações da sociedade civil, mas de caráter confessional, ao menos Diaconia e Fundação Luterana de Diaconia, mas são caracterizadas como organizações da sociedade civil ou ONGs, enquanto Koinonia -Presença Ecumênica e Serviço não apresenta nenhuma pertença religiosa, mas dialoga com o público religioso minoritário. Ou seja, as organizações ecumênicas brasileiras, por estarem em uma fronteira entre sociedade civil e Igrejas, utilizam-se da sua permeabilidade para acionar suas identidades nesses espaços.

Alguns apresentam a influência direta que a fé ocupa nas organizações e que organizações denominadas “baseadas na fé” não podem ser classificadas exclusivamente como uma cultura organizacional fundamentada em rituais, mas no agir baseado em uma ética religiosa de intervenção social (BERGER, 2003; CLARKE, 2008; EBAUGH et al, 2006; JEAUVONS, 2004).

Apesar disso, mesmo que as análises apresentem uma diversidade, um fator em comum entre essas organizações é a inserção dessas organizações em redes de ativismo social. Pois todas as organizações têm em comum uma tradição religiosa ou de fé, em distintos graus. James (2009), por exemplo, afirma que para essas organizações atuam em um campo mais amplo da sociedade civil, muitas vezes elas não utilizam de maneira explícita o fator da fé justamente para alcançar fontes de doações e diversificar o quadro de pessoal e operar em diversas áreas.

Outra linha de pesquisa que a literatura identifica é a que aborda a relação das organizações baseadas na fé com o tema e do campo institucional do desenvolvimento. Essas organizações, com sua capacidade de fornecer serviços de educação, saúde, ajuda humanitária e tecnologias sociais a seu público-alvo, cumprindo um papel de provisão social que os

¹⁴No caso específico da pesquisa que desenvolvemos, percebe-se que as três organizações religiosas ou da sociedade civil que estamos trabalhando a compreensão da "fé" modificam-se dentro dos nossos três casos.

governos deveriam oferecer, têm atraído os olhares de áreas de estudos como economia e administração (KAPLAN, 2009; JONES ET AL, 2011).

Além desse fato, várias dessas pesquisas, ao analisar o impacto dessas organizações, identificam que estas instituições desempenham uma representação na formação do **capital social**, pois segundo esses autores as organizações estão inseridas dentro do contexto da população local e têm capacidade de alcançar as bases e estabelecer um diálogo profícuo com a população, conseqüentemente, tornando mais eficaz sua atuação (TYNDALE, 2006; NARAYAN, 2000; LUNN, 2009; MARSHALL AT ALL, 2004; CLARKE, 2008).

As organizações ecumênicas brasileiras que são mantidas predominantemente por grupos religiosos minoritários aproxima-se dessa linha de análise desenvolvida pelos autores na medida que elas são organizações que atuam na provisão social da população brasileira e que buscam por meio de programas e projetos institucionais fomentar um capital social e político na esfera pública no nível local, nacional e transnacional por meio de um ativismo social e principalmente de gênero.

É necessário destacar também outra vertente de pesquisa que recebeu bastante atenção por parte dos/as pesquisadores/as, que é a relação da fé e atividades econômicas. Do ponto de vista empírico, tendo como o contexto da Turquia, por exemplo, Akdede e Hotunluoglu (2008) investigaram o grau de religiosidade e desenvolvimento econômico para as cidades turcas com a presença de autoridades municipais.

Para Allen (2006), a capacidade das instituições de microfinanças fundadas na fé em proporcionar acesso a serviços financeiros para grupos em condições de vulnerabilidade social, como subsídio na implementação de projetos, é uma maneira de produzir desenvolvimento local, uma alternativa a recorrer a empréstimos de bancos e instituições financeiras. O que estes estudos sobre fé e desenvolvimento econômico mostram é que essa relação é muito propícia, tendo em vista que essas organizações têm a capacidade de suprir a ausência do poder público no que diz respeito às políticas sociais locais (BENTHALL, 2008).

Outro fator importante evidenciado na literatura diz respeito ao desempenho mais minucioso dessas instituições religiosas de microfinanças. Ainda não há uma literatura para mensurar com mais precisão essa relação. As limitações que esses estudos apontam se referem à sustentabilidade daquelas instituições e qual o impacto que a fé traz na prática cotidiana das mesmas.

A literatura brasileira dialoga com a literatura internacional, na medida em que os estudos sobre organizações religiosas focalizam no debate sobre organizações religiosas e

empreendedorismo, governança, comportamento organizacional e estatuto jurídico dessas organizações. (AZEVEDO, 2006, CAMPOS, 2006; MACEDO, 2011; SILVA, 2020; VERISSIMO, 2020).

Uma linha de pesquisas focalizando na governança e práticas corporativas das instituições religiosas, a partir de uma perspectiva da contabilidade, aponta que essas instituições recorrem a práticas eficientes de governança corporativa mesmo que façam de maneira limitada (SERAFIM, 2010;2012;VERISSIMO, 2020). Ou seja, essas pesquisas apontam em consonância com a literatura internacional, os aspectos próprios que as instituições trazem quando inseridas numa realidade social com o fim de mitigar os efeitos das desigualdades sociais dos países. (SANTOS ET AL, 2019; SERAFIM, 2010; 2012; MACEDO, 2012).

Na literatura nacional pode-se localizar uma pesquisa com proximidade com o objeto que trata-se nesta pesquisa. Em sua tese, intitulada “*Sobre Persistências Históricas ou sobre Insistentes Rebeldias Feministas no Movimento Ecumênico Brasileiro*”¹⁵, Duarte analisa a participação histórica de mulheres ecumênicas desde a constituição do movimento no Brasil (DUARTE, 2018).

A autora empreende um esforço para observar como as mulheres ecumênicas atuam pelos direitos religiosos e civis, buscando reconhecimento da ordenação feminina, direitos iguais na hierarquia das igrejas e inserção nos mecanismos participativos disponíveis na sociedade para elaboração de políticas públicas e consolidação da democracia no país.

Segundo Duarte, suas interlocutoras de campo entrevistadas, apontam que o objetivo do trabalho não deveria ser preencher a história esquecida do ecumenismo. Isto significa que o objetivo da tese não deveria ser exclusivamente mostrar a exclusão das mulheres e, sim, indagar teologias e estruturas eclesiais que, a partir de uma teologia androcêntrica e patriarcal, produziram desigualdades sociais baseadas em uma perspectiva masculinista do religioso. Para este debate, a teóloga feminista Gebara é uma das referências no Brasil.

Essa pesquisa construída pela autora possibilita identificar que a temática de gênero dentro do Movimento Ecumênico Brasileiro até este momento sofre resistências e tensionamentos, contudo, a invisibilidade específica de gênero é uma ponta do iceberg da invisibilidade acadêmica sobre o movimento ecumênico enquanto movimento social.

¹⁵Para o desenvolvimento deste tópico, tomaremos como referencial essa pesquisa, pois foi a única encontrada especificamente sobre a temática.

Por exemplo, as mulheres que construíram o movimento ecumênico bem antes da criação do Conselho Mundial de Igrejas são desconhecidas na historiografia oficial do ecumenismo, pois a literatura existente no campo Teológico sobre ecumenismo não foram capazes de realizar uma discussão de gênero dentro dos estudos sobre a participação das mulheres na constituição do movimento ecumênico. Como afirma Duarte:

Quando iniciei a pesquisa e entrei em campo estava interessada em analisar como algumas pautas sobre desigualdades e injustiças de gênero eram construídas e verbalizadas no movimento ecumênico, em especial sobre direitos sexuais e reprodutivos. Pensava no início que essa discussão era o que diferenciava o contexto ecumênico de setores religiosos mais fundamentalistas com os quais já havia dialogado no meu mestrado (DUARTE, 2018). Todavia, conforme fui conhecendo mais a atuação política do movimento ecumênico, percebi que essas temáticas estavam pouco presentes em suas ações políticas. E quando eram debatidas sempre causavam desconfortos, conflitos e dissensos sendo, pois, mais verbalizadas nas pequenas conversas em grupo ou nos grupos de mulheres, ocupando, assim, não a fala mais pública ou posição política ecumênica. Especialmente porque, nas situações sociais que acompanhei, o interesse das pessoas, especialmente as mulheres com as quais venho dialogando, era por temas como a ordenação feminina e participação de mulheres nas Igrejas, a invisibilização das mulheres ordenadas nas Igrejas, a ausência das mulheres na história do ecumenismo e a omissão das igrejas em relação às violências contra as mulheres na sociedade (DUARTE, 2018, p. 20).

Ou seja, como aponta a pesquisadora, o tema de gênero ainda é invisibilizado e não recebeu o devido tratamento. Aqui, é necessário destacar que a pesquisa da autora não foi propriamente dentro do campo do ecumenismo de responsabilidade social, no qual concentro minhas análises, seu foco é voltado para as mulheres que construíram o movimento ao longo dos anos.

Os apontamentos de Duarte trazem uma reflexão sobre o ecumenismo institucional, ou seja, que busca aproximação teológica e cooperação mútua das Igrejas, no qual sua pesquisa buscou dialogar. No entanto, como já foi mencionado na introdução deste texto, localiza-se dentro do movimento ecumênico brasileiro duas vertentes: 1. Ecumenismo institucional, na qual situa-se a pesquisa desenvolvida pela pesquisadora Duarte e 2. **O ecumenismo de ativismo social, no qual estão inseridas as organizações ecumênicas pesquisadas nesta pesquisa e desde os anos de 1990, vem buscando articular o debate de gênero no movimento ecumênico em nível nacional e internacional** (PIMENTEL, 2020).

Percebe-se, no entanto, que o debate de gênero dentro do campo ecumênico, ao longo dos anos têm se inserindo dentro das pautas das organizações ecumênicas por meio de

múltiplos espaços que elas estão inseridas no cotidiano, tais como redes de ativismo social, parcerias governamentais, isso será desenvolvido nos próximos capítulos.

No campo da teologia acadêmica, encontram-se pesquisas voltadas para analisar a participação de setores do movimento ecumênico na luta pelo processo de redemocratização brasileira e na defesa das liberdades sociais e dos direitos democráticos no período da ditadura militar no Brasil como já foi demonstrado, no entanto, ainda há um déficit no que diz respeito às análises de gênero na literatura.

3 ENFOQUE ANALÍTICO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

No capítulo anterior, procurou-se realizar um levantamento do estado da arte da literatura sobre Gênero e Religião, Gênero e Ecumenismo e Organizações Religiosas da sociedade civil, analisando as linhas predominantes nos estudos em torno dessa temática. Procurou-se investigar o debate de gênero dentro das organizações ecumênicas, esse inexistente dentro da literatura consultada.

Observou-se também que as pesquisas envolvendo Gênero e Religião, ainda enfrentam dificuldades para consolidar-se dentro do campo acadêmico e a escassa literatura sobre ecumenismo e feminismo, organizações ecumênicas e gênero no cenário brasileiro e internacional impossibilitou utilizar exclusivamente uma literatura direta, ao mesmo tempo sinaliza a importância de construirmos essa pesquisa focalizando gênero e organizações ecumênicas.

Neste sentido, para montar a revisão da literatura utilizou-se a estratégia de articulação, realizando um levantamento do estado da arte da literatura sobre gênero e religião, gênero e organizações ecumênicas e organizações baseadas na fé para lançar luz sobre o trabalho desenvolvido.

Neste capítulo pretende-se delinear as perspectivas teóricas que foram possíveis para construir o marco analítico da pesquisa, aqui compreendida como orientada pelo problema. Na revisão da literatura percebeu-se uma escassa literatura sobre o campo ecumênico e gênero em decorrência da invisibilidade acadêmica sobre o tema. As linhas de pesquisas sobre Organizações Baseadas na Fé, Organizações da Sociedade Civil ou “Faith-Based Organization”, serão importantes na construção do marco analítico desta pesquisa.

3.1 MARCO TEÓRICO ORIENTADO PELO PROBLEMA

O nascimento das Ciências Sociais é marcado por tentativas da parte dos seus fundadores em estabelecer o método naturalista como método das pesquisas sociais. Pode-se analisar isso no século XIX, a partir de Augusto Comte, que sugeriu que a Sociologia poderia ser compreendida como uma física social. Divergindo da lógica desse modelo tradicional de ciência, que é marcado pelo método dedutivo e naturalista, a pesquisa social encontra muitos problemas com essas abordagens, visto que partem do pressuposto de que é possível controlar

os fenômenos sociais que, além de não possuírem uma verdade imanente, estão em constantes mudanças, ou seja, são contingentes.

A posição teórica assumida aqui é a que se chama de **“orientada pelo problema”**, influenciada pelo pós-estruturalismo. Ao assumir esta perspectiva, compreende-se que o objeto de estudo aqui analisado é uma construção e, portanto, o fenômeno pesquisado não está previamente dado na ausência de uma problematização, havendo uma recursividade de passos e etapas no processo de pesquisa (SHAPIRO 2004; GLYNOS; HOWARTH, 2007; OLIVEIRA ET AL., 2013). Como afirmam Glynos e Howarth:

Nossa abordagem à análise social e política é uma espécie de pesquisa orientada pelo problema, em vez de pelo método ou puramente pela teoria. (...) [Observamos que abordagens orientadas pelo método são mais motivadas pelas técnicas de coleta e análise de dados do que por uma preocupação com os fenômenos empíricos sob investigação, enquanto a pesquisa orientada pela teoria visa “justificar uma determinada teoria” em vez de esclarecer um problema especificado independentemente da teoria (Shapiro 2002: 601). (...)]

Para nós, ao contrário, um objeto de estudo é construído. Isso significa que um conjunto de fenômenos empíricos díspares deve ser constituído como um problema, e o problema deve estar localizado num nível apropriado de abstração e complexidade. Assim, nossa abordagem compartilha uma semelhança de família com a prática da problematização de Foucault, que, a seu ver, sintetizava os métodos arqueológicos e genealógicos de análise (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 167).

Ao construir o projeto de pesquisa, não partimos de uma definição de todas as referências teóricas. Neste sentido, um conjunto de teorias foi sendo incorporado a fim de articular teoricamente o problema de pesquisa. Assim, enfatizo aquelas referências teóricas que possam oferecer um marco de entendimento razoável para o problema de pesquisa. Nesta perspectiva, como as relações entre gênero e religião e ecumenismo de ativismo social têm sido tematizadas e compreendidas conceitualmente?

3.2 PERSPECTIVAS ANALÍTICAS SOBRE GÊNERO E RELIGIÃO

A realidade social brasileira mostra-se receptiva nos últimos anos para um crescente ativismo social de mulheres, coletivos e fóruns de mulheres cristãs¹⁶, dentro do movimento

¹⁶Em Pernambuco, podemos observar o Coletivo Vozes Marias, o Fórum de Mulheres Cristãs e Políticas Públicas, entre outras articulações. No Sudeste, há a ONG Católicas Pelo Direito de Decidir, o Projeto Redomas e Evangélicas Pela Igualdade de Gênero.

ecumênico. Essa receptividade da temática de gênero tem um histórico importante nas Décadas Ecumênicas de Solidariedade com as Mulheres¹⁷ – agenda de trabalho organizada pelo Conselho Mundial de Igrejas – CMI.

Linda Woodhead demonstra do ponto de vista teórico como esse debate analítico foi apreendido pela teoria sociológica, ao apresentar reação às “grandes teorias” da sociologia da religião e teoria feminista. A autora mostra que a sociologia da religião ainda é rigorosamente composta por um quantitativo significativo de grandes teorias que associam o campo da religião a algumas questões da modernização no esforço de fundamentar e prognosticar os rumos da religião, a exemplo da teoria da secularização (WOODHEAD, 2002).

No entanto, as teorias da sociologia da religião com base na sociologia clássica não se debruçaram sobre a questão de gênero e, nesse sentido, é preciso salientar que estão inseridas dentro de um arcabouço epistêmico que não leva em consideração outros modelos de modernização, por exemplo, as sociedades latino-americanas.

No âmbito dos estudos de Gênero e Religião, uma abordagem problemática assinalada por Vuola e Woodhead, é responder à pergunta elaborada por tendências do movimento feminista: “a religião é opressora para as mulheres ou não?”, pois essa elaboração demonstra reducionismos ao analisar fenômenos complexos como é o caso imbricado da análise de gênero e religião. Para elas, o espaço religioso pode ajudar no processo de sociabilidade política das mulheres (VUOLA, 2019; WOODHEAD, 2002).

Segundo Woodhead (2002), encontra-se no campo da teoria feminista sejam liberais ou marxistas, uma invisibilização da religião como constitutiva da vida das mulheres, já que a teoria feminista acusa a religião como patriarcal e legitimadora dos interesses androcêntricos. Como diz Linda Woodhead:

O legado duradouro da abordagem feminista é que o estudo de mulher e religião ainda é muito frequentemente abordado em termos de uma única problemática: a religião é uma coisa ‘boa’ (libertadora) ou ‘má’ para as mulheres? Ela reforça o patriarcado ou o solapa? (WOODHEAD, 2002, p. 1).

Woodhead, desde os anos 1980, tem se dedicado a estudar as crenças e valores nas sociedades modernas, decréscimo do cristianismo, ao menos na sociedade estudada, e a ascensão de novas espiritualidades, valores e compromissos não religiosos. A autora contribui

¹⁷Nos próximos capítulos pretendemos melhor elaborar o que foi essas décadas.

com o debate da Sociologia da Religião, mostrando assim críticas à teoria da secularização, tão impregnada na sociologia dos anos 1960.

Para ela, os autores, majoritariamente homens, não conseguiram perceber, ao analisar que a experiência religiosa de homens e mulheres na modernidade se dava de maneiras distintas preconizadas pelas teorias da secularização, cuja experiência de modernização foi significativamente diferente em relação às relações de gênero (WOODHEAD, 2008).

Ao criticar a teoria da secularização elaborada a partir do contexto europeu possibilita analisar os estudos de religião e gênero, pois a mesma aponta significativas considerações para área ao trazer um contexto social distinto da América Latina, no qual, o processo da secularização nunca foi possível (WOODHEAD, 2016, 2008; MARIZ, 2001).

A autora mostra os caminhos que levam em consideração a participação religiosa das mulheres, compreendidas em relação à habilidade das religiões em proporcionar um ambiente social, que não seria possível para elas de outra maneira. Nessa perspectiva, a autora leva em consideração que as mulheres são agentes racionais e possuem agências que possibilitam transformar o espaço que estão inseridas. Um aspecto importante para compreender a participação das mulheres na religião será entender quais espaços sociais estão à disposição delas.

3.3 ATIVISMO DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS NÃO GOVERNAMENTAIS

As organizações religiosas desempenham trabalhos indispensáveis nos contextos em que estão inseridas, fomentando o desenvolvimento por meio da popularização e democratização das tecnologias sociais e incidindo em políticas públicas. As ações dessas entidades demonstram claramente isso, seja em nível da efetiva participação dessas ações que a literatura possibilitou observar, seja em nível dos eixos de atuação e da efetiva participação em incidência pública (participação em instâncias consultivas e deliberativas federais, estaduais e municipais, pareceres técnicos submetidos a órgãos de governo responsáveis pela formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, submissão de petições, realização de eventos de sensibilização, apresentação de propostas específicas de políticas públicas ou programas concretos na área de gênero, como é o caso das organizações que estamos tratando neste estudo (OSTEBO et al, 2013).

As ações voltadas à proteção ambiental, à produção sustentável, enfrentamento da mudança climática, meio ambiente, ajuda humanitária, advocacy, promoção dos direitos

humanos no âmbito nacional e internacional, constituem inúmeras iniciativas por parte dessas organizações. A atuação dessas entidades busca não apenas produzir impactos nas políticas públicas nessas áreas, mas promover interligações entre os temas que nos últimos anos surgiram na agenda de desenvolvimento sustentável no âmbito transnacional.

A atuação dessas organizações dentro da esfera pública nacional e transnacional se dá como forma de enfrentamento aos problemas relacionados ao meio ambiente e defesa social, sensibilizando gestores e técnicos governamentais para a importância de sua agenda e mobilizando a experiência das redes de serviço e ativismo social para contribuir para transformações que tragam mais igualdade e bem-estar aos setores sociais pauperizados.

Constata-se que conceitualmente as teorias em torno das Organizações Baseadas na Fé não se encontram bem delimitadas. Um grande impedimento que se observa é a própria definição do que realmente são essas organizações. Para Clarke (2008), de maneira bastante abrangente uma organização baseada na fé está relacionada a qualquer instituição que provém de inspiração e orientação para o cumprimento dos seus trabalhos, vindo dos preceitos e princípios de fé ou de uma ética religiosa.

Pesquisas que problematizam a temática argumentam que esses tipos de instituições podem ser analisadas como organizações conectadas a uma crença específica, porém, dentro da sua agenda programática atuam de forma secular, como é o caso das organizações brasileiras estudadas neste estudo (SIDER, UNRUH, 2004; BUSH, 2017).

Os pesquisadores que denominaram “Organizações Baseadas na Fé” ou “Faith-Based Organization” desenvolveram tipologias para compreender e classificar os variados graus de fé e influência religiosa nessas instituições em seus projetos programáticos. Alguns englobam a nomenclatura para incluir o número mais abrangente possível de entidades com qualquer conexão com a religião. Sider e Unruh (2004) argumentam que essa ausência de percepção analítica sobre essas organizações de serviços que manifestam uma identidade religiosa, mas agem secularmente, inviabiliza pesquisas sobre a efetividade das instituições que prestam Bem-Estar social.

Bush (2017) argumenta que a identidade organizacional dessas instituições não pode ser capturada adequadamente por meio de perguntas dicotômicas que simplesmente questionam: “Sua organização é religiosa?” Em sua pesquisa sobre as organizações religiosas não-governamentais no contexto da ONU, a autora elabora uma crítica às categorias criadas pelos pesquisadores para analisar religião e ONGs:

Um problema de classificação pode surgir, no entanto, se uma ONG descreve-se como inspirada por, ou representando, uma tradição religiosa particular com a ausência de qualquer órgão oficial dessa tradição "ordenando" ou reconhecendo-a. Se queremos pintar um quadro abrangente dos tipos de atores que operam dentro do universo das ONG, precisamos incluir organizações religiosas auto identificadas que não são credenciadas por fontes 'oficiais'. Se a estrutura analítica de um projeto gira em torno de uma distinção entre o religioso e secular, então definidas como organizações "religiosas" que não são formalmente filiadas a instituições religiosas, provavelmente geraria pouca controvérsia. No entanto, a decisão de como classificar essas ONGs fica um pouco mais espinhosa se nosso objetivo é identificar ou categorizar ONGs de acordo com a tradição religiosa (BUSH, 2017, p. 39).

Ainda segundo a autora, reconhecer uma organização religiosa não-governamental pode parecer uma incumbência relativamente simples, pois separadamente tanto a religião quanto as ONGs têm sido alvo de uma tradição consolidada de pesquisas acadêmicas. No entanto, quando religião e ONGs estão operando e disputando sentidos como "ONGs religiosas" em uma esfera pública altamente visível, como é o espaço da ONU, é questionada exatamente porque está se movendo além do que é convencionalmente reconhecido como "a esfera religiosa". Isso causa um estranhamento analítico para os pesquisadores que compreendem essas categorias analíticas de maneiras estritas (BUSH, 2017, p. 39).

Nesse sentido, os estudos sobre **Religião pública e ativismo religioso** (BURITY, 1994a; 1999b; 1997; 2000; 2006; 2018) poderão fornecer pistas conceituais para o objeto que estamos buscando analisar.

Em relação ao ecumenismo de ativismo social, presencia-se no cenário nacional a partir da constituição de 1988, uma série de exigências dos movimentos sociais dos anos anteriores sendo atendidas no âmbito institucional. Ainda nos anos de 1970/80, os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores urbanos, movimentos de bairros, clube de mães, movimentos religiosos, etc., exigiam em suas agendas políticas uma abertura de diálogo entre Estado e sociedade civil por meio da participação social. As conquistas chegaram à década de 1990, a partir de um contexto de reorganização do Estado e globalização do capital (BURITY, 1994; 2018). Segundo Maria da Glória Gohn:

Nos anos 80, a temática da participação social era um ponto de pauta na agenda política das elites políticas, denotando dois fenômenos: de um lado a crise de governabilidade das estruturas de poder do Estado desgasta e deslegitimadas pelo autoritarismo; de outro, a legitimidade das demandas expressas pelos movimentos sociais – novos ou velhos – e a conquista de espaços institucionais como interlocutores válidos (GOHN, 1997, p. 310).

Se no contexto da ditadura civil militar havia um cenário de um Estado endurecido, centralizado e que executava diretamente suas ações sociais, é a partir da década de 1990 que será vivenciada uma reorganização estatal para atender a dois requisitos básicos. Primeiro, fazer-se um centro mais dinâmico para enfrentar o novo cenário produtivo mundial; Segundo, reduzir o Estado, ou seja, fazer um enxugamento do aparato estatal, num ataque aos direitos trabalhistas e à revisão das leis previdenciárias.

Nesse contexto político neoliberal de pulverização das atividades e relações sociais, crescimento da economia informal, altas taxas de desempregos e consequentemente aumento das desigualdades sociais que adquirem visibilidade as ONGs, como resposta ao novo modelo de Estado e espaço privilegiado de articulação entre poder público e sociedade civil (BURITY, 1994).

Ao refletir sobre a presença pública das religiões é preciso contextualizar essa trajetória que, no Brasil, tem momentos distintos, mas com isso não se afirma que este processo se deu de maneira etapista, quando uma fase elimina uma ação anterior. Isto é, há uma coexistência de variados entendimentos por múltiplas identidades religiosas sobre a ação diaconal da igreja na sociedade ou a responsabilidade social do protestantismo com o meio social que estão inseridos. Há uma atuação voltada para prestar serviços de caridade nas mais diversas áreas sociais, como por exemplo, saúde, assistência social e cuidados infantis por meio de instituições religiosas filantrópicas (BURITY, 2000).

A partir dos anos de 1990, com a expansão do fenômeno das ONGs no Brasil, inclusive ONGs religiosas como as aqui pesquisadas, as relações entre Estado e religião tornam-se de aberta cooperação ou parcerias na execução de serviços sociais. Isto significa que os recursos públicos passam a ser acessados por instituições religiosas que prestam serviços sociais em parcerias, concorrendo a editais públicos a partir das regras estabelecidas pelo Estado, sem nenhum privilégio, e precisando lidar com a pluralidade de agentes religiosos existentes na sociedade brasileira.

Jordan (2008), argumenta que como essas organizações acessam fundos públicos para subsidiar suas práticas, dentro da sua estrutura organizacional elas precisam ser bastante competitivas para que possam sobreviver e alcançar a visibilidade que trará recursos que possibilitará a execução de suas funções propostas e notoriedade no espaço público.

Burity (2003), ao se contrapor a teoria da secularização proposta pela sociologia da religião e à interpretação historiográfica da relação entre religião e modernidade marcada pelo materialismo - linha de pensamento que compreende a religião de maneira monolítica, em

outras palavras, como resquícios pré-moderno, internamente sem pluralidade e exclusivamente institucional - , realça a ação articulatória existente nesses grupos e o ativismo social prepositivo que eles exercem na esfera pública transnacional desde o século passado, (BURITY, 2003; 2005b; 2006c).

Pannoto (2020) argumenta que são poucas as pesquisas com uma abordagem regional e de uma dimensão política multilateral/internacional da área, pois as investigações ainda estão focalizadas a partir de uma abordagem nacional e nas suas respectivas áreas disciplinares e observando a influência do contexto global, onde fenômenos religiosos e políticos se tornam mais intrínsecos. Existe como resultado, uma necessária urgência de investigações com maior complexidade e minuciosidade¹⁸.

Burity (1994) propõe pensar a relação da modernidade e religião levando em consideração os processos nos quais as identidades em disputas, portadores de diferentes discursos, estabelecem ou defrontam-se com áreas de identificação ou distanciamento mútuos. Em alguns momentos essas áreas se sobrepõem ou confrontam-se de maneiras inesperadas e nunca inteiramente de forma institucional, o que põe a religião e a política frente a frente como lugares parciais de identificação dos sujeitos sociais. Ou seja, avaliar a religião requer uma postura analítica que leva em consideração a contingência histórica na qual ela está inserida (BURITY, 1994; 2007).

No processo de transição do Estado autoritário para uma construção de uma ordem política democrática no Brasil (anos 1980 e 1990), uma presença importantíssima, mas não exclusiva, na sociedade brasileira, foi o engajamento dos religiosos, que a partir das vivências anteriores no período da ditadura de 1964, puderam encontrar espaços de ativismo nos meios populares e participação política no contexto nacional. Examinemos o que diz Burity:

O processo articulatório entre o discurso religioso e o das esquerdas durante o período de resistência democrática é bastante ilustrativo. Primeiro, tome-se a presença das igrejas junto aos movimentos sociais. Ela não foi uma simples aproximação, como se duas identidades previamente constituídas se encontrassem num terreno neutro. De muitas maneiras essas igrejas (especialmente a Católica) tiveram um papel constitutivo na emergência de vários movimentos. Elas lograram criar fortes laços com grupos populares e seus locais de moradia, bem como construir novas linguagens de ativismo, identificação política e compromisso democrático, direitos humanos e solidariedade (BURITY, 1994, p. 197).

¹⁸Embora este estudo não seja dar conta da dimensão transnacional do ativismo religioso das organizações ecumênicas brasileiras, o autor nos provoca a desdobrar em pesquisas futuras outras investigações.

Segundo Burity, os anos 1980 possibilitaram esse processo de mudança para uma construção de formas de sociabilidade, que abriu grande espaço de disputa em torno da democracia, que sugeria viabilidade de uma nova vinculação dos sujeitos coletivos e institucionais com a matéria do político. Neste aspecto, ele argumenta a importância da contribuição do ativismo religioso ao processo de democratização nos anos de 1980, e como esse engajamento dos atores religiosos ocasionou à politização religiosa que reconfigurou o discurso religioso e sua presença no espaço público. No entanto, podemos analisar que este processo de politização do catolicismo e protestantismo é marcado desde o contexto histórico dos anos de 1950, percebendo-se nessa trajetória pontos de inflexão (BURITY, 1994).

No âmbito do catolicismo, a responsabilidade social da Igreja Católica foi intensificada pelos acontecimentos históricos de mudanças sociais e renovação teológica que tiveram seu ponto crucial no Concílio do Vaticano II. Este último possibilitou espaço para pensar uma teologia da libertação e respaldar a ação social das Comunidades Eclesiais de Base, movimento que possibilitou o engajamento social de muitos cristãos católicos comprometidos com a transformação social a participarem dessas comunidades e, no fim dos anos 1970, alguns desses ativistas contribuíram com a formação de forma institucional do Partido dos Trabalhadores.

Com relação ao campo protestante, podemos encontrar uma heterogeneidade interna que por muito tempo os analistas ignoraram. Há duas principais correntes que marcam as tentativas de pensar o engajamento social do protestantismo e que se confrontam nos anos 1960 e 1970: o ecumenismo e o evangelicalismo. Elas envolveram-se de formas diferenciadas na esfera pública no período da ditadura militar para articular ações sociais. Neste momento, o movimento ecumênico foi espaço privilegiado dos protestantes que teologicamente estavam alinhados à perspectiva da teologia da libertação.

O evangelicalismo, com uma perspectiva teológica conservadora, também se envolveu na esfera pública, procurando articular “evangelização e ação social” (BURITY, 1994). A partir dos anos 1990, esses dois campos têm se aproximado crescentemente, à medida que o crescimento do pentecostalismo e a crise da pastoral popular católica acabaram facilitando encontros e diálogos ou mesmo “empurrando” um setor em direção ao outro.

Hoje, vem tornando-se um fato a incorporação de representações “corporativas” de grupos religiosos em fóruns, comissões, comitês, conselhos e outras formas de representação não eletiva que refletem um conjunto de concepções sobre a participação da sociedade civil nos assuntos públicos (BURITY, 1999; 2006; BUSH 2017). Vejamos o que afirma Pannoto:

O campo evangélico atingiu um nível crescente de influência sociopolítica desde meados do século XX em vários níveis e a partir de diferentes matrizes. Podemos identificar, modo de distinção analítica, três instâncias principais: incidência microssocial ou comunitária (focada nos processos de influência das igrejas evangélicas em espaços sociais concentrados, como pequenos grupos ou comunidades, bairros ou projetos assistenciais, e também no papel dos fiéis individuais em a participação de espaços públicos), incidência no nível nacional a partir de um arcabouço institucional (focado na tentativa de formação de partidos políticos a partir da década de 1980, a complexidade dos processos de *lobbying* por meio de partidos em municípios e estados e a participação em debates públicos de projetos de lei) e a incipiente incidência em instâncias transnacionais (como em organizações internacionais e projetos de âmbito regional) (PANNOTO, 2020, p. 101).

O ecumenismo de ativismo social que historicamente esteve preocupado com a temática da pobreza, diante desse contexto por meio das suas organizações de serviço social passa a engajar-se na esfera pública transnacional nas pautas de justiça climática, étnica¹⁹ e de gênero e a inserção do debate de gênero nas instituições ecumênicas aqui focalizadas, surge nesse cenário (BURITY, 2018). Vejamos o que diz Burity:

Por outro lado, este não é um processo que se faça sem contradições, idas e vindas, e muitas dúvidas sobre a direção que tal abertura eventualmente tomará. Especialmente quando a inclusão dos grupos religiosos se faz pela mera admissão/tolerância de suas práticas e valores desde que circunscritas num espaço separado, ao mesmo tempo estáticas e tomadas como um dado com o qual não se dialoga nem questiona, apenas se confere representatividade e legitimidade. (BURITY, 2007, p. 16).

Podemos analisar uma transformação importante na forma que os agentes religiosos têm se comportado publicamente, causando notoriedade e expansão da militância na esfera pública. Esse processo em nível local ou global não é homogêneo, em algumas regiões do mundo temos uma atuação de base conservadora/extremista e em outros contextos encontramos um ativismo social pautado nos Direitos Humanos e liberdades civis.

A inserção pública dessas organizações ecumênicas em organismos multilaterais, tais como a Organização das Nações Unidas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI, ressoa nas pautas internas dos estados-nação. No entanto, esta dinâmica não é imposta de cima para baixo como previa alguns teóricos da globalização, em vista que essas

¹⁹Por meio desta pesquisa, empiricamente pude observar a centralidade que estas temáticas citadas têm mobilizado as agendas institucionais das três organizações pesquisadas e propriamente dentro do campo ecumênico brasileiro. Dentro das organizações, percebeu-se uma movimentação da construção da Política Institucional de Equidade Racial e isso sinaliza para nós o caráter articulatório que essas organizações estão inseridas no contexto transnacional.

instituições por meio da agenda local conseguem articular suas demandas em arenas políticas de alta visibilidade como ONU e Organizações dos Estados Americanos (BUSH, 2017; BURITY, 2015; PANNOTO, 2020; ØSTEBO, 2013).

Dentro do ecumenismo de ativismo social, esse processo de translocalização das redes ecumênicas não foi indiferente (Justiça Climática, Étnico-Racial e especificamente Gênero). Alcançou visibilidade e articulação em maiores proporções, atingindo vários níveis. Nas organizações ecumênicas, há um grande impulso à formação de redes que estão alinhadas a partir de uma agenda local e global (BURITY, 20018). Vejamos:

Religião e globalização também se cruzam na América Latina por meio da intrincada rede de conexões, apoios e ação coordenada por parte dos movimentos religiosos politizados dos anos de 1970 (e mesmo antes) anos de 1980: teologia da libertação, movimento ecumênico e em menor escala o evangelicalismo da “missão integral” (Cunha, 2010; Abumanssur, 2010; Roy, 2010; Míguez et al., 2009; Caldas Filho, 2007). Estes movimentos deram à luz ou fundiram-se a um conjunto de organizações não-governamentais, agências da cooperação internacional, organizações de assessoria popular e entidades vinculadas a movimentos sociais específicos (ecológico, feminista, negro ou indígena, de minorias sexuais, pacifista, alterglobalista etc.). Deu-se uma profunda imbricação a partir da década de 1990, especialmente impulsionada pela conclamação e/ ou abertura dos organismos multilaterais ao diálogo com a “sociedade civil” e pelo crescimento das formas globais de resistência à hegemonia neoliberal. Essa imbricação criou uma massa crítica de ação coletiva e redes de organizações e grupos informais de cidadãos e cidadãs de orientação cosmopolita, que se espraia do “local” ao “transnacional” e ao “global” em sentidos que a conotação territorial desses termos é insuficiente para captar (BURITY, 2015, p. 42).

No contexto brasileiro e internacional, presenciamos o surgimento da agenda de gênero nas organizações ecumênicas, porém a literatura existente ainda é incipiente para dar conta dessa discussão dentro do campo acadêmico. A resposta ecumênica a tal agenda se deu em dois ritmos: o da participação nessas redes da cooperação internacional para o desenvolvimento e o da sensibilização para o protagonismo das mulheres nas estruturas eclesiásticas e na vida eclesial local.

Grandes campanhas globais, como Jubileu, 2000; mobilizações em torno da participação da sociedade civil em mega eventos promovidos pelas Nações Unidas desde a Eco-92 até a Rio +20; diálogos em vários níveis com o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio sobre questões de combate à pobreza, comércio justo, sustentabilidade, ética corporativa e arquitetura financeira global; e mesmo o movimento alterglobalista (e sua face mais conhecida, o Fórum Social Mundial), seriam incompreensíveis sem o concurso dessa minoria religiosa com perfil e história muito diferentes dos pentecostais que hoje galvanizam as atenções (BURITY, 2015, p. 42).

Dessa forma, essa seção buscou analiticamente articular conceitos chaves para lançar luz sobre nosso objeto empírico. Portanto, entende-se que o surgimento da agenda de gênero dentro das organizações ecumênicas brasileiras está imbricado em um contexto de novas formas de ação coletiva e novas formas de envolvimento público das religiões e seus moldes de inserções em arenas políticas e representações em órgãos multilaterais na qual encontram espaços para articular com outros grupos minoritários suas demandas, criando com isso uma força política forte o suficiente para ser reconhecida (BURITY, 2015; PANNOTTO, 2017).

3.4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Finalizando este capítulo, descreve-se o procedimento metodológico empregado durante o processo de investigação, a fim de deixar evidentes que caminhos foram trilhados para chegar ao objetivo geral e específico dos resultados que serão expostos nos próximos parágrafos.

Tendo em vista que o objetivo geral da pesquisa foi analisar o surgimento da agenda institucional de gênero dentro das organizações ecumênicas brasileiras, buscou-se identificar as **atividades de formação** das três instituições no que se refere ao debate em torno da noção de gênero; em seguida, investigou como a compreensão sobre a temática de gênero se apresenta mediante os **discursos institucionais** — oral e documental — de seus representantes; e, por último, analisou **possíveis contribuições das organizações Diaconia, Koinonia–Presença Ecumênica e Serviço e Fundação Luterana de Diaconia** para a equidade de gênero dentro das organizações.

A escolha dessas instituições na pesquisa deu-se por elas representarem, no cenário nacional, organizações ecumênicas que claramente avançaram no debate de gênero dentro de suas organizações e na construção de Política de Justiça de Gênero, além de estarem articuladas em torno do Fórum Ecumênico ACT Brasil, o principal espaço de mobilizações sociopolíticas do campo ecumênico de ativismo social no país, além das mesmas apresentarem uma semelhança temporal da inserção do debate de gênero em suas agendas internas, o que chamou à atenção e despertou o interesse inicial para realizar o estudo.

O Fórum Ecumênico ACT Brasil é o campo mais organizado e importante do Ecumenismo de Ativismo social no país, pois há mais de vinte anos tem construído incidências na esfera pública nos mais variadas temáticas sociais, agregando mais de 23 organizações baseadas na fé, entre elas Igrejas situadas dentro do protestantismo histórico.

Nos últimos anos, nas reuniões anuais do Fórum Ecumênico ACT Brasil, há um fortalecimento da temática de Justiça de Gênero²⁰ como compromisso das organizações que compõem o fórum no que diz respeito à incidência pública. As organizações pesquisadas neste estudo, Diaconia, Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço e Fundação Luterana de Diaconia, são entidades que compõem esse Fórum desde o início, contudo, a Diaconia entra nesse processo depois.

Na realidade nacional e internacional percebemos a importância das religiões na esfera pública, principalmente em intervenções sobre decisões de caráter mais geral, sobre os direitos reprodutivos das mulheres e a população LGBTTQ+ (TOMALIN, 2013; VITALE; NAGAMINEM, 2018). Contudo, não é possível homogeneizar essas intervenções. O campo religioso é tensionado por distintos atores que estão vinculados a diferentes posições políticas. Há os protestantes que historicamente estão alinhados ao movimento ecumênico e há também atores religiosos que são alinhados por valores como ética social e responsabilidade social dentro do cristianismo, mais amplamente. Por outro lado, dentro dessa heterogeneidade de grupos religiosos no cenário nacional e internacional, existem setores que propagam ideias que violam os direitos das populações historicamente marginalizadas dentro da sociedade brasileira (população LGBTQ+, mulheres, negros e povos originários).

Como foi ressaltado na introdução, a proposta para dissertação é de base qualitativa. A minha inserção como pesquisadora no campo de pesquisa foi realizada mediante requisições abertas às instituições pesquisadas, a fim de manter maior transparência possível com os informantes do campo e respeitar os princípios éticos da pesquisa social²¹. O acesso antecedeu à própria pesquisa, já tendo sido iniciado durante estudo anterior. Participações em reuniões do Fórum Ecumênico ACT Brasil e contatos com as organizações selecionadas facilitaram, portanto, a decisão de escolha das mesmas.

Para compor os dados da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas e análise documental. Nas entrevistas iniciava com uma pergunta sobre o surgimento da pauta de gênero nas organizações e a pessoa entrevistada caminharia com a entrevista e quando necessário para recolher mais informações eu intervinha novamente a fim de buscar mais informações sobre assuntos que não foram expostos.

²⁰Como pode-se analisar: <https://www.cese.org.br/organizacoes-do-feact-brasil-atuam-no-fortalecimento-da-justica-de-genero-em-meio-a-pandemia-da-covid-19/>

²¹Ver FLICK, 2009, cap. 4.

Em Diaconia, foram realizadas entrevistas com a equipe técnica da organização que está atuando no cotidiano dos projetos, principalmente com a pauta de gênero. As entrevistas foram realizadas no mês de dezembro de 2020, na modalidade presencial na sede de Diaconia Recife e on-line, pela plataforma *Google Meet*, em razão da dificuldade de contato com participantes da organização durante o período da pandemia.

Na Fundação Luterana de Diaconia, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas também na modalidade on-line, pela plataforma do *Google Meet*, no mês de dezembro de 2020, inicialmente a instituição disponibilizou o contato da pastora luterana Renate Gierus na forma de informante na construção das informações para esta pesquisa. Após a entrevista com a pastora Renate a mesma indicou o Rogério Aguiar que pode ceder uma entrevista e que foi bastante importante para melhor compreender a temática sobre “Novas Masculinidades” dentro da organização, pois o mesmo está envolvido com o debate dentro da organização. Em 2018, em pesquisa anterior como pretensão para alcançar o título de graduação em Ciências Sociais pesquisei sobre a FLD na mesma temática desta dissertação, utilizou-se duas entrevistas com Marilu Menezes e Cibele Kuss.

E em Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas no mês de outubro de 2019, na cidade de Salvador-BA, em ocasião do encontro de celebração de 25 anos da instituição, onde pode reunião toda equipe técnica e o Conselho Diretor de Koinonia.

Inicialmente, a proposta das entrevistas era realizar com pessoas ligadas à pauta de gênero dentro da organização, no entanto, dentro do campo de pesquisa um informante indicava outros para complementar as informações que eles não sabiam responder ou que não tinham tanta certeza. Percebeu-se no decorrer do campo empírico que Koinonia foi a instituição na qual se conseguiu uma maior quantidade de entrevistados, pois como essas organizações têm uma agenda de trabalho extensa e, em muitas vezes a equipe técnica é reduzida, a forma presencial de conseguir conversar com a equipe facilitou o processo.

A coleta dos dados documentais constituiu pesquisa nos sites de cada organização, selecionando publicações de diferentes formatos que as organizações pesquisadas produzem sobre ou incluindo a temática de gênero. Também foram selecionadas notícias sobre reuniões, eventos, projetos, formações nas quais a temática de gênero foi identificada, encontradas nos sites de cada organização. Por fim, trabalhou-se com a Política de Justiça de Gênero das organizações.

4 O ECUMENISMO BRASILEIRO E O ATIVISMO DAS ORGANIZAÇÕES ECUMÊNICAS DO BRASIL

No capítulo anterior, procurou-se apresentar o quadro de referências teóricas utilizadas para dar suporte à análise do tema da pesquisa. O levantamento bibliográfico sistematizado no primeiro capítulo nos proporcionou observar como outras pesquisadoras e pesquisadores têm construído suas referências teóricas dentro das pesquisas. Nesse aspecto, construímos o quadro analítico da presente pesquisa utilizando uma literatura especializada no debate sobre **Gênero e Religião e Organizações Baseadas na Fé, Religião Pública e Ativismo Religioso**.

Além de elucidar o processo metodológico utilizado para articular os dados do campo empírico, por meio das entrevistas e análise documental aqui realizadas para levantar algumas informações pertinentes à pesquisa.

Neste capítulo, busca-se situar uma reconstituição histórica do ecumenismo brasileiro e a emergência e trajetória geral de cada uma das organizações estudadas. Procura-se indicar a localização específica dessas organizações em relação às estruturas eclesiais protestantes e evangélicas brasileiras, bem como sua trajetória recente de participação em redes de atores religiosos e não religiosos, em escala nacional e transnacional. Para isso, utilizamos nessa reconstituição parte da pesquisa documental e das entrevistas, todavia, também uma literatura acadêmica sobre o campo do ativismo ecumênico no Brasil, ou sobre cada uma das entidades pesquisadas.

4.1 MOVIMENTO ECUMENISMO NO BRASIL

Alves (1979) escrevendo na década de 1970, desenvolveu algumas tipologias para classificar o protestantismo no Brasil, a saber: “protestantismo do sacramento”, “protestantismo do espírito” e “protestantismo de reta doutrina”. Esta última, para ele, por exemplo, foi utilizada para denominar as características do modelo do protestantismo que estabeleceu-se nos primeiros cem anos no Brasil, isto é, uma religião influenciada por uma espiritualidade pietista²², um entendimento literalista do texto bíblico e penetrada por valores culturais individualistas.

²²Em síntese, o movimento pietista originou-se no século XVII, no seio do luteranismo alemão, e mesmo compreendendo a complexidade do movimento, utilizou-se o termo “pietista” para caracterizar uma fé marcada pela valorização de ações individualizadas.

A ética social deste tipo de religião, não é inicialmente social e, sim, individual. Não se preocupava em transformar a realidade social em que estava inserida, marcada desde sua formação por profundas desigualdades sociais e estruturais. Ou seja, esta cosmovisão protestante que predominou nas primeiras décadas da chegada das missões no país compreendia como chave de leitura os indivíduos e qualquer estratégia de transformação era centrada na conversão dos indivíduos (BURITY, 1989).

Apesar disso, segundo Barreto (2019), o protestantismo transportado para o Brasil no século XIX foi, no decorrer do tempo, coagido a se reestruturar a partir do seu encontro com a realidade brasileira, como afirma:

Baseado na compreensão da cultura brasileira como sendo profundamente relacional e híbrida, podemos afirmar que o individualismo e o rigor racional e moral característicos do protestantismo são elementos introduzidos pelos missionários protestantes que explicam, ao menos parcialmente, a pouca atratividade que o protestantismo exerceu sobre a população brasileira nos seus primeiros cem anos de implementação. Por muito tempo, o protestantismo foi visto por muitos brasileiros como sendo uma religião estrangeira, dos mais de 150 anos de sua inserção no Brasil (BARRETO, 2019, p. 61-62).

Aqui, não há espaço para traçar a trajetória da história do ecumenismo e seus múltiplos significados assumidos ao longo do tempo²³. Mas gostaria de indicar sucintamente o percurso do movimento ecumênico no Brasil²⁴ e suas ações em torno da realidade social

²³O termo ecumenismo ao longo dos séculos foi modificado. Etimologicamente, a palavra “ecumenismo” deriva do termo grego clássico *oikoumene* e está relacionado à morada, ao assentamento e à permanência. Também tinha o sentido de “a Terra habitada”, para os romanos. Contudo, somente a partir do século XVII, depois da Reforma Protestante e em meio aos conflitos religiosos que afligiam os cristãos divididos no continente europeu, podemos analisar a importância da palavra “ecumenismo” dentro de um contexto social e eclesiástico de cooperação, aproximação, ação conjunta entre as diferentes denominações cristãs.

²⁴No contexto geopolítico do século XIX em diante, o ecumenismo se definiu em termos de cooperação missionária e representação de igrejas, destacando-se, nas Américas, o Congresso no Panamá, em 1916. Relevantes jornadas foram acontecendo na região, após esse evento e isso possibilitou, nas décadas de 1930 e 1940, encontros nacionais e internacionais que foram organizados com o objetivo de atender aos anseios por cooperação e unidade entre os cristãos protestantes. Esse processo alcançou resultado na criação da Confederação Evangélica do Brasil, em 1933 (Brakemeier, 2004). O congresso do Panamá foi uma reação dos missionários protestantes que atuavam na América Latina à Conferência de Edimburgo em 1910, evento que tinha como objetivo tratar de alguns temas referentes às missões protestantes, seu alcance geográfico, seus métodos e seu conteúdo, e que assumiu a posição de que, por já ser oficialmente católica, a América Latina não deveria ser alvo de missões protestantes (com exceção das populações indígenas não alcançadas pelas missões católicas). Os missionários evangélicos – britânicos e americanos – queriam discutir o tema da evangelização de cristãos e cristãs nominais (“não-praticantes”), por perceberem que a identidade católica de muitos cristãos na América Latina era profundamente incoerente, superficial ou sincrética. A missão entre povos indígenas não alcançados pela Igreja Católica era outra marca da missão protestante na região e não era questionada pelos missionários europeus. Estes, moldados no paradigma das igrejas nacionais (religiões oficiais), não conseguiam conceber a realização de missões entre “católicos” nos países latino-americanos que, desde o começo do século XIX, se tornaram quase todos independentes, mas mantiveram o catolicismo como religião oficial.

brasileira. Há duas correntes fundamentais na história do movimento ecumênico: uma delas é o *ecumenismo institucional (ou eclesiástico)*, que busca a aproximação teológica e cooperação mútua das Igrejas; a outra, o *ecumenismo da ação social*, baseado em uma ética da responsabilidade social, também chamada de diaconia (serviço ou assistência, em grego). Desde o início do ecumenismo existem essas duas fontes. Elas tinham expressão institucional, respectivamente, nos movimentos de **Fé e Ordem** e **Vida e Obra**, que se fundiram no século XX, constituindo-se nas matrizes do Conselho Mundial de Igrejas (BARRETO, 2010; 2019; BURITY, 1989).

Esta história tem dois momentos originários, no Brasil: o esforço de cooperação entre as igrejas protestantes nos anos de 1920 e 1930, que levou à criação da Confederação Evangélica Brasileira (CEB), e o surgimento do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, na CEB, em 1955, diretamente financiado pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e representando o início de um ecumenismo de ativismo social brasileiro.²⁵

Uma organização dos anos 1930, que aqui não poderia deixar de ser citada novamente, dada sua considerável ampliação das reflexões em relação à juventude, cooperação entre as igrejas e responsabilidade social dos protestantes no contexto de pobreza em que se encontrava a América Latina é a Confederação Evangélica do Brasil-CEB. É a partir dela que se originará o ecumenismo da responsabilidade/ativismo social, ainda nos anos 1950, numa aproximação com o CMI.

No final dos anos 1950, o contexto latino-americano encontrava-se em efervescência política, a partir das experiências populistas e da revolução cubana, que rapidamente influenciaram as lideranças religiosas que faziam parte do movimento ecumênico,

²⁵A criação do Conselho Mundial de Igrejas em 1948, na cidade de Amsterdã, permitiu constituir o que, desde então, seria a mais importante entidade ecumênica. Estiveram representadas 147 Igrejas de todo o mundo, predominantemente protestantes. Na Assembleia Constituinte, a Igreja Católica não se fez presente nem mesmo por observadores. Brakemeier (2004), mostra que a representação das Igrejas Ortodoxas, por razões diversas, era fraca, valendo o mesmo para as Igrejas da África, Ásia e América Latina. Mas no decorrer dos anos, podemos perceber a presença dessas regiões no CMI. As Igrejas cristãs reagiram ao processo de mundialização mediante a criação de uma estrutura supraeclesial. Constatamos que o CMI desde sua origem tem sido um órgão integrador de numerosas iniciativas ecumênicas até então isoladas, abrigo-as sob o mesmo teto e facilitando-lhes a cooperação. Ademais, as Igrejas tinham a partir daquele momento uma instituição de expressão internacional que iria promover a filiação de sempre maior número de Igrejas. O CMI, enquanto órgão de unidade das igrejas (particularmente protestantes e ortodoxas) cumpre um papel do ponto de vista eclesiológico e de articulação política das igrejas com a esfera pública em plano transnacional. Isso pode ser percebido na relação com as Nações Unidas, desde o começo (não é casualidade que ambas as organizações foram criadas em 1948, tendo a ONU contato com ativa mobilização da primeira geração de líderes do CMI. No caso específico das “Décadas Ecumênicas de Solidariedade das Igrejas com as Mulheres”, por exemplo, elas foram fomentadas pelo CMI em articulação com a ONU (Dias, 1998).

principalmente entre a juventude²⁶. Porém, no Brasil, com a ascensão do autoritarismo militar, alguns espaços ecumênicos foram impossibilitados de atuar, como por exemplo, a Confederação Evangélica Brasileira, que sofreu intervenção imediata, ainda em abril de 1964 (ABUMANSSUR, 2010; BARRETO, 2010; BURITY, 1989; CUNHA, 2011; 2007; CÉSAR, 1995; DIAS, 1998; 2014; VILELA, 2015).

Dois intelectuais/ativistas ecumênicos das áreas da Teologia e Sociologia importantes na interlocução entre o movimento ecumênico e a realidade brasileira foram Richard Shaull (presbiteriano norte-americano) e Waldo César (luterano). Convidados pelo Conselho Mundial de Igreja a lançar as bases de um ecumenismo ativista no Brasil, eles tiveram a incumbência de organizar quatro consultas nacionais sobre a situação social do país, sobre a responsabilidade dos cristãos na procura de soluções para as principais dificuldades sócio-econômicas e políticas do Brasil, entre 1955 e 1962. Das quatro consultas, apenas uma aconteceu fora de São Paulo, a última, realizada na cidade do Recife, a mais importante de todas, ficando conhecida como Conferência do Nordeste.

É preciso destacar que todas contaram com recursos financeiros do Conselho Mundial de Igrejas. A 1ª consulta aconteceu em 1955, com o tema **“A Responsabilidade Social da Igreja”**. Sua preocupação principal foi repensar as bases bíblicas e teológicas da responsabilidade cristã no campo sociopolítico. A 2ª consulta em 1957. Seu tema foi **“A Igreja e as Rápidas Transformações Sociais no Brasil”** e tinha como pretensão entender a realidade social brasileira em curso no Brasil a fim de pensar qualitativamente qual seria a participação social da igreja, contou com a participação de protestantes e católicos.

A 3ª consulta foi realizada em 1960, intitulada **“A Presença da Igreja na Evolução da Nacionalidade”**. Com o fim de conhecer as intensas transformações que estavam em curso no país, esta consulta foi uma convocação cristã à participação e à solidariedade nos múltiplos aspectos da vida social, cultural, econômica e política do país, em um momento importante do debate sobre a afirmação da identidade nacional brasileira.

A última consulta, a “Conferência do Nordeste”, cujo tema foi **“Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”**, tinha como pretensão articular a igreja e a sociedade brasileira. Segundo Barreto (2019), se os protestantes que já estavam refletindo sobre a participação da

²⁶No período da ditadura civil militar no Brasil tivemos a presença forte da Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Federación Universal de Movimientos Estudiantiles Cristianos (FUMEC), que foram movimentos de resistência no enfrentamento às ditaduras na América Latina. Assim como as Associações Cristãs Acadêmicas, ligadas à União dos Estudantes Cristãos do Brasil (UCEB), reunindo jovens ecumênicos (MA, 2009).

igreja na formação da nacionalidade brasileira, foi neste encontro que os diálogos foram consolidados. Exemplo disso foi a presença marcante de intelectuais brasileiros (sociólogos e economistas) como palestrantes na conferência, Celso Furtado, Paul Singer, Juarez Rubem Brandão Lopes e Gilberto Freyre (BURITY, 1989; BARRETO, 2019; COUTO, 2008; CUNHA, 2007). O autor a seguir justifica a reflexão temática:

O tema desta consulta foi “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. Esta temática tinha um claro propósito. O Otimismo da era do desenvolvimento tinha passado. As estruturas sociais da sociedade brasileira tinham sido destruídas e o país estava agora lutando com o subdesenvolvimento e a pobreza. [...] Portanto, a escolha por esta temática foi uma maneira de refletir sobre o que tal presença significaria, refletindo sobre “o realismo e a audácia do encontro da mensagem cristã com a situação concreta da sociedade brasileira na época” (BARRETO, 2019, p. 156).

Portanto, ao mesmo tempo que a Conferência do Nordeste foi uma abertura inicial para aprofundar o diálogo entre protestantismo brasileiro e a sociedade civil, encontro que ganhou notoriedade por parte da mídia e setores sociais (p. ex., academia, militância partidária e sindical), podemos afirmar também que foi o início do fim do que ficou conhecido como o programa Igreja e Sociedade (BARRETO, 2019):

Forçados pela perseguição dentro de suas denominações assim como pelos militares, muitos líderes do movimento Igreja e Sociedade entraram na arena secular e ajudaram a criar movimentos sociais de resistência à ditadura militar durante seus 21 anos de vigência. Portanto, embora tenha vida curta dentro da igreja institucional, este movimento deixou marcas indelévels no desenvolvimento do cristianismo progressista brasileiro, tanto protestante quanto católico (BARRETO, 2010, p. 275).

Ao analisar a história do movimento ecumênico dos anos 1960 até 2020, notamos uma transformação substancial na dinâmica e estrutura, no final da década de 1960. No entanto, perdurando pelas próximas décadas, um tema importante foi a promoção dos Direitos Humanos²⁷. Para Dias (2014), esta temática era inicialmente restrita à defesa dos direitos individuais e à integridade física dos prisioneiros políticos das múltiplas ditaduras militares que ocorriam na América Latina.

No entanto, a luta e incidência pública na temática sobre direitos humanos na região

²⁷Esta temática de Direitos Humanos nos anos 1960 influenciou as organizações não governamentais de base religiosa e da sociedade civil nos anos subsequentes. Uma das organizações pesquisadas neste estudo, Diaconia, foi instituída na década de 1960.

foi significativamente ampliada, sendo as igrejas católicas e protestantes, no período de endurecimento político do país, instituições notadamente influentes na realidade social brasileira. Especialmente a Igreja Católica Romana, única instituição que não estava sob o domínio do regime militar e que forneceu cobertura para militantes seculares e religiosos, particularmente após o recrudescimento da ditadura, quando clérigos e leigos dos movimentos da Igreja tornaram-se alvo da repressão militar. Vejamos o que afirma Dias:

Muito cedo se aliou à luta pelos direitos do indivíduo a luta pelos direitos sociais, como salário digno, saúde, educação, moradia, terra e trabalho. Multiplicaram-se os grupos que, relacionados de uma maneira ou outra com as pastorais das igrejas, investem talentos, recursos e articulações dos mais diferentes tipos na intenção de criarem um anteparo de defesa, especialmente dos setores populares, aos desmandos do capitalismo militarizado e prepotente (DIAS, 2014, p. 154).

Uma característica relevante nesta época é a propagação do discurso ecumênico para além do contexto das igrejas (tendo em vista o fechamento destas, principalmente as protestantes) e o fortalecimento do ecumenismo da responsabilidade/ativismo social, com o qual o ecumenismo institucional não dialogava o suficiente.

Ainda no final da década de 1960, dá-se a criação do Centro Ecumênico de Informação-CEI, depois Centro Ecumênico de Documentação e Informação-CEDI (1974), instituição autônoma em relação às estruturas eclesiais, que tinha como objetivo promover cursos de formação, pesquisas socioculturais e programas de alfabetização de adultos, fortemente influenciado pelo método de educação popular de Paulo Freire. O Cedi está na origem de Koinonia, como veremos.

Nos anos de 1970, era predominante nas igrejas evangélicas brasileiras um discurso teológico intramundano, que valorizava a salvação da alma e a separação dos convertidos do mundo como mecanismos de não interagir socialmente com a realidade social do país. No final dos anos de 1980, já se percebia algumas mudanças no discurso moral das igrejas mais conservadoras, sendo provocadas a oferecer não apenas recursos simbólicos de uma cosmovisão protestante, mas também contra partidas efetivas para incidir na realidade do público que disputavam. Interessante observar o papel imprescindível que algumas igrejas prestaram para militantes evangélicos, católicos e civis, no momento de endurecimento do Estado brasileiro na ditadura de 1964 (BARRETO, 2019; DIAS, 2014). Vejamos o que diz um dos entrevistados:

O ideal ecumênico mais explicitamente vai surgir e vai se desenvolver aqui no Brasil e uma das manifestações desse despertar inevitável foi a questão

que se chamava de “a responsabilidade social dos cristãos”. Isso é herdado das igrejas europeias e norte-americanas, que, diante das catástrofes da Primeira Guerra Mundial e da Segunda Guerra Mundial, procuravam dar respostas aos problemas sociais que foram consequência da Primeira Guerra Mundial e depois também de maneira muito mais intensa da Segunda Guerra Mundial, inclusive a criação do Conselho Mundial de Igrejas, em 1948. Dez anos mais tarde, mais ou menos, aqui no Brasil, a Confederação Evangélica do Brasil começou a discutir com ela [o CMI] a responsabilidade social dos cristãos (PAULO AYRES 2019, Salvador).

Algumas organizações que atuam ainda hoje no movimento ecumênico brasileiro e latino-americano também surgiram no período, a fim de apoiar projetos e realizar formações para o público leigo das igrejas cristãs e militantes políticos ligados ao ecumenismo e pastorais sociais. Por exemplo, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço-CESE (protestante), criada em 1973, e o Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular-CESEEP (católico), criado em 1982.

A CESE, originária do protestantismo e financiada por grupos protestantes e católicos, hoje presta serviço diaconal aos grupos populares empenhados nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que guiem a estruturas em que prepondere democracia com justiça social, mediando recursos materiais e fomentando espaços de diálogos e articulação ainda hoje (COUTO, 2008).

Situado o campo do movimento ecumênico de ativismo social, é necessário ressaltar a importância do ecumenismo proposto pela Igreja Católica Apostólica Romana, influenciada fortemente pelos desdobramentos do Concílio Vaticano II (1962-1965), que propunha uma reforma na estrutura eclesiológica e defendia as pessoas socialmente vulneráveis da sociedade (WOLFF, 2011).

Há agências internacionais importantes que se destacam nesse esforço do ecumenismo católico de serviço e que atuam no Brasil. A **Cáritas Brasileira**, que está alicerçada dentro de uma estrutura internacional centrada no próprio catolicismo. Sua área de atuação abrange diversas temáticas, incluindo o tema Mulheres e Equidade de Gênero²⁸ (FORTES; GONÇALVES, 2013). A **Misereor** é uma organização²⁹ da Igreja Católica da Alemanha, que trabalha na cooperação para o desenvolvimento, comprometida com a luta de erradicação da pobreza na África, Ásia e América Latina. A Igreja Católica da Inglaterra e Gales mantém como braço de cooperação internacional, integrada à Caritas Internacional, a **Catholic**

²⁸Ver caritas.org.br/area-de-atuacao/7.

²⁹Cf. Os projetos de Misereor. Disponível em: <https://www.misereor.org/pt>

Agency for Overseas Development-CAFOD, com atuação em vários países latino-americanos, inclusive o Brasil³⁰.

Novas organizações surgiram, novas gerações de ativistas e, com o tempo, especialmente a partir dos anos de 1990, novas conexões se foram elaborando entre o ativismo ecumênico organizado e o movimento institucionalizado. Um dos espaços importantes de interlocuções para as articulações das organizações ecumênicas pesquisadas é o Fórum Ecumênico Brasil que ao longo das suas conexões internacionais foi incorporado como o instância da ACT Alliance (FÁTIMA, 2017).

O Fórum Ecumênico Brasil (FE-Brasil), é uma articulação em rede organizada por grupos de igrejas e organismos ecumênicos, que desde 1994, sob a coordenação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, passou a representar o Compartilhar Ecumênico de Recursos no Brasil (CER-Brasil)³¹, como pudemos analisar nas entrevistas e que dialoga com o conceito de Religião Pública, pois esse mecanismo interno estabelecido pelo Conselho Mundial de Igrejas tinha como pretensão gerar uma nova conceituação nas relações ecumênicas das igrejas do Hemisfério Norte e Igrejas do Hemisfério Sul, tradicionalmente compreendidas como “doadoras de recursos” – humanos, materiais e financeiros e receptoras. E, ao mesmo tempo, ajudá-las a superar as estruturas socioeconômicas injustas e desiguais de dependência entre países ricos e pobres (OLIVEIRA, 2006; RAISER, 1994).

Na medida que essa proposta tem como objetivo repensar a responsabilidade cristã da “Missão” e “Desenvolvimento” das igrejas ecumênicas, pode-se dizer que, o Programa Compartilhar Ecumênico de Recursos significou, além de um esforço na busca de atenuar as desigualdades nas relações internas das igrejas, buscou construir relações justas baseadas na igualdade e autonomia. Essa autonomia terá consequência a organização pública da religião na esfera pública, pois reajusta o direcionamento da compreensão da religião na esfera social, criando com isso grupos de ativismo para atuar dentro das realidades locais de incidência por políticas públicas (SCHERER, 2014).

³⁰ A Cafod foi criada em 1962, na Inglaterra, e tem alcance global, inserida em 33 países do mundo. Disponível em: cafod.org.uk/About-us/Where-we-work.

³¹ O conceito “Compartilhar Ecumênico de Recursos” é uma conceituação nativa, elaborada pelo Conselho Mundial de Igrejas que traduziu-se em uma articulação pela Secretaria para a América Latina do Conselho Mundial de Igrejas por meio da instalação de um Grupo Regional conhecido pela sigla CLACDER (Comitê Latino-Americano do Compartilhar Ecumênico de Recursos). Este Grupo Regional tinha como objetivo analisar a situação socioeconômica e político-cultural da região, apontando as necessidades e desafios das Igrejas e Organismos Ecumênicos pautados na dignidade humana.

Segundo Souza (2016), a cooperação ecumênica³² desde o início foi fundamental para o processo de afirmação, promoção e defesa dos direitos humanos no país, compreender sua relação com o movimento ecumênico brasileiro faz necessário para analisar a ação e articulação de ambos enquanto espaços interligados. As agências internacionais ecumênicas ao compartilhar recursos com entidades brasileiras fortalece o ecumenismo latino-americano, pois impulsiona debates, desenvolve reflexões e incidência do movimento ecumênico na região. Porventura, sem essa interligação entre cooperação internacional e movimento ecumênico brasileiro, não seria possível o mesmo protagonismo e incidência na esfera pública. Vejamos o que diz Souza:

A cooperação ecumênica passa a funcionar no início do século XXI e buscará formar em todos os países de sua atuação Fórum de articulação ecumênica reunindo igrejas, movimentos, e escritórios nacionais das agências de cooperação para articular e coordenar a todas as iniciativas ecumênicas (SOUZA, 2016, p. 92).

Atualmente a ACT Alliance é a principal instância de coordenação da cooperação no Brasil, sob a sigla FEAT-BR (Fórum Ecumênico ACT Brasil). No entanto, o fórum apresenta limitações no que diz respeito à representatividade ecumênica, pois não abarca toda expressão ecumênica do país. Atualmente é representado por Igrejas, Conselhos de Igrejas e Entidades Ecumênicas³³.

Em nível nacional, ele representa para essas entidades um espaço de articulação no qual elas conseguem estabelecer ações coletivas em prol de determinadas temáticas. Percebeu-se que ao longo da sua trajetória, em 2010, o Fórum Ecumênico Brasil passou a ser Fórum Ecumênico ACT Brasil, justamente porque foi incorporado como espaço regional de diálogo da organização global ecumênica ACT Alliance³⁴, o processo da translocalização da

³²A Cooperação Ecumênica ao longo da sua trajetória sofreu bastantes modificações, no início do século XX, com a Conferência Missionária Internacional, na cidade de Edimburgo, em 1910, contou com agências missionárias oriundas da Europa e Estados Unidos para América Latina. Contemporaneamente a Cooperação ecumênica desempenha um papel nas articulações em prol dos países emergentes e ajuda humanitária.

³³Composição do Fórum Ecumênico: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Metodista, Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, Igreja Ortodoxa Siriana e Igreja Católica Apostólica Romana; Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai-Região Brasil); Centro de Estudos Bíblicos (Cebi); Centro Ecumênico de Evangelização, capacitação e Assessoria (Ceca); Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (Cediter); Centro Regional Ecumênico de Asesoría y Servicio (Creas-Argentina); Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese); Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular (Cesep); Diaconia; Fundação Luterana de Diaconia (FLD); Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME); KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e Universidade Popular (Unipop).

³⁴Para mais informações sobre essa articulação global Fórum: https://actalliance.org/?post_type=forums&p=1163

pauta de gênero mediante o ativismo social ecumênico brasileiro foi incorporado na agenda institucional da ACT Alliance.

Ou seja, podemos constatar a criação de redes globais e locais que atuam a partir do contexto social que elas estão enraizadas, de agências ecumênicas de serviços e dos anos 1990, até os dias atuais a presença consolidada das organizações não-governamentais religiosas enquanto organizações corporativas presentes nas esferas transnacionais de representações políticas (BURITY, 1997; 2006; 2018; MEINCKE, 1991).

Atualmente o Fórum Ecumênico é uma articulação fomentada pela ACT Alliance. Desde a sua criação como Compartilhar Ecumênico de Recursos em 1994, tem buscado refletir sobre as relações entre Igrejas e organismos ecumênicos.

Na sua constituição treze temáticas na época foram identificadas a fim de nortear a agenda de atuação, são elas: 1 Diálogo e unidade em face do pluralismo religioso e cultural; 2 Estratégias de superação de barreiras ao ecumenismo nas instituições eclesiais; 3 Relação entre organismos ecumênicos e instituições eclesiais; 4 Relação entre militantes ecumênicos e suas respectivas Igrejas; 5 O desafio de transformação das Igrejas institucionais; 6 Relações ecumênicas com a Igreja Católica Romana; 7 definição do ecumenismo; 8 A exigência de produção ético-teológica; 9 Importância da produção ético-teológica na elaboração de critérios para a cooperação internacional; 10 Sistematização de uma perspectiva eclesiológica; 11 Instituição x Movimento, e Massas x Minorias; 12 Bases/público-alvo do Movimento Ecumênico; 13 Lógica das relações de cooperação. Essas temáticas foram condensadas em três eixos que foram tratados nos anos seguintes: Igreja e sociedade; Processos institucionais e Teológico/conceitual (OLIVEIRA, 2006).

No entanto, ao longo dos anos e a incorporação do Fórum Ecumênico Brasil na ACT Alliance as pautas foram sendo modificadas, inclusive, Justiça de Gênero entra na agenda do fórum na virada do milênio (SOUZA, 2016; SANTOS, 2016).

A ACT é uma organização global criada a partir da junção de duas grandes redes internacionais do movimento ecumênico que prestava ajuda humanitária e atuava diante das catástrofes globais. Essa agência ecumênica internacional tem proporção gigantesca e atua em 140 países em diferentes temáticas e mobiliza mais de 3 bilhões de dólares por ano para atuar em três grandes áreas: Ajuda Humanitária, Desenvolvimento e Advocacy (BURITY, 2018). Segundo Pannoto (2020), os grupos evangélicos desde o século passado conseguiram galgar espaços sociopolíticos em vários níveis e a partir de distintas matrizes, uma expressão pública de relevância e representatividade no âmbito das agências globais e a ACT Alliance, que por

ser uma coalizão dentro de agências como ONU, por exemplo.

Uma entidade internacional que representa mais de 144 igrejas e organizações religiosas que trabalham em prol das pautas dos direitos humanos e em resposta humanitária, na defesa por direitos em mais de 100 países. Dentro do movimento ecumênico significa a maior coalizão de desenvolvimento humanitário protestante e ortodoxo do mundo e, em união, os membros têm uma longa trajetória de promoção da justiça social, direitos humanos e desenvolvimento sustentável, o ativismo social ecumênico acontece em vários níveis, seja local por meio das práticas das organizações e articulação com movimentos sociais e por meio da cooperação internacional. Por exemplo, o Conselho Mundial de Igrejas, em nível internacional, representa um arcabouço institucional focado em intervir nos debates públicos de projetos das agendas internacionais em instância transnacional (BURITY, 2015).

No Brasil, há cinco entidades que constituem o Fórum Ecumênico ACT Brasil e tem conexão com a agência global ACT. A Coordenadoria Ecumênica de Serviço -CESE, Christian Aid³⁵, Diaconia, Koinonia-Presença Ecumênica e Serviço e Fundação Luterana de Diaconia, essas últimas três instituições ecumênicas brasileiras estão sendo pesquisadas neste estudo, por meio de articulações políticas que estão internacionalmente associadas à ACT Alliance.

As instituições ecumênicas internacionais também desempenham um papel importante na fomentação e construção de uma agenda de gênero nas organizações brasileiras, pois seus recursos financeiros e assessorias técnicas faz com que dentro das três organizações encontrem espaço para introduzir suas agendas de trabalhos delas.

Por exemplo, a Tearfund é uma agência cristã internacional humanitária e de desenvolvimento com mais de 50 anos de experiência. Trabalha em mais de 50 países, em parceria com comunidades, igrejas e organizações locais a fim de responder os graves desafios da pobreza e as injustiças sociais globais. Ela está estruturada em três linhas de ação: **Advocacy**, onde procura-se influenciar as igrejas associadas na esfera global e os governos para criarem políticas públicas e estruturas equitativas e justas em âmbito local, nacional e global. **Desenvolvimento Comunitário**, realizando trabalhos por meio da igreja local, capacitando as comunidades a fim de possibilitar a superação das condições de pobreza e **Resposta Humanitária**.

Nas entrevistas com os membros das instituições Diaconia e Fundação Luterana de

³⁵ Em 2019, por decisões estratégicas internas da organização, o escritório do Brasil encerrou suas atividades.

Diaconia, os entrevistados relatam a relevância que a Tearfund obteve na introdução da temática sobre novas masculinidades nas organizações. As organizações ecumênicas brasileiras estavam interessadas em discutir sobre a temática sobre novas masculinidades e a entidade cristã Tearfund proporcionou formação sobre o tema, criando-se assim, uma proposta metodológica de democratização dos conteúdos para os funcionários e público geral atendidos por elas no contexto local.

As articulações que essas redes estão inseridas em nível nacional e dentro da cooperação internacional introduzem as mesmas a envolverem-se com pautas temáticas e consequentemente alteram a dinâmica interna do movimento ecumênico brasileiro.

Atualmente, o movimento ecumênico de ativismo social atua na garantia de direitos às minorias sociais, na defesa de pautas ambientais e além do debate sobre desenvolvimento, tendo entre suas pautas principais: Justiça de Gênero, Ajuda Humanitária, Mudança Climática, População Quilombola, Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa. Mas segundo Burity essas agendas são de construção recente, pois historicamente o movimento ecumênico esteve preocupado com as temáticas da pobreza, solidariedade e ajuda humanitária (BURITY, 2018).

Contemporaneamente como forma organizativa das juventudes ecumênicas a Rede Ecumênica de Juventude – REJU³⁶, emerge em 2007, como um projeto do Fórum Ecumênico ACT Brasil, momento político do país que constata-se uma cultura de direitos em desenvolvimento e a efetivação dos mesmos por meio das conferências de participações sociais e instâncias consultivas em nível local, nacional e internacional, têm trabalhado nas esferas socioculturais, políticas e religiosas guiada por princípios de superação das intolerâncias religiosas e defesa dos direitos das juventudes e liberdades democráticas.

Este cenário leva-se em consideração a conjuntura política do movimento ecumênico brasileiro e internacional, que sofre modificações na sua dinâmica e identifica a demanda de estimular a identidade juvenil e a incidência na luta em favor de direitos, intensificando sua incidência pública (SCHERER, 2014; SANTOS, 2016).

Como podemos analisar neste período, as jornadas ecumênicas fomentadas pelo Fórum e organizações parceiras em âmbitos local, regional e nacional, possibilitaram criar

³⁶Durante sua atuação a Rede Ecumênica de Juventude desde sua fundação atuou em prol da incidência pública e garantia de direitos como princípio central de sua existência, em especial na efetivação das Políticas Públicas de Juventude, chegando a ocupar a presidência do Conselho Nacional de Juventude, representado pelo então facilitador nacional Daniel Souza.

uma articulação de mobilização da rede, autonomia em suas iniciativas e mobilizações e construção de agendas advindas das demandas das juventudes, exemplo da agenda de Justiça de Gênero.

A rede era formada por jovens das cinco regiões do país e dadas as limitações financeiras da rede em encontra-se em reuniões presenciais, os meios de comunicação utilizados era virtual, no entanto, uma vez por ano existia o Encontro Nacional a fim de avaliar e construir a agenda de incidência pública anual (SANTOS, 2018).

A rede era formada por jovens de diferentes tradições e pertencas espirituais, de caráter ecumênico/inter-religioso, além de grupos que não pertencem a grupos religiosos, porém, identificam alinhamento com as pautas assumidas (FÁTIMA, 2017).

A REJU, foi uma expressão relevante dentro do movimento ecumênico brasileiro contemporâneo, pois durante sua atuação mais efetiva conseguiu mobilizar nos modos do novo ativismo social uma representatividade importante de jovens de diferentes regiões do país, interligados pelas novas tecnologias de comunicação inovou com um modelo organizativo até então recente dentro do movimento ecumênico brasileiro (SILVA, 2016).

Em vista dessa dupla origem do movimento ecumênico, não é possível separar radicalmente ativistas de teólogos/as no movimento, pois sabemos que tanto há teólogos/as envolvidos/as nas ações práticas de entidades ecumênicas, como há ativistas que, influenciados pelas formações que o movimento proporciona aos participantes, estão imersos/as em leituras sobre teologia. Portanto, o movimento ecumênico apesar dessas duas correntes que, por muito tempo, pelejaram entre si ou seguiram caminhos distintos, possui essa diversidade de atores, do universo teológico e da ação social.

Neste cenário apresentado sobre a cooperação internacional ecumênica e o movimento ecumênico brasileiro emerge o interesse pelo debate sobre gênero nas organizações ecumênicas ainda pouco ou minimamente pesquisado dentro do campo acadêmico. Mas que nas últimas décadas essas instituições ecumênicas de serviço vem se mobilizando nas suas agendas institucionais.

Nas próximas seções temos como pretensão apresentar o universo das organizações pesquisadas³⁷ demonstrando o contexto social no qual elas atuam, respectivamente³⁸.

³⁷ A ordem de apresentação das organizações estudadas foi estruturada a partir da formação da mais antiga à mais recente temporalmente.

³⁸ Nesses próximos parágrafos pretende-se apresentar o universo das organizações pesquisadas de forma geral, sem aprofundar propriamente na análise do material empírico sobre gênero, relevante para o objetivo central deste trabalho.

4.2 DIACONIA

Com o início da ditadura militar a CEB foi desativada, no entanto, foi no processo da abertura política em 1987, com deputados evangélicos que retomaram suas atividades, mesmo que de maneira breve. Contudo, o trabalho desenvolvido de cooperação realizado no decorrer de sua existência, especialmente nos anos 1950 e 1960, originou importantes experiências de engajamento social do protestantismo brasileiro, por meio da criação das nomeadas entidades ecumênicas de serviços, no caso das três organizações que fazem parte deste estudo.

A Diaconia³⁹ é uma Organização não governamental brasileira herdeira do ecumenismo de responsabilidade social do ativismo social protestante, instituição sem fins lucrativos e de serviço ecumênico, constituída em 1967, por igrejas cristãs que compõe o protestantismo brasileiro e foi idealizada a fim de promover a responsabilidade social cristã e o diálogo com a sociedade brasileira. Em um contexto sociopolítico mais amplo, a organização é atravessada pela Guerra Fria e as ditaduras militares na América Latina e Brasil. A Diaconia atualmente é formada pela união de 11 denominações evangélicas⁴⁰ que juntas mantêm financeira e administrativamente os trabalhos sociais desenvolvidos pela organização, que, por sua vez, presta serviço diaconal às igrejas, sociedade civil e atua em defesa de políticas públicas em nível local e nacional.

Dentro da sua organização a Diaconia é estruturada por um Conselho Diretor, um Conselho Fiscal e uma Coordenação. O Conselho Diretor é formado da seguinte maneira: presidência ; Vice-presidência; 1ª Secretaria; 2ª Secretaria; 1ª e 2ª Tesouraria; e Vogal. O **Conselho Fiscal** é formado por três membros. Já a coordenação, de caráter executivo, é composta por seis pessoas, que trabalham diretamente nas ações da instituição.

Na primeira década de atuação, seu objetivo consistia em colaborar com a campanha

³⁹“O termo diaconia provém do grego e a sua forma verbal *diakonein* tem originalmente o significado de servir à mesa. Seu sentido mais amplo é simplesmente servir. No Judaísmo, o conceito de servir adquire sentido religioso na medida em que o povo crente serve a Deus (Js 24:25) e em que o mandamento divino exige o amor (serviço) ao próximo (Lv 19:18).” (GAEDE, 2008, p. 288). Dentro do campo teológico, há uma literatura abrangente sobre o conceito de Diaconia. Ao longo dos anos o entendimento foi se modificando. Inicialmente, compreendia-se a diaconia como realização de ações caritativas. Com as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos e Europa no pós-guerra, começa-se a ampliar essa concepção de diaconia. Nos anos 1950, entendia-se como promoção humana; na década de 1960, como desenvolvimento comunitário; e, nos anos 1980 e 1990, há uma compreensão influenciada pelas mobilizações coletivas e *advocacy*. No século XXI, por exemplo, podemos encontrar o trabalho diaconal das igrejas cristãs a partir das organizações não-governamentais (GAEDE, 2008; NORDSTOKKE, 2005; 2015).

⁴⁰Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja Presbiteriana do Brasil, Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Cristianismo Decidido Associação, Igreja Cristã da Trindade, Exército da Salvação, União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil e Igreja Metodista do Brasil.

de integração nacional e auxiliar os brasileiros no processo de seu desenvolvimento, por meio de projetos de prestação de serviço social, de desenvolvimento e mobilização comunitária, de bem-estar social, de apoio a grupos e organizações comunitárias além de ajuda humanitária em calamidades públicas. Neste período, a Diaconia coordenou um programa de promoção humana para brasileiros e brasileiras que, inquietos por melhorar sua condição de vida, adotassem uma conduta ativa, intervindo positivamente no progresso de sua comunidade(Cartilha de 50 anos de Diaconia [s.d]).

Proporcionando a articulação entre instituições financiadoras, comunidades e todos os demais parceiros envolvidos na realização de programas, projetos e campanhas, a Diaconia chegou a disponibilizar apoio material, técnico e financeiro para comunidades urbanas e rurais distribuídas por todo Brasil, abrangendo uma quantidade significativa de pessoas por meio das suas ações. Ao executar seus objetivos, propagando entre a população brasileira um trabalho social, a Diaconia proporcionou o acesso, a penetração e a instalação de Igrejas evangélicas em comunidades localizadas em todas as regiões do país. No documento “Diaconia: 45 anos de serviço e promoção de direitos, Relatório Institucional para Assembleia Geral Ordinária de 2012”, citado no trabalho da pesquisadora Queiroz, vejamos uma citação utilizada pela autora:

A Diaconia é fruto do trabalho de muitas mãos e vidas que se unem para executar um serviço, baseado nos princípios cristãos, em favor de pessoas e grupos que vivem em situação de pobreza e não têm seus direitos mais fundamentais respeitados. A Diaconia tem se colocado ao lado destas pessoas e grupos, mostrando, através de sua atuação, que Deus deseja a vida abundante para as suas criaturas e chama a todas para a reconciliação através de seu filho Jesus Cristo (QUEIROZ, 2013, p. 52,).

Durante mais de cinquenta anos de sua existência tem se comprometido com a promoção da justiça e do desenvolvimento social. Criada no Rio de Janeiro, mas nos anos 1980 teve suas ações voltadas para região Nordeste, região que detinha a maior concentração de pessoas vivendo em condições de pobreza, nesse aspecto sua sede passa a ser localizada na capital de Pernambuco, Recife. No decorrer dos anos atua no cenário social brasileiro por meio de ações sociais que têm como público alvo ao longo da sua trajetória, mulheres, homens e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Mas nem sempre sua agenda esteve voltada para essas categorias. Desde o início deste século, a organização tem estruturado sua agenda em trabalhos nos seguintes eixos: Ajuda Humanitária, Segurança Alimentar, Nutricional e Hídrica, Meio Ambiente e Clima;

Habitação, Educação, Saúde, Urbanização, Agricultura, Justiça de Gênero e Direitos das Juventudes. Sua contribuição destaca-se, principalmente, na região Nordeste⁴¹ do país.

Tendo atuado de forma basicamente assistencial até o final dos anos 1980, a Diaconia assumiu, progressivamente, um protagonismo no âmbito da sociedade civil que a levou a se caracterizar como ONG de serviço no qual consegue articular recursos de agências internacionais ecumênicas, igrejas européias e recursos públicos do Estado brasileiro para manter e coordenar programas com o seu público-alvo. Esses recursos captados pela organização são revertidos na prestação de serviço humanitário e social. Vejamos o que diz uma das cartilhas de Diaconia:

Desde sua fundação, a Diaconia estava legalmente habilitada a operar, importar, armazenar e transportar alimentos e outros materiais de assistência doados por países estrangeiros. Viabilizada através de convênios com organizações norte-americanas, a Campanha Alimento para a Paz representava a principal ação do chamado Programa de Autoajuda, coordenado pela organização até 1985. Através da campanha e por meio de outras ações promovidas pela Diaconia, milhares de toneladas de alimentos foram distribuídas em diversas regiões do Brasil, bem como outros itens arrecadados através das doações, como roupas, material de higiene, material educativo, medicamentos e material hospitalar, instrumentos agrícolas e sementes (Cartilha de 50 anos de Diaconia).

Ou seja, a organização no decorrer da sua história de atuação social conseguiu acumular expertises na coordenação de campanhas de doações e na articulação de diversas instituições para o compartilhamento de recursos e com isso treinou habilidades para a instituição atuar no cenário da sociedade civil de maneira que os parceiros tenham confiança nos trabalhos desenvolvidos, exemplo disso são os prêmios que ela acumulou durante os anos⁴² (QUEIROZ, 2013).

No cenário local e nacional tem contribuído com o debate sobre gênero desde os anos 1990, por meio dos projetos desenvolvidos com mulheres em situações de vulnerabilidade

⁴¹No Sertão do Pajeú em Pernambuco e Oeste Potiguar no Rio Grande do Norte, além das regiões metropolitanas de Recife e Fortaleza.

⁴²Em ordem cronológica, em 1999, Diaconia ganhou o Prêmio Gestor, na categoria de Desenvolvimento Rural, concedido pelo Grupo de Estudos e Soluções de Tuparetama (PE). Em 2002, ganha o Prêmio Super Ecologia, concedido pela revista Super Interessante ao Programa Um Milhão de Cisternas, do qual ela foi gestora. Em 2003, venceu o Prêmio Bem Eficiente, concedido pela Kanitz e Associados, premiação que distingue as 50 mais conceituadas ONGs do país. Em 2007, ganhou a certificação de tecnologia social no Prêmio da Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. Em 2011, ganhou o prêmio de melhores práticas em Gestão Local, conferido pela Caixa Econômica Federal. Esses exemplos demonstram o argumento que pretende-se desenvolver nesta pesquisa, pois, a Diaconia, assim como as outras ONGs ecumênicas pesquisadas, têm uma participação ativa na esfera pública brasileira e articula-se na construção de parcerias para a execução de Políticas Públicas, com recursos públicos assim como recursos provenientes de Igrejas e agências multilaterais (cf. <https://bemvindo.diaconia.org.br/pt/institucional>).

social e violência doméstica, com uma discussão com foco em HIV/AIDS⁴³ e Igrejas, sinalizando para nós que o debate de gênero surge na instituição paralelamente ao contexto de Koinonia e o que é interessante observar e os nossos dados empíricos irão apontar é o contexto nacional e internacional que essas redes estão inseridas e possibilita serem permeadas pela gramática da igualdade de gênero. No próximo capítulo aprofundaremos a discussão. Diaconia é parte do Fórum Ecumênico ACT Brasil, instância vinculada à Aliança ACT.⁴⁴

4.3 KOINONIA – PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO

Assim como a Diaconia, a origem de Koinonia remete à história do Movimento Ecumênico Brasileiro, a partir da segunda metade dos anos 1950. Dentro do protestantismo brasileiro havia grupos e lideranças comprometidas com a transformação social e intervenção efetiva na realidade social de acentuadas desigualdades sociais do país e conectam isso a um projeto ecumênico⁴⁵.

Após o golpe militar e o desmembramento da Confederação Evangélica do Brasil, os ativistas protestantes de esquerda fundaram o Centro Ecumênico de Informação (CEI)⁴⁶, no Rio de Janeiro. Uma organização que publicava mensalmente boletins informativos que contribuem com notícias nacionais e internacionais sobre a conjuntura política. Possibilitando

⁴³Nessa época, havia um cenário em que as pessoas que contraíram o vírus acabavam sendo estigmatizadas. O HIV/AIDS começou a entrar no discurso das igrejas conservadoras, especialmente entre os anos 1970 e 1990, nos Estados Unidos, como um “castigo de Deus”, especialmente para a comunidade gay. A primeira intenção de Diaconia foi trabalhar com as lideranças. Percebendo que não havia flexibilidade ou abertura por parte da liderança, encontra formas sutis de realizar a discussão, como oferecer oficinas sobre “Igreja e saúde” e “Comunidade Saudável”.

⁴⁴Rede global resultante da junção de duas redes ecumênicas, Action of Churches Together Internacional e Action of Churches Together Desenvolvimento, que se ocupavam, respectivamente, de situações de emergências e catástrofes e a que se engajaram em ações de promoção do desenvolvimento, associações civis, caritativas. Reunindo grande parte das organizações dessa natureza associadas ao Conselho Mundial de Igrejas, a Aliança ACT é uma instituição diaconal internacional, com mais de 140 associadas em 127 países do mundo. Instituições ecumênicas brasileiras tiveram um papel importante na própria criação da Aliança. Aqui no Brasil, algumas instituições que compõem o campo ecumênico fazem parte dessa articulação desde o seu lançamento no país, em 2010. As associadas brasileiras, atualmente, são elas: Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço, Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, Christian Aid, e FLD e, Diaconia. Ou seja, as três organizações estudadas fazem parte dessa aliança global. Essa conexão da Aliança ACT com parceiros brasileiros foi realizada por intermédio do apoio do Conselho Mundial de Igrejas e da Federação Luterana Mundial, e com isso possibilita um campo de pesquisas futuras a serem realizadas.

⁴⁵No documentário: “O Sonho Ecumênico” podemos analisar melhor o argumento defendido. Site: <https://www.youtube.com/watch?v=dxLxbqsEdFM&t=2808s>

⁴⁶Esse grupo era formado por intelectuais e lideranças religiosas que ajudaram a construir o movimento ecumênico no Brasil, durante sua existência prestou um importante serviço em notícias e produção intelectual, um exemplo desse feito é a Revista Tempo e Presença, ainda hoje mantida pela instituição Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço.

reflexões sobre questões sociopolíticas e outras que mobilizam lideranças religiosas e o campo ecumênico, o CEI prestava subsídio intelectual para redes e grupos de igrejas, em interlocução com o Conselho Mundial de Igrejas, e protegeu presos políticos do governo autoritário do Brasil da época (BARRETO, 2010).

O Centro Ecumênico de Informação manteve-se até 1974, quando se desdobrou no Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Nas suas atividades ao longo do tempo, realizou seminários e encontros para reunir lideranças ecumênicas e produziu publicações, inclusive a revista Tempo e Presença (ROSA, 2019; DIAS, 1998; CUNHA, 2020; CARVALHO, 2014). Vejamos o que diz um dos entrevistados:

O departamento de Responsabilidade Social foi praticamente desmantelado e as pessoas que faziam parte desse departamento como Waldo César, Jether Ramalho, Carlos Cunha, Domicio Pereira de Mattos, esse pessoal foi se reagrupar numa organização chamada Centro Evangélico de Informação. Criaram o boletim. Um pouco mais na frente vai virar Centro Ecumênico de Informação. Tinha um boletim que circulava, de maneira muito cuidadosa, informações de caráter social e político, levando em consideração que a gente vivia debaixo de uma ditadura militar. (Paulo Ayres)

O CEI foi uma instituição importante na história do país e, principalmente, para o movimento ecumênico brasileiro, pois possibilitou direta ou indiretamente a formação de organizações ecumênicas que atuam ainda hoje na sociedade brasileira e que desempenham por meio do trabalho social uma contribuição significativa diante das desigualdades sociais do país. Exemplo disso foram a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE)⁴⁷, o Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) e o Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI)⁴⁸, além do próprio Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

Com o fim do CEDI em 1994, em uma conjuntura política de abertura democrática, crise de financiamento das organizações da sociedade civil no país e de transformações organizacionais vivenciadas pelo Estado brasileiro a partir do novo associativismo dos movimentos sociais anteriores, surge Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço, num desmembramento do CEDI que envolveu a criação de outras duas organizações, Ação

⁴⁷Por meio da atuação da CESE, populações rurais e urbanas do país que vivencia no seu cotidiano as consequências das desigualdades sociais e ambientais podem contar com o apoio institucional e recursos financeiro que a instituição dispõe para que esses grupos consiga se mobilizar internamente e politicamente em defesa da perspectiva da defesa da democracia e justiça social. Exemplo recente desse trabalho em torno do fortalecimento das lutas sociais em que a organização esteve atuando diretamente foi o caso de Brumadinho. Informações: <https://www.cese.org.br/?s=brumadinho>

⁴⁸O CEBI é um centro popular de estudos bíblicos que, a partir da educação popular, inspirada em Paulo Freire, tem atuado ao longo dos anos para fornecer subsídios teológicos para Pastorais Sociais da Igreja Católica e militantes da Teologia da Libertação de várias igrejas. Cf. <https://cebi.org.br>.

Educativa e Instituto Socioambiental (WOLFF, 2022; JÚNIOR, 2015; HARA, 1998).

Segundo um dos entrevistados e ex-presidente:

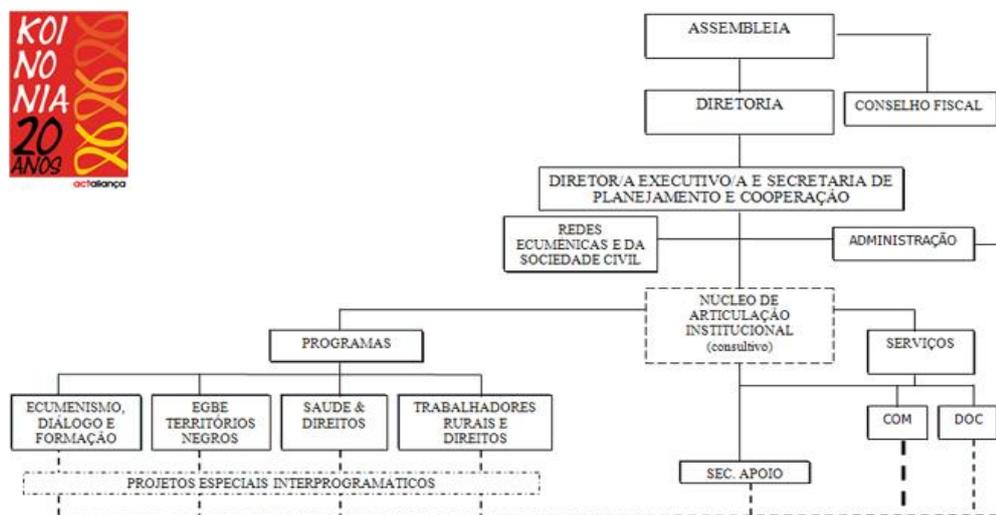
Esse grupo do CEDI começou de maneira muito singela, mas ao longo dos anos ele foi ampliando, até o ponto que havia quatro grandes linhas de atividades: ecumenismo, educação popular, direito dos povos indígenas e o mundo do trabalho. Essa organização cresceu tanto, tanto, que já não era mais possível a gente ter uma administração que atendesse às demandas desses quatro grupos que estavam dentro da instituição. A solução que a gente encontrou foi acabar com o CEDI e incentivar a criação de novas instituições que pudessem dar continuidade ao trabalho do CEDI, mas agora como instituições separadas. Desse processo, surgiram três organizações: Koinonia que ficou com a parte ecumênica, um grupo de Ação educativa, que se dedicou basicamente à educação, e o Instituto Socioambiental, que vai se preocupar com questões ambientais com implicações sociológicas e vice-versa. Cada uma seguiu seu próprio caminho (Paulo Ayres, Salvador, 2019).

Nos primeiros anos de existência, foram importantes para o estabelecimento da instituição a efetivação de projetos inovadores e desenvolvimento de novas metodologias de trabalho junto ao seu público-alvo. No bojo das transformações organizacionais dos movimentos sociais da década de 1990, Koinonia solidifica-se e assume um papel importante entre as instituições ecumênicas de serviço do Brasil, corroborando suas ações nos campos da promoção de direitos e justiça socioambientais, contribuindo com a formação de educadores populares, cooperando para a busca de condições de vida dignas para as populações historicamente e culturalmente vulneráveis.

A instituição tem atuação nacional, principalmente nos estados do Rio de Janeiro que funciona basicamente seu escritório, Bahia e São Paulo, além de parcerias internacionais como a ACT Alliance (PIMENTEL, 2020).

Sua estrutura organizacional está constituída por uma assembleia (de que participam 47 associados/as), a diretoria (composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretário/a, Tesoureiro/e Vogal, um Conselho Fiscal (composto por três pessoas), uma Diretoria Executiva e Secretaria de Planejamento e Cooperação. A Imagem 1 a seguir, mostra mais informações da estrutura organizacional interna da ONG Koinonia:

Imagem 1 - Estrutura organizacional de Koinonia



F

Fonte: Site Koinonia

Em 2019, Koinonia completou 25 anos⁴⁹ de atuação na sociedade brasileira, um marco que foi festejado por meio de um encontro que reuniu parceiros, beneficiários, equipe e associados, em torno de um seminário público para avaliar suas agendas.

Koinonia, por meio de acesso a editais públicos e recursos de agências internacionais ecumênicas, presta apoio social à população negra e trabalhadores, em comunidades urbanas e rurais, mulheres, jovens, além de atuar desde os anos de 1990, com a população que vive com HIV/AIDS⁵⁰ – um tema importante, que será porta de entrada para o debate sobre justiça de gênero dentro da organização e sua agenda institucional (CAVALCANTE, 2010).

Além disso, um dos campos de atuação de Koinonia, que dá continuidade à história do CEI e CEDI, é o da atuação junto a organizações ecumênicas nacionais e internacionais, no qual a organização, além de prestar serviços, é também um agente político de mobilização e interlocução em ações sociais em favor do fortalecimento da democracia e justiça social⁵¹.

⁴⁹Em decorrência do aniversário de 25 anos da instituição aconteceu, em Salvador-BA, um encontro de planejamento, assembleia e seminário em comemoração aos 25 anos de Koinonia. Ver: <https://alc-noticias.net/bp/2019/11/04/koinonia-comemora-25-anos/>.

⁵⁰No próximo capítulo iremos explorar mais a dimensão da pauta Igreja e AIDS/HIV em Koinonia. O debate de gênero que estamos investigando surge a partir da inserção e coordenação desse trabalho que a organização realizou no passado, como ficou explicitado nas entrevistas realizadas com os trabalhadores e responsáveis pela organização.

⁵¹Koinonia se diferencia das outras organizações aqui pesquisadas por possuir uma relativa autonomia das suas atividades. Ou seja, ela não dialoga exclusivamente com o público religioso, ao qual Diaconia e Fundação

Nos últimos anos, Koinonia tem se empenhado em defesa dos povos quilombolas, população LBTTQIA+⁵², população vivendo com HIV e na promoção da justiça de gênero. Esta instituição é composta por pessoas de diferentes tradições religiosas, reunidas em associação civil sem fins lucrativos. Atualmente, Koinonia trabalha em três eixos temáticos no contexto de suas ações: 1. Transversal: Ecumenismo, Superação da Intolerância Religiosa e Justiça de Gênero; 2. Temático: Direitos das Mulheres e da População LGBTQ+; 3. Temático: Direitos das Comunidades Negras Tradicionais.

Durante seu percurso histórico tem se proposto a desenvolver ações de educação popular, produção de conhecimento e informação, para fomentar na sociedade brasileira e em seu público-alvo espaços democráticos que promovam a justiça e a igualdade. A organização é signatária do marco dos Direitos Humanos, Civis, Políticos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA). Koinonia é ideologicamente alinhada pelo diálogo ecumênico e interreligioso e tem como valores a ética de solidariedade, os direitos humanos, com maior ênfase para os direitos econômicos, sociais, culturais, ambientais, equidade de gênero, raça e etnia.

Na última década Koinonia trabalhou em parceria com o poder público por meio de editais e articulações institucionais, um projeto relevante que foi executado pela organização junto com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos do estado de São Paulo foi na construção do projeto piloto do Programa Transcidadania que visava construir políticas de gênero e diversidade sexual para a população Transsexual, visando garantir os direitos fundamentais assegurado na constituição federal de 1988, ou seja, acesso à educação, saúde, qualificação para o mercado de trabalho e principalmente o nome social para pessoas trans (BENTO, 2014; SANTOS, 2015;). Vejamos:

Então, como é que a gente pega um Programa como esse com essa quantidade de vidas e de experiências de vida e fala pra elas que vocês são mulheres portadoras de direitos? Dizer para elas que vocês têm direito de dizer o que você quer, ser quem você se entende ser. Nós começamos a

Luterana de Diaconia precisam prestar contas. Ela atua em parceria com comunidades quilombolas, negras e setores da juventude, realizando formação política e advocacy, nacional e internacionalmente.

⁵²Nos últimos anos, Koinonia, por meio de uma parceria com a prefeitura de São Paulo, tem sido parceira na coordenação de uma iniciativa pioneira em promover políticas públicas de maneira integral para a população transsexual. A iniciativa visava contribuir com a escolarização, profissionalização, inserção no mercado de trabalho e formação política sobre a pauta da população trans (Silveira, 2017).

trabalhar, fazendo com que a escola aceitasse essa bandeira da saúde para aceitar esta mulher (Ester Lisboa, Koinonia, 2019).

Essa Política Pública desenvolvida pela Prefeitura Municipal de São Paulo em parceria com Koinonia, foi regida pela concepção política da nova cidadania, uma cultura política que tem como princípio expandir a cidadania da população TT. Segundo o diretor executivo da Koinonia, o curso de Direitos Humanos e Cidadania, tinha como desafio construir um conjunto significativo de conhecimentos a fim de comunicar-se dentro da diversidade de experiências que a população trans atendida pelo projeto demandava (SILVEIRA et al, 2017).

O programa teve uma duração de mais de 450 dias de convivência, de trocas de sociabilidades e ações públicas realizadas na cidade de São Paulo como forma de dialogar com a prática teórica do curso. No entanto, esse processo não se deu de forma harmônica no que diz respeito a aceitação do programa que visava efetivar minimamente uma política pública voltada para atenuar a exclusão histórica da população transexual. Parte de uma parcela da sociedade brasileira, alinhada aos grupos de vereadores e religiosos conservadores buscaram deslegitimar o programa por várias vias, midiática e ao questionar o termo de parceria estabelecido entre poder municipal e parceria com a organização⁵³.

A coordenação do Transcidadania por Koinonia possibilitou uma nova experiência dentro da organização na qual trouxe um resultado positivo na avaliação dos funcionários que estiveram envolvidos em todo processo, pois aprimorou a organização para especializar-se na temática que envolve a população Transsexual e a incorporação da temática em sua atuação na esfera pública. Após esse programa outros trabalhos foram financiados por editais públicos para realizar formação com a população LGBTQIA + . Vejamos o que diz uma das educadoras que trabalhou durante o programa:

Então a gente vai puxando os serviços que devem prestar uma política pública para essa mulher trans, essa mulher travesti, para esse homem trans. Vamos fazer um vínculo que vai mostrar que essa pessoa é uma cidadã antes de mais nada. No caso que a gente falava ela é uma munícipe moradora de São Paulo, tem direitos por ser moradora de São Paulo. Então, a gente tem que garantir isso e aí foi uma parceria muito interessante que nós fizemos junto com a educação (Ester Lisboa, Koinonia, 2019).

Koinonia é uma organização social e ecumênica que se coloca no cenário político

⁵³ Nas entrevistas, Alexandre Pupo comentou que após alguns anos da execução desse projeto a instituição Koinonia responde judicialmente na justiça em decorrência de um vereador conservador que acusou a gestão Municipal de São Paulo em burlar a legislação para favorecer a Koinonia na execução do programa.

brasileiro como um agente político com alta capacidade de influenciar nas Políticas Públicas, realizar *lobby* no Congresso Nacional a fim de intervir em alguma temática, pois sua articulação em nível institucional e com grupos sociais possibilita uma maior flexibilização e acúmulo de *expertises* para dialogar com a realidade social cotidiana das pessoas. Ao longo dos anos de sua atuação, seu trabalho tem contribuído para o fortalecimento dos grupos vulneráveis que estão à margem do Estado.

4.4 FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA

A partir dos anos 1990, com a expansão do fenômeno do crescimento das ONGs no Brasil, no qual estão inseridas as organizações aqui pesquisadas, a relação entre Estado e religiões torna-se de aberta cooperação ou parcerias na execução de serviços sociais. Isto é, recursos públicos passam a ser acessados por instituições religiosas que prestam serviços sociais em parceria com o poder público, concorrendo a editais públicos a partir das regras estabelecidas pelo Estado, sem nenhum privilégio, e precisando lidar com a pluralidade de agentes religiosos existentes na sociedade brasileira.

Neste contexto surge a Fundação Luterana de Diaconia, organização vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), com sede em Porto Alegre. Foi fundada no dia 17 de julho de 2000, por decisão da IECLB, para atender grupos socialmente vulneráveis e comunidades empobrecidas, sem discriminação de etnia, gênero, convicção política ou credo religioso. Esta instituição é oriunda do Serviço de Projetos de Desenvolvimento da IECLB e de sua experiência de mais de 34 anos na área de projetos de desenvolvimento comunitário em território brasileiro (BERWALDT, 2021; FERNANDA, 2013).

A Fundação Luterana de Diaconia (FLD) tem como missão institucional apoiar e acompanhar programas e projetos de grupos organizados da sociedade civil, que consolida o protagonismo dos indivíduos e suas comunidades, propiciando qualidade de vida, cidadania e justiça social⁵⁴. Como organização de base confessional, defende a diversidade religiosa e o Estado Laico brasileiro. Trabalho diaconal, teologia e confessionalidade luterana são referências relevantes em sua caminhada, em diálogo com a esfera pública de maneira incisiva.

⁵⁴Ver site institucional. Disponível em <https://www.fld.com.br/page/quem-somos/>.

A atuação da FLD se dá de diferentes maneiras, em apoio a comunidades luteranas ou grupos ecumênicos que desempenham um papel como protagonistas sociais, a fim de mudar as relações sociais onde estão localizadas, resultando conseqüentemente em uma relação implicada entre serviço diaconal e desenvolvimento.

Atualmente, sua atuação se dá via o Programa de Pequenos Projetos, a exposição interativa “Nem tão Doce Lar”⁵⁵, o projeto “Pampa, Educação para a Solidariedade” e a rede de “Comércio Justo e Solidário”, além do projeto “Mulher Catadora é Mulher que Luta”. Suas intervenções envolvem o apoio a projetos e a coordenação e execução de iniciativas em seis áreas temáticas: Direitos Humanos, Justiça Socioambiental, Justiça Econômica, Diaconia, Ajuda Humanitária e Temas Transversais⁵⁶.

A metodologia “Nem Tão Doce Lar”⁵⁷ adaptada pela organização para trabalhar sobre violência doméstica desde seus primeiros trabalhos obteve um resultado importante em vista de problematizar o âmbito da casa que as mulheres vítimas de violências domésticas sofrem no cotidiano.

A FLD conta com a colaboração, na sua equipe técnica, de 15 funcionários. Sua estrutura é composta por um Conselho Deliberativo, uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal. O Conselho é formado por 18 pessoas, que representam os sínodos da IECLB no país. A Diretoria Executiva é eleita pelo Conselho Deliberativo e é composta por seis cargos, a saber: presidência, vice-presidência, secretaria, vice-secretaria, tesouraria. Todos os cargos exigem equilíbrio na representação de gênero. A diretoria se reúne ordinariamente seis vezes ao ano. Já o conselho curador possui três integrantes e se encontra duas vezes ao ano. Uma exigência estatutária atual da organização é a de paridade entre mulheres e homens. Institucionalmente, a Fundação Luterana de Diaconia responde à IECLB. O Conselho Fiscal, por sua vez, é formado por três pessoas e se reúne duas vezes ao ano.

Os parceiros estratégicos da organização são a Igreja da Noruega (Luterana), de orientação ecumênica, que enfatiza a promoção dos direitos humanos; a Igreja Evangélica

⁵⁵Uma metodologia reelaborada pela instituição e que irei abordar melhor no próximo capítulo.

⁵⁶A Fundação Luterana de Diaconia tem crescido em complexidade no campo das organizações de serviço, pois, além de ter uma extensa agenda de atuação social efetiva na sociedade brasileira através dessas áreas temáticas de sua atuação, recentemente, de acordo com as políticas internas da IECLB, incorporou mais duas importantes instituições administradas pela IECLB: o Conselho de Missão entre Povos Indígenas-COMIN e o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). Ou seja, a organização hoje é atravessada por várias temáticas de impacto social e por vários órgãos administrativos que precisam apresentar resultados, além das conexões com o poder público, de que ela também acessar recursos.

⁵⁷ Irei analisar no próximo capítulo os resultados da metodologia desenvolvida pela organização FLD e seus impactos.

Luterana na América (ELCA); a Federação Luterana Mundial-FLM, que é a comunhão global de igrejas cristãs de tradição luterana; e a ONG Pão Para o Mundo, que é uma união de igrejas cristãs da Alemanha e tem como missão apoiar ações de superação das desigualdades sociais. Há outras parcerias em áreas ou projetos específicos, como se pode identificar no site da organização. Todas essas instituições apoiam financeiramente as atividades da Fundação Luterana de Diaconia, que, como Koinonia e Diaconia, também está associada à ACT Alliance.

4.5 A INSERÇÃO DO DEBATE DE GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA E O IMPACTO NAS ORGANIZAÇÕES ECUMÊNICAS E DA SOCIEDADE CIVIL

Pelo que se pode perceber, por meio da caracterização acima, as organizações estudadas estão envolvidas num ativismo social que não seria possível caracterizar meramente como ações caritativas e filantrópicas, como historicamente foi marcada a atuação das religiões frente ao contexto social brasileiro. As três instituições analisadas atuam diretamente em um campo de intervenção social, cada qual inserida num contexto regional e local do país, que demandam respostas próprias e envolvem diferentes parcerias.

A composição dessas organizações também se distingue, sendo a Diaconia uma instituição mantida por 11 Igrejas, mas, como percebe-se no trabalho empírico, não respondendo diretamente a nenhuma delas, tendo em si maior autonomia para trabalhar em sua agenda institucional temas que em alguns momentos não passariam dentro da organização interna das igrejas, a exemplo do debate sobre justiça de gênero (RAGO et al, 2020). A Fundação Luterana de Diaconia, ligada diretamente a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, responde em suas ações a essa denominação, conseqüentemente não possuindo plena autonomia para agir por conta própria, precisando ter suas agendas validadas pelo conselho da IECLB (HOCH, 2005; PIMENTEL, 2020).

Koinonia, por sua vez, não está vinculada diretamente a nenhuma denominação, sendo desde sua origem ecumênica, como desdobramento de importantes organismos do movimento ecumênico no Brasil, o Centro Ecumênico de Informação e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Na sua constituição inclui pessoas religiosas, mas não tem ligação com nenhuma crença religiosa específica (o que a caracteriza exatamente, hoje, como inter-religiosa).

Percebe-se que Koinonia atua em um tipo de intervenção social de ativismo político

nacional e internacional, realiza formação e eventos envolvendo movimentos sociais, redes, parceiras do movimento ecumênico e das igrejas. No período inicial da pandemia do Coronavírus, Koinonia realizou um curso de escuta ativa para mulheres vítimas da violência doméstica⁵⁸. Ou seja, sua intervenção se dá mediante um tipo de atuação com características de *advocacy* frente a temáticas como Justiça de Gênero, Relações Étnico-Racial, Indígena e comunidades religiosas. Atua dentro de um campo de uma ação ecumênica/inter religiosa mais ampla.

Como já foi demonstrado, o contexto social onde essas organizações estão inseridas exigem outras estratégias de atuação. Diaconia e Fundação Luterana de Diaconia são organizações que atuam diretamente na provisão social, estão inseridas em questões práticas como pobreza, necessidades materiais, habitacionais, entre outras pautas aqui discutidas, ou seja, procuram proporcionar o atendimento das necessidades concretas do público com que se relacionam.

Contudo, a atuação dessas duas organizações para atenuar a realidade social de desigualdade não se resume a isso, pois, ao longo da sua trajetória, as mesmas, a partir de uma posição crítica de conscientização da sua interferência na realidade social, têm buscado atuar em parceria com o público-alvo, negociando contrapartidas como condicionalidades para desenvolverem trabalhos em cooperação.

Um exemplo disso, no caso de Diaconia, foi sua atuação no projeto de construção de cisternas⁵⁹ com agricultores/as a fim de construir tecnologia social com a finalidade de fornecer desenvolvimento social. A instituição forneceu capacitação para que os agricultores/as pudessem melhor relaciona-se com seu meio, assessoria técnica para auxiliar os agricultores/as no processo de construção de cisternas no Semiárido brasileiro⁶⁰ (QUEIROZ, 2014).

Todas as três instituições ecumênicas realizam trabalhos comunitários, mobilização

⁵⁸Para mais informações sobre este curso realizado pela organização, ver a página do YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=JKaJxGyVFSY&list=PLYkx-F8Q0CxjBNUQTjZahL5Xd541IJoaY>.

⁵⁹Ver o exemplo no site: <https://diaconiabr.medium.com/fam%C3%Adlias-do-sert%C3%A3o-do-rn-receber%C3%A3o-cisternas-para-armazenar-%C3%A1gua-da-chuva-3050217bce3f>.

⁶⁰O Programa “Um Milhão de Cisternas” resultou de uma articulação de Diaconia e outras organizações em torno de um fórum paralelo à 3a Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação-COP 3, que aconteceu na cidade de Olinda em 1999. À Diaconia competiu articular diversas instituições da sociedade civil, bem como construir uma cisterna de placas no Espaço Ciência, situado nas proximidades do local da conferência. Como reverberação do sucesso desta ação, emergiu a necessidade de se construir um programa destinado à implantação de cisternas no semiárido brasileiro. Essa articulação possibilitou criar uma mobilização política que levou à criação da Articulação do Semiárido Brasileiro-ASA Brasil, até hoje existente.

política em torno de políticas públicas no Congresso Federal e instâncias governamentais, tais como incidência local, junto aos governos legislativo, estaduais e municipais, *advocacy* e, de maneira mais concreta, realizam entregas de donativos de primeiras necessidades de forma direta como ação concreta de efetivação de combate a crise alimentar impostas em contextos de países com índices de desigualdades sociais como o Brasil (BURITY, 2015).

Outro aspecto interessante que notamos nas entrevistas é a importância da atuação dessas organizações e a influência que seu trabalho exerce relativamente no campo das lideranças das igrejas, pois, de forma estratégica, os responsáveis pela pauta de gênero nas instituições utilizam uma metodologia própria para realizar o debate sobre violência doméstica e justiça de gênero com as lideranças evangélicas que acessam os serviços dessas organizações ecumênicas, como podemos perceber na entrevista:

Um exemplo que para mim me marcou muito foi quando fomos estabelecer a linha de base junto às igrejas, e a gente fez uma discussão para compreender como estava essa discussão, na época, na igreja. Logo no início do projeto, para que depois de três anos a gente conseguisse medir. Para a gente poder chegar nas igrejas com esse tema deu muito trabalho, porque, quando a gente começava a chegar com esse tema, não existia interesse das lideranças, que eram majoritariamente homens pastores, e as poucas que tinham sensibilidades para o tema ficavam receosas, como era que a comunidade iria receber essa parceria para trabalhar nessa perspectiva de Justiça de Gênero dentro da sua comunidade de fé. Então eu lembro que eu e Gleicy, que você conhece, a gente era que tava nessa dobradinha, nesse processo de articulação, a gente não conseguia entrar. Qual foi a estratégia que nós utilizamos? A gente começou a estudar e acessar materiais de outras lideranças de igrejas que já falavam do tema, e isso foi nossa porta de entrada dentro das igrejas. Porque aí paramos de dizer que era algo que iria acontecer, mas sim, que outras lideranças, outras igrejas, de organização de inspiração cristã, já estavam trabalhando. E a gente apresentava esse material e que seria importante as igrejas discutir (Joselito, Diaconia).

Em outras palavras, algumas temáticas que essas organizações trabalham nem sempre são acolhidas de imediato dentro do campo das Igrejas Evangélicas⁶¹. No entanto, a partir de estratégias metodológicas para inserir o tema de Gênero nas Igrejas, a Diaconia, sendo uma organização intermediária ou fronteira entre o diálogo social e as igrejas, utilizou recursos da fé cristã, por exemplo, para falar sobre masculinidades, como podemos ver nesta fala do

⁶¹É preciso explicitar que a Diaconia e Fundação Luterana de Diaconia trabalham mais especificamente com igrejas locais. Já Koinonia tem uma abordagem distinta, pois não se propõe a atuar diretamente com igrejas -a não ser, eventualmente, igrejas simpáticas ao campo do ecumenismo.

mesmo entrevistado:

Quando você desperta para uma masculinidade não promotora de morte e, sim, de vida, você está totalmente intoxicado com essa perspectiva da masculinidade tóxica, que violenta. Então, a gente foi percebendo que, para a gente desenvolver um trabalho com Justiça de Gênero, era estratégico iniciar um trabalho de masculinidades com homens. E vai nessa mesma perspectiva que eu tenho falado aqui com você: um trabalho de sensibilização, formação, a partir de uma reflexão bíblica, política e teológica, onde a gente convida os homens a refletir sobre o seu papel nesse processo de promoção da justiça de gênero, das relações justas entre homens e mulheres, e como nós, homens, precisamos renunciar diariamente aos privilégios que temos para que a gente possa seguirmos [sic] o norte ou modelo de Jesus. Eu nem gosto dessa palavra. O modelo de Jesus é um modelo de uma masculinidade que promove vida e não de uma masculinidade que promove morte (Joselito, Diaconia, 2020).

A partir de recursos simbólicos da fé cristã, Diaconia e Fundação Luterana de Diaconia utilizam uma linguagem de fé que dialoga com o contexto social em que está inserida, possibilitando assim a discussão de temáticas como justiça de gênero, relações raciais, mudanças climáticas, etc. O que é interessante observar é que, como são organizações ecumênicas ou da sociedade civil que estão em uma posição intermediária, ou seja, atuando dentro da sociedade civil e dentro do campo religioso, elas são provocadas a responder nesses dois campos.

Um fator importante da inserção de novas temáticas na agenda de trabalho nestas organizações, como foi observado nas entrevistas, como Relações Étnico-Raciais, Mudanças Climáticas, Justiça de Gênero, Desenvolvimento Sustentável, etc., é a interlocução com redes de ativismo social, agências internacionais, relações intergovernamentais e as parcerias construídas com o Estado brasileiro. Essa interlocução tem servido tanto para a sensibilização dos públicos com que as organizações estudadas trabalham, como para a adoção das próprias temáticas nas linhas de atuação e na cultura organizacional das mesmas. Sem falar no efeito de advocacy sobre o próprio Estado que a conjuntura internacional e a atuação local de ONGs e movimentos produziram nas últimas décadas (BURITY, 2006; 2015).

No contexto do Estado nacional, assistimos um maior estímulo por parte do poder público em incentivar políticas públicas para as mulheres. Especialmente a partir dos anos 1990, essas políticas foram adotadas a partir de mobilizações femininas e de indução de organismos internacionais financiadores, assumindo grande visibilidade desde então⁶².

⁶²Nesta década, o Estado Nacional brasileiro, em diálogo com as agências intergovernamentais, também foi responsabilizado por implementar políticas públicas para as mulheres e construir um plano de trabalho como condicionalidade para acessar os fundos de empréstimos internacionais (refs.).

Com uma nova institucionalidade criada em decorrência desses avanços, incluindo mecanismos deliberativos como as conferências municipais, estaduais e nacional de políticas para as mulheres, essas sujeitas políticas engajadas em coletivos de mulheres, movimentos sociais, movimento feminista, ONGs, etc, acessaram espaços onde puderam influenciar ou incorporar as demandas feministas na agenda governamental, e nas ONGs, exemplo das organizações baseadas na fé brasileiras na qual não esteve a margem dessas influências sóciopolítica sobre o debate de gênero dentro das suas discussões (ALMEIDA, 2019; MATOS, 2005; SOS BUARQUE AT AL, 2002). Vejamos o que afirma Burity:

Um segundo fator que explica a paulatina incorporação de ou conclamação a organizações religiosas a se envolverem com ações de provisão social diz respeito a mudanças na estrutura e forma de atuação do estado, a partir da década de 1990. Nesta conjuntura, em várias partes do mundo, assistiu-se a um processo de crescente redesenho da fronteira entre o público e o privado, ou governamental e o não-governamental, ou estatal e o domínio da sociedade civil (BURITY, 2007b, p.19).

Pannoto (2020) identifica três esferas de incidências das religiões na esfera pública, tais como microsocial que está focado nos processos de influências das igrejas nos espaços sociais ligados, de forma comunitária, nos bairros ou projetos de ajuda humanitária, e também na participação dos religiosos no espaço público; Incidência em nível nacional, a partir da formação de um quadro institucional com perspectiva de organizar-se por meio de partidos políticos, participação em debates públicos sobre projetos de lei de relevância social e; a recente, mas não menos importante, incidência na na esfera transnacional, tais como agências multilaterais e projetos regionais.

A participação das religiões na esfera pública global tem ressonância relevante nas políticas públicas e influencia diretamente nas agendas locais das entidades, como pudemos perceber em relação a criação das Décadas Ecumênicas de Solidariedade com as Mulheres – agenda de combate a violência doméstica organizada pelo Conselho Mundial de Igrejas – CMI, em decorrência de seu alinhamento à agência multilateral como ONU (DUARTE, 2018).

Em nível global, as organizações ecumênicas brasileiras estão associadas à Aliança ACT, entidade internacional que trabalha em três linhas de ações como já foi demonstrado anteriormente e em articulação com organismos da cooperação internacional. Atualmente, existe um programa de Justiça de Gênero dentro da instituição global que tem como pretensão incentivar que todas as organizações associadas criem sua proposta para lidar com a realidade

de desigualdades de gênero a partir do seu contexto. Como mostra o documento da Política de Justiça de Gênero da ACT ALLIANCE:

A ACT Alliance está comprometida em incorporar a perspectiva de gênero como estratégia para alcançar igualdade de gênero, e se compromete com o processo de avaliação da implicação de gênero de qualquer ação planejada em todas as áreas e para todas as esferas. A justiça de gênero será integrada à advocacia, desenvolvimento e programação humanitária, e por meio de aplicação prática da Política de Justiça de Gênero da ACT Alliance e sua defesa em questões de gênero. A nível nacional e internacional (ACT ALLIANCE ,2017, p. 6).

ACT ALLIANCE, em nível de articulação pública com movimentos sociais e a agenda feminista, institui uma Política de Justiça de Gênero e a partir da qual mobiliza institucionalmente uma agenda de gênero que dialoga globalmente com os parceiros associados. Ou seja, toda organização ligada à ACT tem o compromisso de criar nas suas instituições uma Política de Justiça de Gênero, contudo, esse processo nunca é uma imposição do global para o local, mas no decorrer das entrevistas percebeu-se que as instituições, antes dessa agenda global, já trabalhavam em projetos locais com a questão de gênero, mas ao associar-se a essa articulação de caráter global elevou sua visibilidade em um cenário internacional, aglutinando assim, o debate de gênero na organização.

Por todos os aspectos apresentados sobre o contexto de atuação das organizações ecumênicas brasileiras e sobre as condicionalidades que levaram as instituições a inserir novas temáticas, particularmente, para nosso fim, a temática de Justiça de Gênero, percebe-se que as organizações estudadas têm um relevante impacto social, debate que iremos apresentar no próximo capítulo.

5 O SURGIMENTO DO DEBATE DE GÊNERO EM ORGANIZAÇÕES ECUMÊNICAS

No capítulo anterior, procurou-se destacar o histórico do movimento ecumênico brasileiro e o percurso geral de cada organização estudada. Procurou-se indicar a localização específica dessas organizações em relação às estruturas eclesiais e protestantes brasileiras, a trajetória contemporânea de incidência em redes de atores religiosos e movimentos sociais em nível local, nacional e transnacional. Utilizou-se nessa reestruturação parcela das entrevistas e análise documental, além da utilização de uma literatura acadêmica sobre o campo do ativismo ecumênico no país.

Neste capítulo, de maneira mais aprofundada, pretende-se apresentar e discutir os dados específicos da pesquisa, como o tema e a agenda de gênero surgiram nas organizações e têm impactado sua identidade, dinâmica interna e formas de atuação. Utiliza-se aqui dados da pesquisa documental e das entrevistas especialmente ligados à questão de gênero, dispondo da abordagem qualitativa de análise, focada na análise do discurso, pois permite destacar a construção simbólica do tema, assim como as conexões, disputas e movimentos que permitiram deixar suas marcas no discurso oficial das organizações. A fim de responder aos objetivos específicos da pesquisa.

Levando-se em conta o que foi observado por meio da análise da literatura, as pesquisas sobre Gênero e Religião pouco exploraram a interface entre Gênero e Ecumenismo. Esta, portanto, é uma lacuna que precisa ser investigada.

5.1 DÉCADAS ECUMÊNICAS DE SOLIDARIEDADE COM AS MULHERES

O campo da religião não se mantém à margem das lutas por justiça de gênero (DUARTE, 2018; ROHDEN, 1995; SOUZA, 2006; NUNES, 2001). Neste último capítulo, analisa-se precisamente esta interface, ainda pouco visível no debate público e nos estudos sobre gênero no Brasil, mas presente em todos os níveis, do local ao global.

Um espaço importante para perceber-se esse vínculo entre gênero e religião é o campo ecumênico, uma rede de grupos, organizações e igrejas cristãs (e, crescentemente, laicas ou de outras religiões), vinculadas entre si de modo muito complexo, em alguns casos bastante tenso (BURITY, 2018).

Percebe-se um notável avanço, no âmbito das organizações de ajuda ao

desenvolvimento (multilaterais, regionais ou nacionais, além de não-governamentais), da agenda de equidade de gênero que, com o tempo, foi incorporando outras dimensões (CORRÊA, 2021). A resposta ecumênica a tal agenda se deu em dois ritmos: o da participação nessas redes da cooperação internacional para o desenvolvimento e o da sensibilização para o protagonismo das mulheres nas estruturas eclesiais e na vida eclesial local (BURITY, 2000; 2006).

Dentro do campo religioso, as Décadas possibilitaram o engajamento político em torno da agenda de gênero em lideranças ecumênicas, como indica Philippsen (2017), com a criação do *Fórum de Reflexões da Mulher Luterana*. Muitas teólogas, pastoras e lideranças cristãs se envolveram nas atividades dessa primeira década ecumênica de solidariedade com as mulheres e com isso possibilitou um saldo positivo ao introduzir a temática nas igrejas e organizações ecumênicas (DUARTE, 2018; BAESKE, 2001).

Em consequência das conferências sobre a **Década da Mulher da Organização das Nações Unidas** de 1976 a 1985 (GUARNIERI, 2010; TOMAZZONI, 2015), que explicitava as desigualdades de gênero e a violência contra a mulher, o CMI, em cooperação internacional com a ONU, na condição de observador⁶³, contribuiu dentro da esfera das igrejas protestantes, a implementação da primeira “**Década Ecumênica de Solidariedade das Igrejas com as Mulheres**”, de 1988 a 1998.

No **Festival da Década da Mulher**, em Harare, Zimbábue, realizado durante a VIII Assembleia do CMI em 1998, que comemorava os cinquenta anos do Conselho, as mulheres chegaram ao consenso de que, apesar da Década ter aproximado solidariamente as mulheres religiosas para refletirem sobre as desigualdades de gênero existentes nos espaços religiosos, essas reflexões e mudanças de posturas em relação ao tema de gênero precisavam alcançar a estrutura eclesial, ainda muito hierarquizada e centrada nos homens.

Neste sentido, definiu-se durante a Assembleia do CMI uma **Nova Década de Ação Ecumênica de Mulheres** (1998-2008), para dar continuidade aos trabalhos que as teólogas, pastoras e militância ecumênica estavam construindo. No contexto nacional, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil-Conic⁶⁴, que representa seis igrejas filiadas ao CMI e a

⁶³ Há mais de 50 anos, o CMI, por via da Comissão das Igrejas para Assuntos Internacionais (CCIA), mantém uma presença constante e ativa nas Nações Unidas. Nos primeiros anos, havia escritórios em Nova York (Sede da ONU), Londres, Genebra (ACNUR e OIT), Paris (UNESCO) e estreita ligação com Roma. *Os escritórios da ONU em Nova York e Genebra fazem parte da Equipe de Assuntos Internacionais, Paz e Segurança Humana do CMI.*

⁶⁴ No site do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (conic.org.br) podemos encontrar vários documentos sobre essa Nova Década Ecumênica da Mulher, assim como na tese defendida em Antropologia da historiadora e

Igreja Católica Apostólica Romana (que não faz parte do CMI), foi responsável por organizar encontros de mulheres e fomentar a cooperação para inclusão da temática de gênero em algumas faculdades de teologia, a exemplo do Instituto de Pastoral da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista e da Escola Superior de Teologia-EST (Luterana)(BAESKE, 2001; DUARTE, 2018). Como afirma Duarte:

Diante desse conjunto bem distinto de fontes, é possível situar que a implementação da “Década” no Brasil em 1988 se aportou nos espaços ecumênicos de diálogo que, desde a década de 1960, debateram a realidade política e social do continente. Os grupos formados nesses espaços compuseram parte do quadro que teve papel importante contra a violência e o autoritarismo da ditadura civil-militar brasileira (DUARTE, 2018, p. 98).

Estas duas **Décadas Ecumênicas de Solidariedade das Igrejas com as Mulheres** mobilizaram grande parte das mulheres do movimento ecumênico brasileiro. Atividades como encontros, seminários de discussão, liturgias, escritos, cursos, palestras proferidas e orações e cultos foram importantes do ponto de vista individual, pois contribuíram para a reflexão dessas mulheres religiosas, que eram lideranças ativas nas suas igrejas e estavam na organização de um Grupo de Trabalho e, na formação de um campo de ativismo social de gênero dentro do campo ecumênico de maneira incipiente. No Brasil, essas campanhas foram possíveis por intermédio do Conic, o qual solicitou que as igrejas filiadas indicassem pessoas de confiança para compor este Grupo de Trabalho (BAESKE, 2001; DUARTE, 2018).

Assim, no âmbito internacional, essas Décadas tinham como objetivos capacitar as mulheres para que se opusessem às estruturas opressoras que existem na comunidade mundial, em muitos países e nas igrejas, bem como garantir as contribuições deliberadas pelas mulheres em suas igrejas e comunidades, divulgando o trabalho de direção e tomada de decisões, a reflexão teológica e a espiritualidade, e tornando conhecidas as perspectivas e ações das mulheres em interesses e luta pela justiça e a paz. Outro objetivo importante era capacitar as igrejas para se libertarem do racismo, do sexismo e do classismo, a fim de deixarem de praticar ações discriminatórias para com as mulheres. Cada igreja ligada ao Conic foi convocada para instituir suas próprias prioridades baseadas nos objetivos do plano internacional (BAESKE, 2001).

Mesmo a Igreja Católica Apostólica Romana não participando enquanto membro do Conselho Mundial de Igrejas, indicou uma liderança feminina para compor o Grupo de Trabalho da Década e, na sua trajetória com a temática em relação ao tema das mulheres,

obteve uma abertura maior após o Concílio Vaticano II, que possibilitou internamente refletir sobre a condição da mulher, sua sexualidade e relação familiar. A “Pastoral da Mulher Marginalizada” foi criada em 1963, mas só em 1987 foi reconhecida como pastoral social pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB (ALBUQUERQUE, 2012).

À vista do exposto sobre as Décadas Ecumênicas de Solidariedade das Igrejas com as Mulheres para explicar a efervescência da agenda de gênero dentro das organizações ecumênicas compreendendo o período de 1988 a 2008, observa-se que essas ações voltadas para atenuar as desigualdades de gênero no espaço religioso e ecumênico, que receberam recursos internacionais por vinte anos para realizar trabalhos com mulheres, influenciaram no surgimento da agenda de gênero nas organizações religiosas brasileiras como pudemos perceber nas entrevistas realizadas.

Desse modo, os trabalhos desenvolvidos ainda em 1988, por teólogas, pastoras protestantes e organizações ecumênicas, conseguiram introduzir uma agenda de gênero no movimento ecumênico, antes inexistente. No período mais recente, esta agenda foi ganhando fôlego por intermédio de outros espaços de associativismo locais e globais, possibilitando assim, a inserção da agenda de gênero em organizações como a Fundação Luterana de Diaconia, Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço e Diaconia.

5.2 A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE GÊNERO NA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DAS ORGANIZAÇÕES

É de conhecimento amplo que, antes dos anos 1980, a temática de gênero foi discutida dentro do âmbito acadêmico. No entanto, o conceito de gênero só ganha expressão pública e é incorporado na agenda internacional na década de 1990. A partir desse ano, agências multilaterais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio têm pautado o tema e incorporado exigências a respeito de seus financiamentos. A Organização das Nações Unidas incluiu a Igualdade de Gênero como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como podemos analisar no documento lançado recentemente, influenciando, conseqüentemente, os Estados nacionais que acessam programas das agências internacionais, mas também avaliando o progresso de tais Estados quanto aos compromissos assumidos para os ODS e a agenda 2030 (BARBIERI, 2020; DEERE, 2018; TRANSFORMANDO NOSSO MUNDO, 2016).

Nas entrevistas e análise dos documentos, pode-se analisar que a inserção da agenda

de gênero nas organizações estudadas têm como marco temporal a década de 1990, influenciada pelo debate internacional e a inserção dessas organizações em redes de ativismo local e transnacional produziu transformações das subjetividades sociopolíticas associadas ao gênero. Além do avanço global dos movimentos de mulheres e do movimento feminista que organizadas nas esferas locais, nacional e internacional a fim de contestar a ordem social estabelecida, questionar a ausência das políticas públicas para as mulheres e a violência de gênero como base estrutural do mundo (ALVAREZ, 2003; SANTOS, 2003).

Sem menos importância, os espaços de sociabilidade política, tais como a atuação das ONGs, sindicatos dos trabalhadores das diversas áreas e centrais sindicais, partidos políticos, movimentos sociais e de bairro, também foram imprescindíveis na absorção da demanda de gênero, esses agentes foram interlocutores capazes de disseminar a discussão de gênero e construir adesão no campo eclesial (BUARQUE ET AL, 2002; LEONE, 2016; FONSECA, 2010).

Na organização Koinonia⁶⁵, como analisou-se nas entrevistas, o debate de gênero foi introduzido por meio das demandas que as mulheres beneficiárias dos projetos desenvolvidos pelas entidades traziam. Segundo Ester Lisboa, uma das entrevistadas em Koinonia, foi propriamente em 2003, a partir do programa “Saúde e Direitos” que a temática de gênero passa a ser sistematizada dentro da organização, vejamos:

É preciso saber que o tema gênero sempre aparecia nas nossas reflexões, assim como os direitos sexuais e reprodutivos também. O programa trabalhadores rurais trabalhava o tema relacionado a violência doméstica que as mulheres traziam. Percebemos que era extremamente necessário se aprofundar mais nesse tema e o movimento foi a partir da demanda do trabalho que a gente começou a refletir sobre a mulher rural, de candomblé (Ester Lisboa, Koinonia, 2019).

O programa Saúde e Direitos tem trazido para o centro de nossas preocupações e olhares temas vitais para a abordagem da nossa tão desigual realidade, como a desigualdade entre homens e mulheres, os cuidados com o corpo e a necessidade de cuidar e ter cuidado com o outro, ali ao nosso lado, atingido pela pandemia do HIV/AIDS (BOLETIM DE KOINONIA, 2007, p. 1).

⁶⁵O surgimento do debate sobre gênero dentro das organizações ecumênicas será apresentado da seguinte maneira: como foi analisado nas entrevistas e documentos, o debate em Koinonia e Diaconia tem uma conexão e as mesmas por fazerem parte do Fórum Ecumênico ACT Brasil, tem atuação em parcerias, ou seja, foi possível encontrar cartilhas e identificar nas entrevistas que as mesmas atuam em cooperações, logo, o início do debate sobre “gênero” (violência doméstica, AIDS/HIV), aparecem desta forma nas organizações. Dito isto, como forma didática na exposição pretendo apresentar elas duas e depois explorar o surgimento do debate na Fundação Luterana de Diaconia -FLD.

Ou seja, por meio dos programas coordenados pela organização às demandas das mulheres rurais, de terreiro, das igrejas, impunham demandas sobre violência doméstica às instituições para as entidades ecumênicas responderem. Em Diaconia, o debate foi introduzido a partir da temática sobre HIV/AIDS, inclusive, Koinonia e Diaconia por estarem dentro de um campo de articulação próximo, realizaram parcerias em relação a programas e cursos. Segundo Camila Rago, entrevistada em Diaconia,

No final dos anos 90, a gente começa a se organizar por programas. Naquele contexto, tínhamos um trabalho com mulheres na perspectiva da superação da violência é um programa chamado “AIDS e Igrejas”. Realizamos um curso sobre “AIDS e Igrejas” que envolveu várias lideranças, trabalho que resultou nas publicações “Igreja Solidária” e “Roteiro de Oficinas sobre a questão da violência”. Não é especificamente sobre Justiça de Gênero, mas acho interessante porque é de onde vem esse trabalho, não é? São mulheres, a relação com as igrejas também e essa discussão mais introdutória da violência contra a mulher dentro no âmbito das igrejas, das violências, pessoas vivendo com HIV, também (CAMILA RAGO, DIACONIA RECIFE, 2020).

O debate sobre AIDS na sociedade brasileira, reforçado pelo discurso religioso, acarretou um estigma dos grupos passíveis de serem contaminados pelo vírus⁶⁶. No entanto, a tese que o vírus era uma doença “quetificada” logo foi sendo questionada, pois grupos heterossexuais de diferentes gerações foram sendo contaminados, causando uma abertura para questionar o discurso moralizante em torno da AIDS. Esta incompreensão causou uma proliferação do número de mulheres casadas, heterossexuais e monogâmicas, de diferentes gerações, infectadas pelo vírus da AIDS por intermédio dos seus respectivos maridos ou parceiros, e o campo das igrejas cristãs foi afetado, especialmente (SOUZA, 2012).

Todavia, apesar da pouca atenção recebida na área de pesquisa, as entidades religiosas ligadas ao ecumenismo de ativismo social⁶⁷, setores da sociedade civil, se envolveram propositivamente na resposta ao HIV/AIDS, desde o início da epidemia. Como comenta Cavalcante:

Dentro do universo das religiões, as Igrejas Cristãs e as Organizações Ecumênicas Mundiais, procuraram emitir respostas institucionais à pandemia do HIV/AIDS fomentando ações de direitos humanos, fornecendo informações sobre os métodos de prevenção e buscando a erradicação do estigma e da discriminação. Essas ações são importantíssimas para munir suas lideranças clérigas e leigas com instrumentos adequados nas pastorais

⁶⁶Nos anos 1980, acreditava-se que a doença era exclusivamente socializada dentro da população LGBT e usuários/as de drogas injetáveis, ou seja, daqueles grupos que vivem uma sexualidade “desregrada” e “uma vida de promiscuidades” e a tradição cristã reforçou bastante este estigma.

⁶⁷Ver a revista: DIACONIA; KOINONIA. Igreja Solidária e Transformadora: Roteiro de Oficinas para Igrejas. Cleto Campos. Recife, 2008.

desenvolvidas nas comunidades (CAVALCANTE, 2010, p. 16; SEFFNER, 2008).

Com o crescimento do número de pessoas infectadas pelo vírus do HIV, principalmente dentro das comunidades religiosas, as instituições ecumênicas tinham como demanda responder a realidade de mortes por ocasião do vírus. No entanto, o espaço religioso, especialmente das igrejas cristãs, não respondeu devidamente a essa realidade social, pois o conservadorismo delas impediram uma maior aproximação com a realidade dos seus fiéis e enxergar a epidemia como um problema social. Como afirma nosso entrevistado:

Então, nós começamos a ver pessoas especialmente homossexuais enfrentando a realidade dura e cruel do soropositivo e alguns desses homens resolveram voltar às suas famílias, porque esses homens eram originalmente de famílias evangélicas. Muitos deles deixaram a sua cidade natal, a sua igreja e a sua família, porque eles eram homossexuais. Eram rejeitados na sua comunidade se eles assumem isso publicamente (a sua homossexualidade), certamente seria rejeitado tanto pela Igreja como às vezes pelas suas próprias famílias como amiúde acontece. Então, esse pessoal foi para a cidade. Logo no início da década de 80, antes não era conhecido. Alguns homossexuais viviam uma vida de relacionamento sexual de uma forma um tanto quanto sem controles. O que foi que aconteceu? Como o HIV vai se espalhar especialmente entre os jovens, eles voltaram para suas cidades em busca das suas famílias como último reduto em que eles poderiam, esperavam ser acolhidos. Mas aí o que é que acontecia? O jovem volta para sua família. A sua família recebe, mas a mãe é do círculo de oração, o pai é evangelista. Como é o filho em casa? Ele não dá para ocultar isso e as igrejas não têm, não tem conhecimento, não tem informação para recebê-los. Então, elas consideram que isso é coisa de bicha. Então é pecado dele (Paulo Ayres).

Isto significa que essas organizações são balizas no diálogo entre o campo religioso e a sociedade civil. Por isso são requisitadas a lidarem com temáticas que muitas vezes não são problematizadas dentro do espaço religioso. Um dos programas importantes desenvolvidos em parceria por Koinonia e Diaconia em 2005 foi “Aids e Igrejas”⁶⁸ (PADILHA, ALMEIDA, 2005).

O Programa “Saúde e Direitos e AIDS e Igrejas” tem seu marco histórico em 1996⁶⁹, iniciativa proposta por Koinonia e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), o qual tinha como orientação formar consciência sobre a temática do HIV/AIDS dentro das igrejas do Brasil⁷⁰. Os encontros de formação foram dirigidos às denominações religiosas - encontros

⁶⁸Vale salientar que a temática sobre “AIDS e Igrejas” desde a década de 1990 é mobilizada por Koinonia.

⁶⁹No entanto, como afirma CAVALCANTE (2010) o trabalho com a temática da AIDS surgiu bem antes da fundação em 1994 de Koinonia e já existia essa temática no CEDI.

⁷⁰O CONIC elaborou o “Projeto AIDS e Igrejas” buscando o compromisso de: 1- Sensibilizar e conscientizar as

ecumênicos de mulheres, igrejas protestantes, igrejas católicas e pentecostais, além de organizações de jovens.

Diante da epidemia do vírus HIV/AIDS, as denominações religiosas e sociedade civil viram-se demandadas a trabalhar projetos para lidar com o problema social, pois por estarem presentes dentro da realidade dos fiéis, por meio de pastorais e trabalhos comunitários. Ou seja, como o problema do vírus se tornou uma epidemia social, as igrejas viram-se na necessidade das comunidades religiosas se prepararem para compreender a temática para serem espaços de ações de prevenção, acolhimento e aconselhamento pastoral. Como afirma o entrevistado:

Esse foi o grande desafio que Koinonia resolveu enfrentar. E nós tivemos então uma reação inclusive de pastores pentecostais que sensibilizados por esse desafio eles responderam afirmativamente ao desafio. Quando começou a colocar em prática um programa de “AIDS e Igrejas”. É lá que nós vamos nos encontrar, não necessariamente com a comunidade LGBT, mas sim com as circunstâncias em que as igrejas têm que enfrentar. (Paulo Ayres, Koinonia, 2019).

A temática sobre “AIDS e Igrejas” não respingou apenas no campo das igrejas cristãs, mas também das religiões de matriz africana, como colocou o entrevistado. Pois dentro do processo de iniciação do candomblé e também umbanda, usa-se uma navalha no processo ritualístico para raspar a cabeça do fiel.

No entanto, como utilizar um instrumento de corte diante de uma realidade de uma epidemia que no início levava à óbito? Ou seja, o desafio imposto à Koinonia não foi apenas dentro da religião de matriz cristã e, sim, afro-brasileira. Na medida em que a organização Koinonia se especializa na temática a mesma passa a receber reconhecimento público da importância dos seus serviços prestados à sociedade. Representando confiabilidade diante dos seus parceiros, em especial, em instâncias governamentais.

Com base no estabelecimento de parcerias entre instâncias governamentais, agências ecumênicas e inserção nas redes de ativismo nacional e internacional, as organizações foram acumulando *expertises* na temática, podendo com suporte financeiro de editais e projetos incorporar o tema nas suas agendas institucionais, inicialmente como assuntos como “mulher e violência doméstica”, “HIV AIDS”, até propriamente assumir uma perspectiva de gênero

comunidades, 2- Desenvolver ações educativas e de prevenção, 3- Oferecer suporte para as pessoas soropositivas, 4- Prestar maior atenção às mulheres e juventude, 5- Trabalhar as relações de gênero e por fim, 6- Formar agentes multiplicadores capazes de ajudar nas comunidades locais na prevenção e no cuidado de pessoas vítimas do HIV/AIDS (CAVALCANTE, 2010).

para construir uma Política de Justiça de Gênero⁷¹.

Ná Fundação Luterana de Diaconia, fundada nos anos 2000, instituição ecumênica que já nasceu influenciada pela temática de gênero, consolidação das parcerias governamentais, recursos da própria comunidade luterana e agências multilaterais o tema aparece bem antes da Política Institucional de Gênero, mas precisamente surge com os projetos trienais envolvendo o Programa de Pequenos Projetos da FLD, pois trazia gênero como tema transversal.

O Programa de Pequenos Projetos da Fundação Luterana de Diaconia⁷² tem como objetivo fortalecer os movimentos sociais, organizações de militância de Direitos Humanos, instituições diaconais, ecumênicas, redes de jovens, mulheres, LGBTQIA+, cooperativas e associações de catadoras e catadores de materiais recicláveis, além de comunidades tradicionais em âmbito nacional, ou seja, é um programa que tem como pretensão possibilitar recursos financeiros para que os movimentos sociais e sociedade civil sejam mantidos financeiramente. Portanto, essa interlocução da instituição e sociedade civil possibilita que a organização seja demandada para trabalhar nessa perspectiva de gênero.

De acordo com as pesquisas no site da instituição, documentos e entrevistas, descobrimos que a Fundação Luterana de Diaconia, desde 2006, tem desenvolvido, em parceria com as igrejas, universidades, ONGs, setores públicos, iniciativas que tratam a temática da violência doméstica⁷³.

Nesse mesmo ano, a cidade de Porto Alegre tinha sediado a exposição “Ruas das Rosas”, organizada pela antropóloga alemã Una Hombrecher, com o apoio da agência ecumênica Pão Para o Mundo (*Brot für die Welt*). A proposta inicial tinha uma linguagem europeia. A Fundação Luterana de Diaconia foi convidada a coordenar essa exposição aqui no Brasil, junto com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, para apresentarem uma versão brasileira, que dialogasse com o contexto local das mulheres.

Então, aqui ficou conhecida como “Nem Tão Doce Lar”, para chamar a atenção ao que acontece muitas vezes em lares familiares: violência doméstica, psicológica e violência

⁷¹As três instituições atualmente têm uma Política de Justiça de Gênero institucional.

⁷²Atua a partir de cinco áreas, a saber: Justiça Econômica, Justiça Socioambiental, Diaconia, Direitos e Ajuda Humanitária. Justiça de Gênero é uma exigência transversal de apoio a projetos e de todas as dimensões da organização estrutural da instituição.

⁷³Segundo a coordenadora programática, até 2004 a FLD estava mais centrada no apoio a projetos. A execução de projetos começou a partir do mesmo ano e o tema de gênero ainda não era central. Por falta de informações mais precisas no site e nas entrevistas optamos em colocar como início dessa agenda de gênero na instituição a partir do projeto que foi realizado pela FLD em 2006 (Nem Tão Doce Lar) porém, isso não quer dizer que a instituição não refletia sobre essa temática antes, pois o próprio Estatuto da organização quando analisado observa-se que já existia uma preocupação na equidade de gênero já na fundação.

infantil. A exposição ganhou uma marca contextualizada (AGUIAR, 2019). Os dados de violência foram expostos e imagens de móveis e utensílios de casa compunham a exibição, a fim de chamar à atenção dos visitantes sobre as violências domésticas que acontecem em muitas casas. Em 2012, a Fundação Luterana de Diaconia lança uma publicação⁷⁴ com o propósito de registrar os anos de experiências que obteve com esse trabalho. Segundo o documento:

As primeiras exposições foram organizadas a partir dos esforços de organizações/grupos/comunidades, que cuidavam tanto das atividades preparatórias (definição de local, locação/empréstimo de móveis, montagem da mostra, divulgação), bem como do acolhimento dos/as visitantes. Entre 2006 e 2010, a Nem tão Doce Lar esteve presente em quatro municípios do Rio Grande do Sul (RS) e uma vez em Santa Catarina (SC). Nos anos seguintes, foram realizadas exposições em diferentes datas e em diferentes municípios do Rio Grande do Sul (RS). Entre os locais de realização estão o Mercado Público de Porto Alegre e a estação da Trensurb em São Leopoldo, ambas no RS. Em 2010, a Nem tão Doce Lar finalmente saiu do sul do país, tendo sido montada em Cosmópolis, São Paulo (SP). A partir de 2011, a FLD passou a assumir a Nem tão Doce Lar como uma iniciativa inovadora. De acordo com o Plano Trienal 2011-2013. Estabeleceu-se a parceria com a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), permitindo que uma estrutura móvel da exposição pudesse estar permanentemente disponível para organizações interessadas em realizar a exposição na região da Grande Porto Alegre. Assim, a Nem tão Doce Lar foi montada na própria universidade, no Centro Administrativo Fernando Ferrari e na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Oficinas para acolhedores/as, que fazem parte da metodologia da exposição, ampliam o número de pessoas capacitadas para organizar a mostra e para acolher e dialogar com os/as visitantes. Também foram introduzidos os cadernos de registro, em que os/as acolhedores são convidados/as a narrar as interações com os/as visitantes no âmbito das histórias de violência, produzindo material que está disponível para estudo e pesquisa. (FLD 2012, p. 10-11).

É importante analisar que a metodologia “Nem Tão Doce Lar” organizada por uma entidade ecumênica é constituída no mesmo ano da Lei N° 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, cujo objetivo principal é estipular punição adequada e coibir atos de violência doméstica contra a mulher, ou seja, respondendo a um contexto social de violência doméstica essas organizações não estão à margem dos debates e as transformações sociais que elas estão inseridas. Essas entidades ecumênicas ao adentrar no debate sobre os tipos de violências de gênero, além de propor uma discussão interna sobre os tipos de violência (física, psicológica, sexual e patrimonial) como são classificadas na Lei Maria da Penha, conseguem, por meio da sua intersecção, acrescentar a violência religiosa como problema social a ser enfrentado pelas

⁷⁴Nem Tão Doce Lar.

religiões.

No entanto, como relata Rogério Aguiar da Fundação Luterana de Diaconia, esse processo da entidade FLD trabalhar com violência doméstica sendo uma organização de caráter confessional ainda hoje causa desconfianças dentro da esfera da sociedade civil, grupos feministas e movimentos sociais, esse processo acontece justamente pelo fato da compreensão essencializada construída em torno da Religião, o que dificulta no primeiro momento aproximar esses campos.

Por meio dessa metodologia “Nem Tão Doce Lar” a instituição FLD expandiu sua atuação na temática de gênero, geograficamente a exposição pode alcançar várias cidades do país levando a exposição como forma de problematizar a violência doméstica, sua articulação com os atores coletivos e com o poder público a fim de criar parcerias para atender às mulheres vítimas de violência doméstica nos equipamentos disponibilizados pelo estado. Vejamos o que diz Rogério Aguiar:

Dentro desta metodologia ela tem um potencial ou potencialidade muito grande e é uma característica muito interessante da metodologia da "Nem Tão Doce Lar", pois ela consegue acessar a organização da sociedade civil, movimentos sociais e coletivos, e ao mesmo tempo ela consegue acessar o público das igrejas. Então é uma metodologia que fala para dois espaços e o mais interessante ao meu ver é que ela consegue reunir esses públicos dentro de uma formação de aproximadamente oito horas de duração dentro do mesmo espaço, por exemplo (Rogério Aguiar, Fundação Luterana de Diaconia, 2021).

Nessa sua fala ele comenta sobre a preparação realizada pela FLD no momento pré-exposição que a organização realizada com a equipe que irá mediar a exposição, ou seja, multiplicadores. Antes da exposição acontecem oficinas formativas como forma de preparar os educadores, expandindo expressivamente o número de pessoas formadas para organizar a mostra quanto para acolher e mediar com os visitantes. A exposição é interativa e os visitantes têm a oportunidade de narrar suas experiências cotidianas no que diz respeito às histórias de violências sofridas.

Nesse aspecto, a exposição “Nem Tão Doce Lar” por ser uma metodologia que busca denunciar a violência doméstica sofrida por mulheres e, principalmente, mulheres religiosas, cumpre com o papel de além de denúncia, trabalha também em articulação com o poder público a fim de sensibilizar o mesmo na construção de políticas públicas sobre gênero e programas de acolhimento para mulheres, além de programas de proteção e atendimento aos diversos modelos familiares constituídos na sociedade brasileira.

Além dessa ação desenvolvida, encontramos também editais de projetos do ano de 2012, voltado para “Economia Solidária e Comércio Justo” e “Diaconais” que a organização apoio a fim de atingir os seguintes públicos: “Grupos de economia solidária, com ênfase no público mulheres.” (EDITAL FLD, 01/2012)⁷⁵ e “Crianças, adolescentes, jovens, mulheres” (EDITAL FLD, 03/2012)⁷⁶.

Em ambos os editais do referido ano encontrou-se a proposta da instituição em trabalhar com seus parceiros que acessam esses recursos a temática da superação da violência doméstica e do fortalecimento do protagonismo das mulheres.

Ao pesquisar esses editais identificou-se que a entidade exigia como critérios a serem cumpridos pelos grupos, os seguintes itens: “Elaboração e gestão participativa do projeto com o protagonismo do público envolvido”; “Inclusão de um dos seguintes temas de forma transversal no projeto: “Equidade de Gênero”, “Superação de violências e preconceitos” e “Protagonismo” (temas transversais da FLD). Relevância do projeto para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a diversidade étnica, cultural e religiosa (EDITAL FLD 01/2012).

Nesses editais a temática de gênero surge de maneira transversal e os grupos de mulheres e movimentos sociais que acessam esses recursos são exigidos deles que na implementação das ações realizadas com os recursos da FLD seja contemplada a justiça de gênero. Ou seja, esses pequenos projetos financiados pela entidade tem como pretensão fomentar a discussão de gênero na sociedade civil e no campo religioso.

Dentre as pesquisas realizadas nesse estudo identificou-se que no âmbito da organização luterana internacional já existia uma agenda de gênero sendo debatida onde foi possível aprovar uma Política de Justiça de Gênero em 2014, dentro da Fundação Luterana Mundial⁷⁷ com objetivos de influenciar outros setores ligados a essa organização.

Esta agenda de gênero foi construída de forma participativa, visando à inclusão dessa temática em toda a comunhão luterana mundial, a partir de uma fundamentação bíblica e teológica que converge com a identidade luterana, oferecendo caminhos de orientações e metodologias para contextualizar projetos e técnicas de ação no âmbito dos continentes e regiões definidas pela área de atuação dessa organização para incorporar os trabalhos sobre

⁷⁵https://fld.com.br/wp-content/uploads/2020/02/Edital_FLD_I2020_Diaconia.pdf

⁷⁶https://fld.com.br/wp-content/uploads/2012/03/EDITAL_FLD_03-2012.pdf

⁷⁷A Fundação Luterana Mundial nos últimos anos tem refletido sobre a igualdade de gênero dentro dos espaços da comunhão luterana, reafirmando a igualdade das mulheres dentro da hierarquia da Igreja, ou seja, possibilitando debates sobre a ordenação das mulheres para cargos de lideranças pastorais e presidências nas instituições governadas pela Luterana.

gênero como prioridade transversal em toda missão luterana.

5.3 POLÍTICA DE JUSTIÇA DE GÊNERO DAS ORGANIZAÇÕES ECUMÊNICAS

A Política de Justiça de Gênero surge a fim de solucionar problemas de desigualdade de gênero dentro da instituição, mas que perpassam toda a sociedade. A partir da articulação em que essas organizações estão inseridas, essa temática de gênero é introduzida como provocação para repensar a estrutura interna e externa das suas ações institucionais.

Por ser organizações fronteiriças que precisam lidar com a sociedade civil e o campo religioso, seu processo não deu sem questionamentos. Pois mesmo o campo ecumênico tendo uma maior abertura para dialogar pautas democráticas, internamente a construção do debate de gênero dentro das organizações passou por muitas idas e vindas, no caso de Diaconia e FLD, percebeu-se que o documento da Política de Justiça de Gênero fundamenta-se em perspectivas sociológica e teológica, vejamos:

A compreensão bíblica da criação do ser humano indica um empoderamento em igualdade para mulheres e homens, sendo que a diaconia profética, política e transformadora deve denunciar todo e qualquer desequilíbrio de poder causador de desigualdade e exclusões, motivadas pelos valores androcêntricos do patriarcado. Diaconia é uma ação libertadora, transformadora uma ação de impacto incidência em realidades e grupos que vivem opressões econômicas, transfóbicas e ambientais (FLD, 2014, p. 15).

O protagonismo das mulheres no movimento de Jesus e nas novas comunidades que foram criadas é evidente. As mulheres seguiam a Jesus, foram testemunhas dos seus ensinamentos e ações (DIACONIA, 2016, p. 6)

Analisa-se que o recurso da utilização de um discurso de gênero fundamentado em uma perspectiva dos estudos de gênero e teológico como fundamentação foi um recurso que as entidades ecumênicas brasileiras utilizaram-se para buscar legitimidade dos seus trabalhos frente a um contexto de questionamentos por parte dos membros das igrejas evangélicas protestantes que elas atendem.

O exemplo da Política de Justiça de Gênero de Koinonia não apresenta essa fundamentação teológica, em vista que a organização não responde a nenhuma religião específica. No entanto, não é qualquer vertente teológica que esses documentos vão buscar respaldo ou legitimidade, percebeu-se que o discurso teológico utilizado foi a Teologia Feminista como recurso para questionar as estruturas de poder e desigualdades de gêneros que sustentam as hierarquias cristãs como ficou evidente nas entrevistas.

A Política de Justiça de Gênero em Diaconia, Koinonia e Fundação Luterana de Diaconia é um documento institucional que consolida a temática de gênero dentro dessas entidades. Estas Políticas são resultado da estruturação dos trabalhos que as organizações realizaram ao longo da sua trajetória com mulheres e de sistematização das suas demandas.

O processo de construção destes documentos normativos das instituições foi bastante mobilizador dentro das organizações, contudo, não se deu de maneira harmônica, pois ao mesmo tempo que existia uma demanda para institucionalizar a temática de gênero dentro das organizações como resposta às demandas das mulheres beneficiárias dos programas desenvolvidos pelas organizações e articulações dessas entidades no contexto da sociedade civil, existia também resistências em trabalhar a temática de gênero por parte das lideranças das igrejas evangélicas protestantes que estão associadas.

No entanto, diante das entrevistas e análise dos sites das organizações identifica-se que o tema de gênero entra na agenda institucional das organizações ecumênicas brasileiras por meio da inserção dessas instituições em redes de ativismo social, como é o exemplo da ACT Alliance⁷⁸.

A ACT Alliance, organização global ecumênica que, em interação social com as organizações ecumênicas brasileiras e outros países que enfrentam a questão da desigualdade de gênero de forma latente, em articulação na esfera global da sociedade civil foram criando, envolvendo-se com a temática de gênero nas instâncias da sociedade civil ao ponto de construir uma Política institucional sobre Justiça de Gênero. O processo articulatório das agências brasileiras e ACT Alliance se dá em um marco temporal da sociedade civil onde a sociedade global é questionada sobre as estruturas de poder desiguais que as mulheres e grupos minoritários são submetidos.

A resposta a essas demandas se deu por meio de uma agenda de trabalho de gênero para dialogar globalmente com os parceiros associados. Ou seja, toda organização aliada à ACT tem o compromisso de criar nas suas instituições uma Política de Justiça de Gênero, contudo, esse processo não é uma imposição do global para o local, mas no decorrer das entrevistas analisou-se que as instituições, antes dessa agenda global, já trabalhavam em projetos locais com a questão de gênero, mas ao associar-se a essa articulação de caráter global elevou sua visibilidade em um cenário internacional⁷⁹.

⁷⁸Inclusive, o tema das “Novas Masculinidades” que atualmente as organizações pesquisadas têm trabalhado também é resultado dessas interações internacionais.

⁷⁹Em relação ao global e local é necessário salientar que a realidade social brasileira das organizações

A Política de Justiça de Gênero da Fundação Luterana de Diaconia⁸⁰ foi aprovada em 2014 e tem como proposta ser um documento normativo e estratégico dentro dessas instituições que buscará trabalhar de maneira transversal e interseccional a temática de gênero dentro da instituição. A Política de Justiça de Gênero da Fundação Luterana de Diaconia é um documento que foi influenciado pela experiência da Fundação Luterana Mundial. Contudo, seu conteúdo foi organizado a partir de um processo interno de reflexão da equipe técnica da instituição. Vejamos:

O que eu percebo é que dentro da Fundação esse tema já era um tema caro, bem antes da política existir. Esse tema de gênero já é bastante caro na Fundação em função da própria proposta da Fundação. Como ela é também uma instituição vinculada confessionalmente à IECLB e a Igreja Luterana, especificamente, tem no seu mandato ou no seu jeito de ser Igreja ecumênica um dos seus princípios, então isso passa para suas instituições ao qual ela tem vínculo (Renate, FLD 2020).

Visando propiciar a realização de relações de gênero justas e igualitárias, considerando nelas um potencial transformador das relações sociais; nesse sentido, busca oportunizar a valorização igualitária de mulheres e homens, gerando acesso, de modo equilibrado, aos espaços de poder e governança da instituição e suas parcerias.

Em Koinonia, o processo de discussão e conhecimento encontrou lugar a partir de 2003, quando a questão de gênero passou a ser elemento de referência e integração programática, junto com outros temas como HIV/Aids, juventude e formação e foi colocada como desafio para o Plano Estratégico 2004-2009.

Em 2014, é aprovada a Política de Justiça de Gênero como eixo transversal do plano estratégico da instituição válida de 2016-2021, com o objetivo para alcançar a equidade de gênero dentro da instituição e promover o debate dentro do movimento ecumênico, e movimentos sociais com os quais a organização tem compromisso, analisou-se que a organização adotou uma perspectiva de gênero em uma compreensão que integra um envolvimento mais efetivo com a população travestis, transsexuais e LGBTQIA+. Como afirma uma entrevistada:

Então, quando eu cheguei em Koinonia uma das primeiras tarefas que eu tinha responsabilidade foi exatamente o processo que já estava acontecendo: o processo de construção de discussão de seminários e

ecumênicas reivindicou da organização global uma Política de Justiça de Gênero como percebe-se na periodização temporal da criação das Políticas nas instituições.

⁸⁰Documento da Política de Justiça de Gênero da Fundação Luterana de Diaconia. Disponível em: <https://fld.com.br/wp-content/uploads/2019/06/Pol%C3%81tica-de-Justi%C3%A7a-de-Ge%C3%82nero.pdf>

oficinas para a realização da Política Institucional de Gênero de Koinonia. Então, eu cheguei em 2007, a linguagem nesse processo passou a ser parte do meu cotidiano de vida e de trabalho. Mais recentemente, em 2017, na verdade, fizemos uma revisão na Política e o meu trabalho também tem a ver com redes ecumênicas, redes da sociedade civil, nacional como internacionalmente (Marília, Koinonia, 2019).

O tema LGBTQIA+ dentro de Koinonia também é muito presente desde sua formação com trabalhos com a população até mais recentemente, como afirma um dos entrevistados:

O Congresso LGBTQIA+ veio um pouco nesse sentido, já fazia algum tempo que a gente não tinha nada muito focado na intersecção entre Religião e Sexualidade. Eu tinha no final do ano passado feito uma proposta para Ester, da gente fazer uma consulta em Koinonia sobre a política de sexualidade das igrejas no Brasil. Então, eu queria chamar essas igrejas para verem como elas estavam para fazermos um diagnóstico de como estava e como poderíamos incidir nesse espaço, era uma visão mais institucional. Assim eu chamaria também as igrejas inclusivas e tal, mas era mais para fomentar esse diálogo, assim fortalecer os grupos que dentro das igrejas estivessem trabalhando esses temas (Alexandre Pupo, Koinonia, 2019).

Em Diaconia, a Política de Justiça de Gênero foi aprovada em 2016, mas assim como as outras duas organizações a temática de gênero estava presente nos projetos realizados pela organização. A temática de Justiça de Gênero foi reconhecida no Plano Decenal 2010-2019, sendo abordada na primeira linha estratégica da missão da organização, que trata dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA).

Importante salientar que nos nossos dados foi identificado que as três organizações pesquisadas são signatárias dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DHESCA, o que nos possibilita a partir dos dados identificados levantar a hipótese de que o debate de gênero, de forma mais estruturada na agenda dessas organizações, entra no discurso institucional por meio da inserção dessas organizações nas articulações e envolvimento com os movimentos sociais e grupos de mulheres.

Está presente também de forma transversal nas demais linhas estratégicas institucionais. Vejamos o que afirma o entrevistado:

O tema de Justiça de Gênero vem em decorrência do nosso trabalho sobre Violência contra as mulheres, a palavra “Gênero” não era algo que era muito discutido dentro da organização e em algum momento a gente fazia uma reflexão que a própria conjuntura ou talvez o próprio contexto não discutia até por a gente ser uma organização de inspiração cristã e no início o trabalho era voltado para dentro das Igrejas e gênero é mais amplo sobre a violência contra as mulheres. Esse tema não transitava muito dentro da organização e ele era sempre toda essa discussão entre relação justa entre homens e mulheres, toda essa discussão sobre igualdade e equidade era

muito fruto do enfrentamento da Violência contra as Mulheres, inclusive tinha o programa chamado PAAD (JOSELITO, Diaconia, 2021).

A Política de Justiça de Gênero em Diaconia apresenta princípios estratégicos a serem adotados pela organização para assegurar que a Justiça de Gênero seja uma prática na instituição e auxilie para que grupos e entidades parceiras se comprometam e estabeleçam relações justas de gênero. Vejamos o que diz a Política de Justiça de Gênero de Diaconia:

No aprofundamento das análises temáticas sobre os DHESCAS [sic], decidiu-se construir uma Política de Justiça de Gênero que tem como objetivos “promover, internamente, o estudo e o debate da temática de gênero; contribuir para fomentar a justiça de gênero nas mais variadas instâncias da Diaconia; e fomentar a abordagem do tema com as parcerias para que elas atuem na promoção da justiça de gênero” (Diaconia, 2016, p.1)⁸¹.

Atualmente, um dos temas que têm sido abordados nas três organizações é o de “masculinidades transformadoras”. Ou seja, o debate sobre masculinidades começou e coincidiu com as necessidades institucionais das organizações em desenvolver trabalhos com homens na perspectiva da promoção da Justiça de Gênero, dentro do guarda-chuva da Política Institucional de Justiça de Gênero de cada uma.

Como nossa proposta de pesquisa tem como premissa a análise do discurso de linha francesa, é interessante analisar que o discurso sobre a temática de novas masculinidades dentro das organizações ecumênicas surge a partir do contexto de inserção social destas instituições no cenário global. Nas entrevistas, por exemplo, analisou-se que a formação sobre “Novas Masculinidades” realizada pela agência internacional cristã, Tearfund, é marcada no discurso institucional das organizações por meio da agenda que as organizações passam a incorporar nos seus trabalhos a partir desse processo formativo.

Em Diaconia, o tema sobre masculinidades apareceu por intermédio da organização internacional evangélica de ajuda humanitária britânica Tearfund⁸². Pois essa organização internacional cristã promoveu formações, cursos, encontros e criou metodologias de trabalho para lidar com a temática, convidou as instituições pesquisadas para realizarem essas formações para serem facilitadores locais dessas metodologias e com isso fomentar o debate e replicar essa temática no território onde as organizações atuam.

A gente participou desse curso, fizemos esse curso e a partir desse curso a

⁸¹Disponível em: https://issuu.com/diaconiabrasil/docs/pol_tica_de_justi_a_de_g_nero_diacono

⁸²Site: Disponível em: <https://learn.tearfund.org/pt-pt/resources/footsteps/footsteps-101-110/footsteps-106/transforming-masculinities-tearfund-approach-to-ending-sgbv>.

gente também foi provocado pela própria Tearfund, fomos desafiados também. Montamos um curso chamado “Masculinidades Transformadoras: relações justas entre homens e mulheres”, e aí a gente percorreu no início do ano passado (2019) os quatro territórios de Diaconia fazendo essa formação onde foi uma experiência muito, muito rica, porque foi de fato evidenciando cada vez mais a necessidade de aprofundar o trabalho com os homens sobre as masculinidades, sobretudo, homens de igrejas. E entendendo que muitos desses homens replicam comportamentos machistas e estruturas patriarcais porque não tiveram oportunidades de fazer reflexões que os convide ou os despertem para outra perspectiva ou outra possibilidade do exercício da sua masculinidade (Joselito, Diaconia, 2021).

As organizações ecumênicas, ao investirem neste processo formativo sobre a temática das masculinidades no campo religioso, para tratar sobre gênero,⁸³ pautaram outras reflexões sobre masculinidades na justiça, na equidade, na defesa da vida das mulheres e denunciaram o caráter machista da masculinidade estrutural, impregnada no processo de socialização dos corpos. Isso contribuiu para articular o debate de gênero no campo feminista e religioso.

Um dos entrevistados, de Diaconia, afirma que os resultados do debate sobre novas masculinidades foram bastante reveladores. Vejamos:

Na [Região] Metropolitana [do Recife], vamos dizer assim, a discussão é extremamente teológica, um embate o que a Bíblia fala sobre o que é ser homem, varão, e o que a Bíblia nos convida a fazer uma reflexão contextualizada, e aí, um embate bem difícil, mas também eu poderia dizer que necessário. Essa nossa experiência só vai evidenciar que a gente de fato precisa intensificar nosso trabalho com masculinidade, porque a experiência que temos é uma experiência que, eu diria que, é mais ou menos assim: começamos a estudar o tema entre nós e cada vez mais vai aparecendo nos trabalhos que temos feito com as mulheres; e aí começamos a estudar mais sobre o tema. No estudo do tema, a gente se depara com Tearfund, que também está estudando e proporcionando formação sobre o tema e essa formação nos dá subsídios. Iniciamos o trabalho de forma mais estruturada (JOSELITO, Diaconia, 2021).

Levando em consideração que a agenda de gênero surge nos discursos das organizações ecumênicas por intermédio da inserção nas redes de ativismo, parcerias com o poder público e articulação dessas organizações na esfera local, nacional e global, podemos afirmar que a temática de gênero que traz como guarda-chuva o debate das novas masculinidades, confere um potencial de alcance articulatório entre a sociedade civil e as lideranças masculinas das igrejas evangélicas.

⁸³Na ACT Alliance, organização global a que as três organizações estudadas são associadas, também foi encontrada a temática sobre “masculinidades transformadoras”, como podemos verificar neste site da instituição: <https://actalliance.org/gender-masculinities>.

5.4 O DEBATE DE GÊNERO NAS REFLEXÕES INTERNAS E AÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES

No primeiro objetivo específico deste trabalho, identificamos que o surgimento do debate de gênero nas organizações ecumênicas entrou no discurso institucional das ONGs por diferentes vias, seja pela influência dos movimentos sociais que elas estão em diálogo constantemente ou organizações parceiras, principalmente agências multilaterais. Ou seja, as políticas internacionais de cooperação internacional impactam de maneira relevante a atuação dessas ONGs, pois ao disputarem os recursos desses editais como União Europeia, Fundo Monetário Internacional, entre outros, recebem orientações e condicionalidades para desenvolver ações que priorizem a temática de gênero.

Essa introdução da pauta de gênero nestas organizações têm possibilitado uma mobilização interna e externa que influencia o seu cotidiano e atuação delas. Em Diaconia, por exemplo, no processo de reestruturação da instituição no ano de 2011, num momento de incorporação de novos eixos de atuação, a instituição passa a incorporar a temática de Justiça de Gênero na sua agenda. Então, Justiça de Gênero deixa de ser uma discussão que aparecia nos projetos e passa a ser uma linha temática de intervenção da Diaconia.

Esta decisão institucional, ao admitir Justiça de Gênero como linha temática dentro da organização, permite que ela passe a realizar uma série de reflexões internas. Do ponto de vista interno, coloca para Diaconia uma série de demandas, tais como, uma maior compreensão do debate de gênero e a organização de uma agenda para realizar uma intervenção com maior intencionalidade no que refere-se à temática de Justiça de Gênero. Vejamos o que afirma um dos entrevistados:

Precisava fazer com que esse tema deixasse de ser algo por dentro dos projetos para ser uma linha temática que conseguisse ter mais expressão, inclusive, aprovando projetos específicos para essa temática. Eu diria que um dos projetos específicos aprovados que impulsionou essa discussão foi um projeto realizado junto com a Igreja da Suécia, foi um projeto de três anos (Joselito, Diaconia, 2021).

Os programas das igrejas europeia ou agências internacionais ecumênicas também foram porta de entradas para a permeabilidade nas organizações ecumênicas brasileiras, pois esses editais ou projetos específicos disponibilizam recursos financeiros para que as entidades desenvolvam no contexto local projetos na área de gênero como forma de criar uma sensibilização nas igrejas e sociedade civil a respeito da desigualdade de gênero.

Ou seja, analisa-se que a partir da inserção do tema Justiça de Gênero no Plano Decenal de Diaconia que ocorreu entre 2010-2019 e reforçado pelo projeto: **“Justiça de Gênero: mulheres e homens unidos na promoção da equidade, dignidade e inclusividade”** desenvolvido por Diaconia a partir da parceria estabelecida com a Igreja da Suécia é possível perceber como esses projetos de agências internacionais deixam marcas no discurso institucional que é mobilizado posteriormente após as experiências de cada trabalho como compromisso com a temática. Como podemos perceber no documento de Diaconia sobre esse processo:

Desta experiência resultaram frutos importantíssimos de estímulos ao trabalho com igrejas para a defesa de direitos das mulheres, impulsionando a atuação com Justiça de Gênero, revelando diferentes abordagens e perspectivas metodológicas que facilitam o diálogo e o envolvimento na denúncia das violências e proclamação da Justiça de Gênero (DIACONIA, 2016, p. 5).

Esse envolvimento de Diaconia trouxe demandas internas para a instituição, como formação técnica especializada sobre o debate de gênero, articulação entre Diaconia e coletivos de mulheres⁸⁴, além de propulsionar o debate entre lideranças religiosas.

Diaconia tem uma atuação de estado considerando os espaços de mobilização política, articulação e incidência política, e aí eu integro o Conselho de Segurança Alimentar, a Articulação Brasileira do Semiárido; automaticamente a gente faz uma atuação a nível de estado também (Risoneide, Diaconia, 2021).

Essas formações e articulações que essas organizações vão envolvendo-se faz com que as mesmas sofram influências internas nas suas agendas, novas temáticas circulam nas organizações. Em 2020⁸⁵, Diaconia realizou a oitava edição da campanha **“Sou uma Mulher de Coragem”**, em parceria⁸⁶ com grupos, igrejas e organizações de base comunitária e eclesial, e trouxe como tema: **“Sou uma mulher de coragem. Somos muitas, Somos uma!”**. A campanha tinha como principal objetivo fortalecer as mulheres de igrejas a respeito da importância de lutarem pelos seus direitos enquanto protagonistas de suas próprias histórias e

⁸⁴Nas bases territoriais onde existe um escritório de Diaconia, esta tem buscado estar articulada com redes de mulheres. No Recife, por exemplo, encontramos uma forte parceria da organização com o Coletivo Vozes Marias. No Sertão do Pajeú/PE, com o grupo de mulheres “Flor do Mussambê”. No Oeste Potiguar/RN, com o grupo de mulheres “Unidas pela Paz”.

⁸⁵Em virtude do quantitativo de ações que estas organizações realizam não será possível abordar todas elas aqui. No entanto, selecionei as atividades mais importantes para ilustrar o argumento que tenho desenvolvido no texto.

⁸⁶Sobre a atuação em parcerias de Diaconia Disponível em: <https://diaconiabr.medium.com/manifesta%C3%A7%C3%B5es-e-palestras-em-igrejas-marcaram-lan%C3%A7amento-da-campanha-sou-uma-mulher-de-coragem-da-2d107729b6df>

das comunidades de fé nas quais elas estão inseridas.

A campanha de 2020 se propôs a atuar dentro das igrejas e de movimentos evangélicos sensibilizando, informando e fortalecendo as mulheres a assumirem e protagonizarem práticas que desconstroem as intolerâncias, e unam as mulheres na defesa de seus direitos, fomentando uma formação para criação de novas ativistas. Em termos gerais, a articulação em torno das edições da campanha conseguiram movimentar o debate de gênero e oferecer espaços de reflexões para as mulheres religiosas, além de criar novas experiências para a Diaconia.

Neste sentido, compreende-se que Diaconia constrói sua atuação e trabalho com a temática de gênero articulada ao contexto social em que está inserida. Como a organização precisa dialogar com a sociedade civil e o campo religioso (notadamente o evangélico), percebemos uma bricolagem metodológica que ela utiliza-se para facilitar a linguagem de gênero dentro dos espaços de atuações, como afirma uma das entrevistadas:

A gente precisa trabalhar a questão teológica, muito junto dessas questões vivenciais no dia-a-dia das mulheres, mas também essas questões científicas, que são trazidas para nós. É um trabalho mais minucioso, não é? Que demanda também uma metodologia diferenciada como a gente fala de mulheres de igrejas, porque é muita culpabilidade não é? (Risoneide, Diaconia, 2021).

Em Koinonia, verificou-se que, assim como Diaconia, também se têm promovido múltiplas atividades dentro do eixo da agenda de gênero. Em 2011, a instituição lançou a campanha **“O Amor Lança Fora Todo Medo”**, fruto do envolvimento de Koinonia na Parada Gay de São Paulo, buscando articular pessoas religiosas de distintas tradições para promover o respeito às diversidades.

Desde aquele ano que a organização tem realizado todos os anos ações em torno da pauta de gênero e LGBTQIA + durante a maior Parada Gay do Brasil, no entanto, quando fala-se aqui de segmentos religiosos não diz respeito à adesão da religião institucionalizada ou todo segmento religioso e, sim, grupos religiosos do campo minoritários, tais como o movimento ecumênico, igrejas do protestantismo histórico, mas ainda dentro dessas igrejas do protestantismo histórico temos segmentos que não aderem as pautas de gênero nem dos direitos sexuais, isto é, essas articulações são realizadas a partir do contexto de ação coletiva que esses grupos minoritários são colocados na sociedade civil.

Desde de 2013, o enfoque da campanha passa a ser o enfrentamento à violência contra a mulher, a partir das ações de produção de conhecimento, disseminação de informações e estímulo de debates sobre o tema. No site, encontramos materiais de divulgação preparados

pela Koinonia para fomentar o debate dentro dos territórios de atuação da instituição. Na Carta Princípio construída pela articulação da campanha, podemos conferir o seguinte:

A Campanha “O amor lança fora todo medo” é promovida por religiosas e religiosos e tem como objetivo principal alertar e denunciar todas as formas de intolerâncias, promovendo a defesa dos direitos humanos e a redução dos índices de discriminação, preconceito e estigmas. A partir da adesão individual, como instituição ou como movimento social, a campanha torna-se uma plataforma de promoção e defesa de direitos para tod@s. Os princípios contidos nesta carta estabelecem parâmetros de adesão, contribuem para o êxito das ações, definem orientações para a expansão e consolidação da Campanha⁸⁷.

A citação da Carta Princípio que foi trazida para análise possibilita corroborar com o argumento que essas ações são inscritas dentro de uma articulação minoritária das religiões e movimentos sociais simpatizantes à temática. Pois, como o campo religioso latinoamericano é marcado por conservadorismos, essas ações coletivas em prol do debate amplo sobre direitos sexuais e reprodutivos não acontecem de maneira massificada dentro das religiões, -, por isso, é preciso entender as teias de discursos que estão sendo produzidas dentro das suas dinâmicas internas.

Deste modo, essa mobilização em torno dessas temáticas tem se dado por uma ação articulada com lideranças religiosas, organizações ecumênicas e sociedade civil e busca promover o respeito às diversidades sexuais, de gênero, étnico-racial, geracional e religiosa⁸⁸ no campo minoritário de articulação. Em 2019, Koinonia realiza em articulação com diferentes lideranças religiosas o Congresso Igrejas e Comunidade LGBTI+, a fim de consultar como as lideranças religiosas têm construído o debate das sexualidades dentro do espaço das igrejas. Como afirma um dos entrevistados:

Eu tinha no final do ano passado feito uma proposta para Ester⁸⁹, da gente fazer uma consulta em Koinonia sobre as políticas de sexualidade das igrejas no Brasil. Então, eu queria chamar essas igrejas para verem como elas estavam para fazermos um diagnóstico de como estava e como poderíamos incidir nesse espaço, era uma visão mais institucional. Assim, eu chamaria também as igrejas inclusivas e tal, mas era mais para fomentar esse diálogo, fortalecer os grupos que dentro das igrejas estivessem trabalhando esses temas (Alexandre Pupo, Koinonia, 2019).

⁸⁷ Carta Princípio encontrada no site da organização Koinonia: <https://kn.org.br/o-amor-lanca-fora-todo-o-medo>

⁸⁸ Esta articulação política construiu coletivamente em plenária uma “Carta Princípio” que demonstra seus posicionamentos e ideias. Vejamos:

http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=515&cod_boletim=28&tipo=Artigo

⁸⁹ Assistente Social de Koinonia

Essa consulta em torno da articulação do 1º Congresso LGBTQIA+ realizado por Koinonia na Cidade de São Paulo além de contar com lideranças do movimento LGBTQIA+ e indivíduos religiosos, teve a participação das lideranças da Igreja Anglicana e o envolvimento efetivo na realização do Congresso por parte da Catedral Anglicana de São Paulo, inclusive, o evento aconteceu dentro do espaço físico da Igreja Anglicana. Em decorrência do evento, os participantes em plenária construíram um documento que encontra-se⁹⁰ no site de um dos parceiros do Congresso: **“Documento do 1º Congresso Igrejas Comunidade LGBTI+: Diálogos Ecumênicos para o Respeito à Diversidade”**, vejamos:

Nós, pessoas reunidas no 1º Congresso Igrejas e Comunidade LGBTI+, realizado na cidade de São Paulo, na Paróquia da Santíssima Trindade da Diocese Anglicana de São Paulo/IEAB, entre os dias 20 a 22 de junho de 2019, e coorganizado por Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço, produzimos a seguinte Carta de São Paulo:

Afirmamos que pessoas lésbicas, gays, bissexuais, assexuais, travestis, transexuais, não binárias, intersexo, queer e outras expressões de gênero, assim como toda e qualquer pessoa, têm direito de buscar a Deus, o sagrado, a espiritualidade, a fé, a verdade, o amor em qualquer espaço religioso, principalmente em suas tradições de origem. Esse direito não é exclusivo das pessoas cisgênero, heterossexuais e brancas. Afirmamos que as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, assexuais, travestis, transexuais, não binárias, intersexo, queer e outras expressões de gênero, assim como toda e qualquer pessoa, têm direito a ler, estudar, interpretar a Bíblia e outros textos sagrados e produzir teologia, em diálogo com suas comunidades, com sua história, com suas leituras de realidade, suas experiências de vida, fé, sofrimento, alegria e esperança. Esse direito não é exclusivo de homens cisgênero e de pessoas heterossexuais e brancas (Carta do 1º Congresso LGBTI).

Nesse aspecto, esses grupos minoritários de pessoas e lideranças religiosas por meio da manifestação nesse congresso e outras esferas da sociedade civil conseguem tensionar o discurso religioso hegemônico a partir de suas experiências de sexualidades vivenciadas na esfera da vida cotidiana. Consequentemente, esses discursos que circulam no interior da estrutura religiosa nos possibilita analisar a Religião como uma construção discursiva, que é escrita no contexto e dentro das relações sociais.

Em 2020, a instituição organizou um curso de “Escuta Ativa e Empática” para mulheres religiosas, em decorrência das altas taxas de violência doméstica no período da pandemia do coronavírus, além de uma campanha voltada para mulheres religiosas, cujo tema

⁹⁰ Site que encontra-se a carta manigesto: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/4790-1-congresso-igrejas-e-comunidade-lgbti-publica-carta-aberta-a-sociedade>

era “**Mulher, vai tudo bem contigo?**”⁹¹. Essa articulação deu-se em parceria com o coletivo de mulheres *Evangélicas Pela Igualdade de Gênero*⁹², a fim de possibilitar instrumentos técnicos e teóricos para acolher mulheres vítimas de violência doméstica, além de fomentar o debate nas igrejas. Essa atividade foi realizada a partir da Rede Religiosa de Proteção à Mulher Vítima de Violência - ação Koinonia.

A Fundação Luterana de Diaconia, além de apoiar ações voltadas para temática de gênero por meio do Programa de Pequenos Projetos, realiza uma série de trabalhos na promoção da Justiça de Gênero. O projeto de mulheres catadoras, intitulado pela FLD de “**Mulher Catadora é Mulher que Luta**”, por exemplo, aprovado em 2014 e com duração de 2015 a 2018, combina qualificação de prestação de serviços na área de reciclagem, relações de cooperação e gestão democrática. Como pode-se analisar na cartilha construída em torno do projeto:

O projeto Mulher Catadora é Mulher que Luta, desenvolvido pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD) em parceria com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) no Rio Grande do Sul, apresenta uma série de ações, combinando a qualificação da gestão democrática das organizações com a promoção de direitos sociais sustentadas na cooperação e na justiça de gênero. Entre essas ações, destacamos a capacitação de catadoras e catadores na área de gênero e em autogestão, o aumento da participação das catadoras em espaços de incidência em políticas públicas, a conscientização e o enfrentamento à violência doméstica e ao trabalho infantil e a elaboração de planejamento estratégico e aquisição de equipamentos (FLD)⁹³.

Ou seja, observa-se que por meio deste projeto a FLD com recursos da União Europeia consegue além de capacitar profissionalmente mulheres em situação de vulnerabilidade social consegue promover Justiça de Gênero e se colocar na esfera pública como um ator social que gera transformações efetivas nas suas ações e trabalhos.

Pois suas intervenções estão focalizadas na promoção de direitos sociais e no fortalecimento das organizações, entre as quais a elaboração de planejamento estratégico e aquisição de equipamentos. É um projeto financiado pela União Europeia e a Fundação Luterana de Diaconia que, ao acessar esses recursos, é responsável por administrá-los,

⁹¹Link da cartilha do curso e campanha: <https://kn.org.br/escuta-ativa-eig-koinonia>

⁹²Evangélicas Pela Igualdade de Gênero é um coletivo formado por mulheres evangélicas que atuam na defesa e promoção das mulheres evangélicas e religiosas a fim de que estas possam praticar sua religião com dignidade, sem opressão e desigualdade. O grupo tem se articulado mais sistematicamente a partir de São Paulo. No entanto, tem se expandido em rede por outras regiões do país. Site da organização: <https://mulhereseig.wordpress.com>.

⁹³ Não foi encontrado na cartilha o ano de publicação do caderno.

auxiliando 24 associações e cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul.

Essas organizações têm um impacto social relevante para o contexto social em que estão inseridas, justamente por estarem na fronteira entre a sociedade civil e o campo religioso. É por meio delas que o debate sobre gênero permeia alguns espaços das igrejas, em vista de que elas são balizadoras entre esses dois espaços. Diante de uma situação de fechamento de diálogos em relação ao debate de gênero no espaço religioso, essas organizações contribuem para aberturas e inclusão de debates necessários.

Desta maneira, estas experiências de mobilização da agenda de gênero nas ONGs ecumênicas auxiliam na construção da subjetividade política dessas organizações e como instituições interdenominacionais, propiciam ampliar seus quadros e estender o seu universo de parcerias, interagindo em fóruns de discussões, redes, organizações ecumênicas e parcerias governamentais.

5.5 O IMPACTO DA AGENDA DE GÊNERO EM DIACONIA, KOINONIA E FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA

Para atender ao segundo objetivo específico deste estudo, buscamos entender como a introdução da agenda de gênero nas organizações constitui demandas e reflexões que requisitaram à estrutura organizacional uma reestruturação dos seus eixos de trabalho. Observou-se a partir das entrevistas e da análise documental como as organizações articulam-se para efetivar na prática o debate de gênero.

Identificou-se que elas estão conectadas aos movimentos sociais, redes de ativismo sobre Direitos Humanos, Econômicos e Sociais, fóruns de discussão temáticos, além de permear relativamente o contexto das igrejas cristãs.

Com a participação dessas organizações em redes, em nível nacional e internacional, a temática de gênero, além de exigir uma agenda externa para atender seu público-alvo, criou uma necessidade da equipe técnica ser multiprofissional e desenvolver competências no amplo debate relacionado aos estudos de Gênero. Isso tem possibilitado que a equipe técnica à frente das atividades passe por formações para ser facilitador e multiplicador das metodologias dos cursos e atividades que estas parcerias realizam para difundir a temática de gênero.

Nas entrevistas, percebemos que as equipes das três organizações participam

constantemente de cursos, capacitações, encontros, conferências e reuniões em âmbito nacional e internacional relativas à temática de gênero⁹⁴. Na construção da Política de Justiça de Gênero de Koinonia, uma das entrevistadas relatou que uma organização feminista⁹⁵ realizou assessoria na temática de gênero, para que a equipe técnica, a partir da compreensão do debate de gênero, construísse seu documento institucional, levando em consideração sua especificidade.

Essas reflexões internas sobre a temática de gênero antes da construção da Política de Justiça de Gênero durou em média de três a quatro anos, em capacitações e construção interna. A construção de parcerias em relação aos eixos temáticos das organizações também foi encontrada na Diaconia e Fundação Luterana de Diaconia.

As instituições, quando precisavam realizar formações internas ou construir documentos institucionais de relevância, trocaram experiências com organizações feministas da sociedade civil ou até mesmo do campo ecumênico. Na Fundação Luterana de Diaconia, o curso de **“Promotoras Legais Populares”**⁹⁶, realizado pelo Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria (CECA), reverberou dentro da instituição.

A agenda de gênero incorporada na Política de Justiça de Gênero dessas organizações tem provocado questões em relação à estrutura de poder e suas dinâmicas na estruturação dessas organizações. E ampliado a capacidade de análise e de planejamento de ações transformadoras das relações de gênero, em vista que a realidade atual das instituições há um documento normativo que estimula a prática e relações justas de gênero, contudo, esse movimento para uma mirada de relações justas de gênero dentro das organizações não se dá sem impasses e resistências.

Isso acontece criando tensões dentro do campo ecumênico e das igrejas evangélicas protestantes que fazem parte dos Conselhos Diretores dessas organizações ecumênicas. Como foi exposto nas entrevistas, trabalhar a temática de gênero dentro do movimento ecumênico brasileiro exige estratégia de sensibilização e de convencimento para ser implementada, pois

⁹⁴No processo de implementação da Política de Justiça de Gênero houve muitos encontros, formações e debates, internamente e entre os parceiros, que tiveram papel fundamental na socialização desse tema. A partir dessas formações, alguns encaminhamentos foram realizados para construir esse documento.

⁹⁵Sempre VIVA Organização Feminista -SOF. Site: <https://www.sof.org.br/a-sof>

⁹⁶Este curso foi apoiado financeiramente pela IECLB em vista da necessidade das organizações mantidas pela Igreja formarem-se na temática. Então, foi realizada uma parceria com o Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria, de São Leopoldo, o curso reuniu pessoas de diferentes cidades do Rio Grande do Sul e foi dividido em três módulos. Na programação, foram trabalhadas questões de direitos humanos, direitos das mulheres e a lei Maria da Penha, como afirma uma das entrevistadas. Site do CECA: <http://www.ceca-rs.org>.

ainda que as estatísticas de órgãos de pesquisas demonstrem a permanente desigualdade das mulheres dentro do mercado de trabalho, as taxas de violências domésticas, que também atingem e mulheres religiosas, há resistências por parte das lideranças religiosas, mesmo aquelas enquadradas dentro do campo minoritário, em aceitar como agenda legítima a ser desenvolvida por essas organizações.

Diante disso, a equipe técnica dessas organizações buscam estratégias para permear as entidades com o discurso de desde a criação de uma Política de Justiça de Gênero, principalmente em Diaconia e Fundação Luterana de Diaconia até a utilização discursiva teológica para, respaldada pela Teologia Femenista, possa legitimar o uso da categoria gênero dentro das suas ações.

Quando analisa-se na Política de Justiça de Gênero, cartilhas produzidas por essas instituições uma linguagem que busca fundamentar-se no campo da Teologia Feminista, percebe-se que a equipe ou membros mais sensíveis dessas entidades à introdução da temática da agenda de gênero, o que busca-se na verdade é mostrar que o que está sendo proposto como agenda de trabalho tem fundamentos dentro de uma perspectiva teológica, ou seja, trabalho diaconal.

Percebeu-se nas entrevistas em Koinonia e Fundação Luterana de Diaconia, os entrevistados das duas organizações trouxeram as tensões ainda existentes em torno de atingir a igualdade de gênero dentro da estrutura institucional, pois, segundo Paulo Ayres de Koinonia, mesmo com as tentativas de engajar-se em diversificar sua estrutura organizacional ainda enfrenta dificuldades em atingir seus objetivos por questões de uma prática de invisibilidade de gênero dentro do movimento ecumênico brasileiro, como a pesquisadora Duarte (2018) identificou na sua análise sobre a invisibilidade das mulheres na história do Movimento Ecumênico Brasileiro. Nesse sentido, o entrevistado ao falar sobre a Igualdade de Gênero dentro da organização Koinonia, traz o seguinte:

Hoje em Koinonia, mesmo quando nós temos um corpo de funcionários majoritariamente feminino, mas se você vai na diretoria você vê o peso masculino. Então, eu diria para você o seguinte: mesmo quando nós temos uma Política de Gênero em Koinonia, que tem possibilitado a contratação de mulheres para o seu corpo funcional, o que está claramente expresso na maioria das atividades de Koinonia. A liderança da Ester, em São Paulo; a liderança da Ana, em Salvador; no Rio de Janeiro, a liderança da Marília. A verdade é que em termos do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal, a participação das mulheres ainda é bastante simbólica (Paulo Aires, Koinonia, 2019).

Como demonstra o entrevistado, a agenda de gênero dentro dessas organizações ainda

enfrenta resistências e tensões na concretização plena da igualdade de gênero. No entanto, sem a introdução dessa temática, as estruturas das mesmas iriam permanecer intactas. A partir da introdução da agenda de gênero, as ONGs passam a pensar igualdade de gênero dentro dos espaços internos, reafirmando a igualdade das mulheres dentro da hierarquia organizacional. Ou seja, criam espaços de debates, visando propiciar a realização de relações de gênero justas e igualitárias, considerando nelas um potencial transformador das relações dentro do âmbito das organizações ecumênicas brasileiras.

Essa política institucional de gênero dentro das entidades ressoa nos projetos diretamente realizados com mulheres e a partir dos apoios e parcerias que as instituições realizam a outros grupos de mulheres e movimentos sociais, ao colocar a condicionalidade de gênero para acessar recursos ou apoios. Exige-se nessas articulações que os movimentos sociais cumpram uma porcentagem no que diz respeito a representatividade de gênero.

Nesse sentido, busca oportunizar a valorização igualitária de mulheres e homens, gerando acesso, de modo equilibrado, aos espaços de poder e governança da instituição e suas parcerias. Na Fundação Luterana de Diaconia, as razões para pensar uma Política de Justiça de Gênero surge também para atender uma demanda interna. Vejamos:

O aprofundamento do debate sobre diaconia transformadora, justiça de gênero e gestão democrática; a identificação de um funcionamento sem igualdade de gênero no espaço de gestão da FLD, especialmente na equipe, nas relações entre as áreas programática, administrativa e política, em que mulheres produziam e executavam os programas e projetos e os homens ocupavam o espaço de tomada de decisão política e de recursos; a identificação de uma “arquitetura desigual” no espaço físico de trabalho da FLD (o ex- secretário executivo e administrador estavam instalados numa sala espaçosa, enquanto as assessorias de projetos, na sua maioria mulheres, estavam compartilhando um espaço pequeno); poucos instrumentos ou inexistentes ferramentas para lidar com casos de violência, assédio e desrespeito no âmbito do trabalho, tanto na gestão quanto governança. A importância da formação institucional sobre o tema justiça de gênero, também para o conselho deliberativo e diretoria da FLD; O fato de muitas organizações parceiras atuarem no apoio a projetos com recorte do tema gênero e ao mesmo tempo não terem uma prática institucional interna afirmada em documentos e políticas. A aprovação da política de justiça de gênero da Federação Luterana Mundial incidiu sobre o debate já em andamento na FLD. (Cibele Kuss, secretária executiva da FLD, 2019).

Então, a agenda de gênero tem ampliado a capacidade de análise e de organização da relação de gênero no âmbito da equipe trazendo diretrizes para as ONGs posicionarem-se diante de situações de machismo dentro da equipe técnica, em outras palavras, essa introdução de gênero tem contribuído para mudanças na vida das pessoas que trabalham nas organizações

e na conseqüentemente na estrutura organizacional delas.

As entrevistadas, quando questionadas sobre as mudanças que essa política trouxe no âmbito institucional, relatam que ainda há um grande desafio, que é pensar indicadores internos para mensurar na prática as mudanças, após a implementação da Política de Justiça de Gênero nas organizações. Contudo, apesar da inexistência de procedimentos metodológicos para avaliar o impacto da política, nas entrevistas há avaliações de como era anteriormente e como vem sendo posteriormente. Isso fica ilustrado nas seguintes passagens:

Eu lembro que quando eu entrei em 2002, nós tínhamos cinco assessores, eu era a única mulher naquela época. Foi melhorando lá dentro, então eu fui mudando a cara, mudando o perfil (Ester Lisboa, Koinonia, 2019).

Segundo Ester, existiam poucos instrumentos ou nenhum para lidar com casos de violência, assédio e desrespeito no âmbito do trabalho, tanto na gestão quanto na governança. Após a implementação da Política de Justiça de Gênero, têm mudado as relações sociais de poder e suas dinâmicas no interior das organizações. A Política tem ampliado a capacidade de análise e de organização de ações transformadoras das relações de gênero e tem contribuído com medidas e posicionamentos firmes diante de situações de violação de direitos. As pessoas que trabalham nessas organizações, por meio das formações e debates permanentes sobre gênero, estão mais atentas para trabalharem questões de gênero, e isso tem modificado suas vidas e a vida institucional das organizações.

Essas organizações ainda enfrentam inúmeros desafios, pois, segundo Duarte (2018), a incorporação da agenda de Justiça e da Igualdade de Gênero no movimento ecumênico brasileiro ainda é controversa e há muitas contradições. Em vista de que, ao mesmo tempo em que existe um ideal utópico de busca da unidade cristã e de seu papel na mobilização de valores democráticos modernos para concepção de uma nova sociedade, existe também um campo em disputa discursiva sobre Gênero no campo religioso, com o qual estas organizações precisam dialogar, uma vez que são fronteiras entre o campo da sociedade civil e religioso.

Segundo Gebara (2000), as religiões, principalmente as cristãs, em diversas situações, não foram apenas um lugar de violência, mas de justificação do sofrimento e subjugação das mulheres. Nesse sentido, a mediação da categoria Gênero dentro do campo religioso possibilita que as relações sociais também sejam transformadas, ainda que de maneira gradativa.

Portanto, em meio aos desafios, essas instituições estão na fronteira, buscando construir processos internos de igualdade de gênero. Como as organizações estão inseridas

num contexto fronteiro de articulação com movimentos sociais e igrejas, elas precisam envolver, nas suas iniciativas, diferentes públicos e isso possibilita que suas ações promovam diálogos amplos. Assim, essa temática, além de modificar as relações internas das organizações, também tem a capacidade de influenciar outras organizações parceiras.

Uma das iniciativas mais recentes de coalizão e atuação dessas organizações ecumênicas dentro da esfera da sociedade civil é representada na construção da articulação política em torno da **Plataforma Pela Reforma do Sistema Político**⁹⁷, seja de forma direta por meio das organizações Koinonia, Fundação Luterana de Diaconia ou do Fórum Ecumênico ACT Brasil, na qual Diaconia também é representada, e que agrega uma maior quantidade de representações de outras organizações.

A Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político é uma articulação dos Movimentos Sociais que desde 2004, tem atuado como finalidade de transformar a maneira que o sistema político brasileiro está organizado institucionalmente. Na época, surgiu como ação coletiva agregando as mais variadas tendências sociais em torno da discussão sobre a conjuntura e os anseios sociais. No entanto, ainda hoje permanecem articulados e as entidades ecumênicas e religiosas brasileiras são atores importantes nesse processo articulatório em torno da plataforma⁹⁸.

Antes do Encontro Nacional que ocorreu em 2019, na cidade de Brasília, as entidades que constituem a plataforma tinham colidido sua atuação em torno de cinco eixos de incidência, a saber: Fortalecimento da democracia direta, Fortalecimento da democracia participativa, Aprimorando a democracia representativa: sistema eleitoral e partidos políticos, Democratização da informação e da comunicação e Democratização e transparência no poder judiciário, no entanto, uma decisão em plenária foi transformar esses eixos em 11 temáticas. Destaco três delas que envolvem essas organizações e frentes religiosas: Laicidade do Estado e Diversidade Religiosa, Sistema político e os Direitos LGBTQI+ e Mulheres nos Espaços de Poder.

⁹⁷ Site: <https://reformapolitica.org.br/#>

⁹⁸ Dentro do campo ecumênico e religioso essas são as entidades que fazem parte da Plataforma Pela Reforma do Sistema Político: Cáritas Brasileira, Fundação Luterana de Diaconia, Koinonia -Presença Ecumênica, Coordenadoria Ecumênica de Serviço –CESE, Conselho de Missão entre Povos Indígenas –COMIN (ligado a FLD), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil -CONIC, Evangélicos pela Justiça, Evangélicas pela Igualdade de Gênero, Fórum Ecumênico ACT Brasil –FEACT-Brasil, Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, ISER - Instituto de Estudos da Religião, Pastoral da Juventude do Meio Popular, PAD –Processo de Articulação e Diálogo, Rede Jubileu Sul Brasil, Visão Mundial, ou seja, nem todas essas entidades e frentes foram pesquisadas na presente pesquisa, mas sinaliza a força política que as mesmas exercem na esfera pública e impacto de fomentar o debate de gênero entre outras temáticas envolvendo Religião e esfera pública.

Ou seja, a temática de gênero a partir de uma Política de Justiça de Gênero dentro das organizações também é mobilizada em torno de ações políticas concretas dessas entidades na esfera da sociedade civil brasileira por meio de um ativismo que mobiliza a temática de gênero e as interseções da religião. Contudo, sua atuação não se dá apenas na esfera nacional, mas suas atuações também acontecem em nível internacional nas organizações internacionais e Comissões de Direitos Humanos Internacionais. Vejamos:

No dia 11 de novembro de 2019, em Quito, Equador, as organizações Paz e Esperança e IPRODES, do Peru, e Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, membro do Fórum Ecumênico ACT Brasil apresentaram em audiência pública da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) um relatório denunciando o perigo das pautas anti direitos e discursos de ódio na agenda dos Direitos Humanos e no avanço de políticas públicas. A falácia de gênero, que chamam de “ideologia de gênero” e a apropriação por discursos fundamentalistas, com atenção para as narrativas religiosas, seguem promovendo retrocessos que se agravam e avançam em toda América Latina e Caribe. Como recentemente a Bolívia, em que a Bíblia e a arma são usadas para tomar o poder de um governo eleito democraticamente (Site de Koinonia).

O trabalho de incidência pública que essas organizações realizam produz discursos que circulam dentro dos espaços que estão inseridos permeando-os e sensibilizando-os para uma prática de gênero de forma mais assertiva e impactante para os grupos e comunidades atendidos

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início desta dissertação, fui motivada a analisar como o debate de gênero tinha emergido dentro de organizações ecumênicas brasileiras, mais especificamente em Diaconia (Recife), Koinonia (Rio de Janeiro) e Fundação Luterana de Diaconia (Porto Alegre), localizadas em diferentes regiões do país e com distintas estruturas organizacionais. Desta forma, buscou-se analisar como essas organizações mobilizam nas suas agendas institucionais a temática de gênero e articulam um ativismo em torno da pauta de gênero dentro do campo ecumênico, considerando também as articulações externas e transnacionais

Para conseguir responder aos nossos objetivos específicos, buscou-se caracterizar as atividades de formação das organizações no que se refere ao debate em torno da noção de gênero, que inicialmente surgiu dentro das organizações a partir dos programas sobre violência doméstica, HIV/AIDS e Igrejas. Mais recentemente, as instituições ecumênicas têm se especializado, por meio de assessorias externas sobre o debate de “novas masculinidades”, em decorrência das parcerias nacionais e internacionais as quais estão articuladas..

Em seguida, investigamos como a compreensão sobre a temática de gênero se apresenta mediante os discursos institucionais — oral e documental — de seus representantes; e, por último, analisamos as contribuições dessas instituições para a equidade de gênero dentro do campo ecumênico.

Na análise da literatura pudemos identificar que os estudos de gênero e religião no Brasil ainda estão focalizados na tradição religiosa predominante no país e os estudos sobre gênero e ecumenismo não foram devidamente tratados pela literatura, o que nos desafiou a articular nosso campo de análise com uma literatura sobre as organizações religiosas e suas formas de atuação.

Essa literatura, por sua vez, nos mostra que um conjunto importante dessas pesquisas avalia como positivo o papel que essas instituições desempenham na formação de capital social, visto que, segundo esses pesquisadores, essas organizações por estarem permeadas na realidade social do público alvo que almejam atingir têm o potencial de aproximar-se mais com esse público, garantindo eficiência na aplicação dos projetos de serviço social que elas executam.

O debate de gênero nas organizações ecumênicas brasileiras nos possibilitou compreender como essa temática tem sido operacionalizada no cotidiano das organizações e impactado o campo das lideranças religiosas e da provisão social no país, uma vez que sua

agenda de trabalho tem como objetivo fomentar a discussão de gênero entre as lideranças religiosas, e suas ações estão voltadas para atingir mulheres vítimas de violência doméstica no campo religioso, garantir direitos da população LGBTQIA+ e outras temáticas introduzidas pela agenda global, a partir de organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional ou Banco Mundial.

Entretanto, a Política de Justiça de Gênero nas entidades ecumênicas brasileiras, enquanto documento diretriz para promoção da igualdade de gênero dentro da estrutura organizacional e como temática transversal que perpassa todas as ações das instituições, não se deu sem tensões e questionamentos por parte dos membros das Igrejas que estão associados ao Conselho Diretor de Diaconia e Fundação Luterana de Diaconia. Como forma estratégica para alcançar a efetividade da agenda de gênero dentro das instituições, as pessoas responsáveis pelo processo de condução da temática de gênero dentro das organizações buscavam legitimidade a partir do discurso da teologia, aportado pela Teologia Feminista, enquanto validação da atuação do seu trabalho enquanto processo diaconal.

Enquanto documento, a Política de Justiça de Gênero dentro dessas organizações, não é compreendido como um papel estático e, sim, a partir dele as entidades ecumênicas passam a construir ações articulatórias na sociedade civil nacional e transnacional buscando sensibilizar gestores, agentes públicos em torno da construção de políticas públicas em torno da temática de Gênero.

O projeto da Fundação Luterana de Diaconia, por exemplo, “Nem Tão Doce Lar”, em articulação com os movimentos de mulheres e feminista na cidade de Porto Alegre e nas cidades que recebem sua participação, tem buscado reivindicar ao poder público a construção de casas de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica, inclusive, a FLD passa a encaminhar também as mulheres religiosas, vítimas de violência doméstica no âmbito das Igrejas.

No entanto, por questões de limitações de uma dissertação, não foi possível abarcar o universo de todas as relações em que estão inseridas as organizações, nem era pretensão da nossa parte realizar esse esforço. Por meio dessa pesquisa, que se propôs analisar o surgimento do debate de gênero em três organizações ecumênicas brasileiras, alguns questionamentos importantes para pesquisas futuras foram levantados.

A primeira questão trata das relações transnacionais na atuação dessas organizações, em torno da pauta de gênero e outros temas emergentes (como a temática das relações étnico-raciais), que têm mobilizado essas organizações e outras do campo ecumênico brasileiro.

A presente pesquisa possibilitou uma análise de como a pauta de gênero é mobilizada externamente, enquanto ativismo social, e de como a temática tem impactado internamente a estrutura organizacional dessas instituições. Com as reflexões internas sobre Justiça de Gênero e Equidade, os colaboradores e colaboradoras dessas organizações passaram a refletir e criar mecanismos para alcançar a igualdade de gênero dentro das organizações.

A inserção da agenda de gênero nessas organizações realinha potencialmente toda a estrutura organizacional, pois seus trabalhadores/as são exigidos a pensar a partir do contexto interno sobre as condições de implementação dos projetos que desenvolvem no seu cotidiano institucional.

O segundo elemento que precisa ser salientado foi a transformação histórica da relação do Estado brasileiro com a sociedade civil, que mediante uma reorganização e novo *modus operandi*, contemporaneamente, tem trazido uma nova perspectiva que tem como elemento as parcerias públicas e privadas na oferta de serviços essenciais à população. Apesar da grande literatura sobre a ambivalência dessas parcerias, implicando em focalização, heterogeneidade de metodologias (e mesmo de objetivos) e vieses de várias ordens na relação com as pessoas beneficiadas, é preciso análises mais amplas do lugar das organizações ecumênicas nesse contexto.

Acerca disto, as organizações ecumênicas, enquanto instituições da sociedade civil e eletivas por prestarem um serviço social de sensibilização e advocacy em torno da pauta de gênero e efetivação dos direitos sociais, são compreendidas como entidades parceiras do poder público na construção e mobilização de políticas públicas.

Pois, enquanto ONGs que atuam dentro do campo religioso minoritário e sociedade civil, elas possuem credibilidade em acessar recursos públicos por apresentarem-se dentro das exigências que o Estado Brasileiro exige para acessar esses recursos. O fato de essas entidades ecumênicas apresentarem um corpo técnico especializado na construção de projetos para editais públicos torna-os competitivos no acesso ao recurso público. Na medida em que essas instituições conseguem ganhar financiamentos para cumprir suas atividades, analisa-se que o poder público ou o Estado, observam esses atores como eletivos para cumprir as exigências estabelecidas para concorrer aos editais públicos.

No entanto, mesmo que o objetivo da pesquisa não tenha sido analisar a visibilidade pública das entidades ecumênicas brasileiras por parte dos setores públicos, locais, estaduais e nacional, é um campo de análise para pesquisas futuras que possam aprofundar essa interface da visibilidade pública que essas organizações ecumênicas exercem. A intersecção das ONGs

de cunho religioso minoritário não é levada em consideração pelo poder público onde elas exercem atuação quando as mesmas buscam recursos financeiros para implementação das suas ações. Assim, uma análise mais aprofundada poderá contribuir no entendimento e debate sobre a participação democrática de grupos religiosos dentro de uma perspectiva democrática, ou seja, nos modos Republicano.

REFERÊNCIAS

- ABUMANSSUR, E. S. Ecumenismo na América Latina: entre o mercado e o deserto. **Numen: Revista de estudos e pesquisas da religião**, v. 13, nº1-2, 2010, pp 137-150. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21819>. Acesso em: 4 abril 2021.
- ABUMANSSUR, E. S. 1956-Do Ecumenismo ao diálogo inter-religioso / Edin Sued Abumanssur. São Paulo: Recriar, 2020.
- ABUSHARAF, R.M. ‘**Gender justice and religion in sub-Saharan Africa**’, in T. Banchoff and R. Wuthnow, eds, *Religion and the Politics of Human Rights*, New York: Oxford University Press, pp. 129–156, 2011.
- ACT Alianza, **POLÍTICA DE JUSTICIA DE GÉNERO**, 2017. Disponível em: <https://actalliance.org/wp-content/uploads/2017/08/ACT-Alliance-Gender-Justice-Policy-2017-SP.pdf>.
- ALVES, R. **Protestantismo e Repressão**. São Paulo: Ática, 1979.
- ALBUQUERQUE, J. M. S. A mulher na Igreja da América Latina depois do Concílio Vaticano II. **Parallelus - Revista de Estudos de Religião**, v. 1, nº 2, p. 53-77, nov. 2012.
- ALMEIDA, G. M. F. F. Articulações discursivas em torno da construção das Conferências de Políticas para as Mulheres em Pernambuco. **Tese** (Doutorado em Sociologia). Recife: UFPE, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34257>. Acesso em: 4 abril 2020.
- ALLEN, H. Village Savings and Loans Associations – sustainable and cost-effective rural finance. *Small Enterprise Development*, 17.2006. <http://dx.doi.org/10.3362/0957-1329.2006.009>
- ALVAREZ, Sonia E. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, p. 533-540, 2003.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **cadernos pagu**, p. 13-56, 2014.
- AGUIAR, R. O.. Nem tão doce lar. **Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião**, v. 5, n. 2, p. 120-125, 2019.
- AKDEDE, S. H., & Hotunluoglu, H. Economic development and religiosity: An investigation of Turkish. *International conference on economic issues in a globalizing world*, Izmir 2008.
- AZEVEDO, Damião Alves de. Partidos Políticos, Organizações Religiosas E Instituições Confessionais: sua adequação ao novo Código Civil e a continuidade de convênios públicos. **Revista CEJ**, v. 10, n. 32, p. 101-107, 2006.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BEECHENO, K. Faith-based organizations as welfare providers in Brazil: The conflict over gender in cases of domestic violence. *Social Inclusion*, 7(2), 14–23, 2019.

BARCELOS, Luiza da Costa Peixoto. *Irmãs de fé e luta: um breve estudo sobre redes feministas evangélicas*. 2018.

BRADLEY, T. *Religion and Gender in the Developing World: Faith Based Organizations in India*, London New York: I.B. Tauris, 2011.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030**. Editora Vozes, 2020.

BUSH, Evelyn. The problem of categories: Exploring religion and NGOs through survey research. **Religion, NGOs and the United Nations**, p. 39-52, 2017.

BENTHALL, J. The Palestinian Zakat Committees 1993-2007 and their contested interpretation. PSIO Occasional Paper. 1/2008 Geneva, 2008.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 165-165, 2014.

BERGER, J. Religious Nongovernmental Organizations: An Exploratory Analysis, *Voluntas. International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 14(1), 15-39(25), 2003. <http://dx.doi.org/10.1023/A:1022988804887>

BARRETO JR., R. C. O Movimento Ecumênico e o Surgimento da Responsabilidade Social no Protestantismo Brasileiro. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1 - 2, pp. 273-323, 2010.

BARRETO JR., R. C. Um Convite a Sonhar: a influência de Richard Shaull na formação do pensamento de Rubem Alves, e sua relevância política. **Numen: revista de estudos e pesquisas da religião**, Juiz de Fora, v. 22, n 2, julho, dez, pp.107-122, 2019.

BARRETO JR., R. C. *Evangélicos e pobreza no Brasil: encontros e respostas éticas*. São Paulo: Recriar, 2019.

BAESKE, S. **Mulheres Desafiam as Igrejas Cristãs: década ecumênica de solidariedade das igrejas com a mulher (1988-1998)**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRAKEMEIER, Gottfried. Ecumenismo: repensando o significado e a abrangência de um termo. **Perspectiva Teológica**, v. 33, n. 90, p. 195-195, 2001.

BRAKEMEIER, Gottfried. **Preservando a unidade do espírito no vínculo da paz: um curso de ecumenismo**. São Paulo: ASTE, 2004.

BRAKEMEIER, Gottfried. Reflexões teológicas sobre o ecumenismo brasileiro. **Estudos Teológicos**, v. 31, n. 1, p. 9-19, 2013.

BURITY, J. A. Os protestantes e a Revolução Brasileira, 1961-1964: a Conferência do Nordeste. **Dissertação** (Mestrado em Ciência Política) Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 1989.

BURITY, J. **Religião e democratização no Brasil**: reflexões sobre os anos 80. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 10, n. 2, 1994.

BURITY, J. **Identidade e Política no Campo Religioso**: estudos sobre cultura, pluralismo e o novo ativismo eclesial. Recife, IPESPE/UFPE, 1997.

BURITY, J. Identidade e cidadania: a cultura cívica no contexto de uma nova relação entre sociedade civil, indivíduos e estado. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 15, n. 2, 1999.

BURITY, J. Redes Sociais e o lugar da religião no enfrentamento de situações de pobreza: um acercamento preliminar. **Cadernos de Estudos Sociais** Recife. v. 16, n. 1, p. 29-53, jan./jun 2000.

BURITY, J. “Mudança cultural, mudança religiosa e mudança política: para onde caminhamos?” *In*: BURITY, J. A. (org.) **Cultura e Identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2002.

BURITY, J. “**Religião e redes nas políticas sociais**: legitimando a participação das organizações religiosas”. *Estudos de Religião*, XVII (25): 12-47, 2003a.

BURITY, J. “**Religião e república**: desafios do pluralismo democrático”. *Cadernos de Estudos Sociais*, 21 (2): 23-41, jul.-dez, 2005b.

BURITY, J. **Redes, parcerias e participação religiosa nas políticas sociais no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Massangana, 2006.

BURITY, J. “**Trajetórias da religião e da modernidade**: a narrativa histórica de uma objeção”. *Estudos de Sociologia*, 13 (12): 19-48, 2007a.

BURITY, J. **Organizações religiosas e ações sociais**: Entre as políticas públicas e a sociedade civil. **Revista Antropológicas**, v. 18, n. 2, p. 1, 2007b.

BURITY, J. Republicanismo e o crescimento do papel público das religiões: comparando Brasil e Argentina. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, p. 199-199, 2011.

BURITY, J. **Minoritização, glocalização e política**: para uma pequena teoria da translocalização religiosa. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 30, n. 2, p. 31-73, 2015.

BURITY, J. Políticas de minoritização religiosa e glocalização: notas para um estudo de redes religiosas de ativismo sócio-político transnacional. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, n. 18, 2015.

BURITY, J. A. “Formação, Convencimento e Mobilização: Construção do Povo nas Instituições e Redes Ecumênicas”. *In*: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, A. L. M.;

OLIVEIRA, G. G. S. (orgs.) **A teoria do discurso na pesquisa em educação**. Recife: Ed. UFPE, 2018. P. 361-402, 2018.

OLIVEIRA, G. G. S. (orgs.) Sociologia da Religião no Brasil: artesanias, fronteiras e horizontes. Article · September 2020. Acesso: 18 abril 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Joanildo-Burity>.

BERWALDT, Jean Carlos; AHLERT, Alveri. FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA (FLD): CONTRIBUIÇÕES PARA O ASSOCIATIVISMO RELIGIOSO POR MEIO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 19, n. 2, p. 372-393, 2021.

BUARQUE, Cristina et al. **Perspectivas de gênero**: debates e questões para as ONGs. Recife: GT Gênero, 2002.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Cultura, liderança e recrutamento em organizações religiosas-o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. **Revista Organizações em Contexto**, v. 2, n. 3, p. 102-138, 2006.

CARVALHO DIAS, Agemir. O movimento ecumênico no Brasil contemporâneo: 1980-2000. **Estudos teológicos**, v. 54, n. 1, p. 140-152, 2014.

CARRANZA DAVILA, Brenda Maribel et al. Renovação Carismática Católica: origens, mudanças e tendências. 1998.

CAVALCANTE, Arthur Pereira. É um Luxo Trabalhar com Religião e AIDS! Uma Análise Sobre o Caderno AIDS e Igrejas: Um Convite à Ação no Grupo de Trabalho Religiões do Estado de São Paulo. Pós-Graduação em Ciências da Religião. 2010. Acesso em: 13 abril 2021. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/572/1/ARTHUR%20PEREIRA%20CAVALCANTE.pdf>

CÉSAR, W. Um ecumenismo voltado para o mundo. Esboço para uma história do ecumenismo no Brasil. In: **Caminhos e descaminhos da unidade evangélica**. v.5, n.26, mai-jun, p. 3-4, 1995.

CLARKE, G. Faith-based Organizations and International Development. In Clarke & Jennings (Eds.), *Development, Civil Society and Faith-Based Organizations- Bridging the Sacred and the Secular*. London, Palgrave (2008).

CHOWDHURY, E. 'Religion and gender in the developing world: Faith based organizations in India', *Gender & Development*, Vol. 19, No. 3, p. 503-506, 2011.

COUTO, E. S. "Ecumenismo de serviço." In: ALBUQUERQUE, E. B. (org.), 2008. **Anais do X Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões – "Migrações e Imigrações das Religiões"**. Assis: ABHR, 2008. Disponível em <http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/couto-edilece.pdf>. Acesso em: 4 abril 2021.

COUTO, M. T. Pluralismo religioso em famílias populares: poder, gênero e reprodução. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFPE, Recife.

COUTO, M. T. **A trilha do gênero: pentecostalismo e CEBs.** *Estudos Femininos*, 2: 357-369, 2002.

CORRÊA, Sonia. O conceito de gênero: teorias, legitimação e usos. In: BARSTED, Leila (Org.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011. pp. 339-345. Disponível em: http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf. Acesso em: 16 de maio de 2021.

CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 6, p. 147-177, 1996.

CORRÊA, S. “O conceito de gênero: teorias, legitimação e usos.” In: BARSTED, Leila (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, pp. 339-345, 2011.

CUNHA, M. N. O passado nunca está morto. Um tributo a Waldo César e sua contribuição ao movimento ecumênico brasileiro. **Estudos de Religião**, ano XXI, n. 33, p. 136-158, jul - dez, 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ER/article/view/192/202>. Acesso em 23 marc.2020.

CUNHA, M. N.. Pentecostalismo e movimento ecumênico: divergências e aproximações. **Estudos de Religião**, v. 25, n° 40. p. 33–51, ago, 2011.

CUNHA, M. N.. A revista Paz e Terra: um lugar da memória da comunicação religiosa, ecumênica e política no Brasil. **Horizonte**, v. 18, n. 56, p. 513-541, 2020.

DEERE, Carmen Diana. Objetivos de desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e a distribuição de terra na América Latina. **cadernos pagu**, 2018.

DIACONIA, **Justiça de Gênero e Igrejas Denunciando violência e proclamando direitos**, ORG: GLEIZY GUEIROS ET AL, 2016.

DIAS, Z. M. (Org.) **Memórias Ecumênicas Protestantes – Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência**. Rio de Janeiro: Koinonia - Presença Ecumênica e Serviço, 2014.

DIAS, Z. M. O movimento ecumênico: história e significado. **Numen: Revista de Estudos e Pesquisas da Religião**.v. 1, n. 1, p. 127-163, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21763>. Acesso em: 4 abril 2021.

DUARTE, T. S. **Sobre persistências históricas ou sobre insistentes rebeldias feministas no movimento ecumênico brasileiro**. 316 f.. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

DUARTE. P. C. D. Mulheres, religião e poder: ensaios feministas. **Mandrágora**, v. 24, n° 2, pp. 85–91, dez, 2018.

EBAUGH, H. R., Chafetz, J. S., & Pipes, P. F. Where's the faith in faith-based organizations? Measures and correlates of religiosity in faith-based social service coalitions. *Social Forces*, 84, 2259-2272, 2006. <http://dx.doi.org/10.1353/sof.2006.0086>.

FÁTIMA COLET, Raquel; DE ANDRADE, Rodrigo. Liberdade religiosa e laicidade do Estado no debate e nas práticas da Pastoral da Juventude e da Rede Ecumênica da Juventude. **Caminhos de Diálogo**, v. 5, n. 7, p. 57-62, 2017.

FÁTIMA COLET. Da laudato à communio: interpelações da ecologia integral para a eclesiologia ecumênica. **Caminhos de Diálogo**, v. 5, n. 7, p. 35-42, 2017.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. 2014. Política de Justiça de Gênero. Genebra: [s.n.], p. 38. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/textos/missao-mulheres/politica-de-justica-de-genero-federacao-luterana-mundial>>. Acesso em: Novembro 2018.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. 2010. ESTATUTO DA FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. 2014. Política de Justiça de Gênero. Porto Alegre: [s.n.].

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. 2000a. Código de Conduta.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. 2000b. Carta de Princípios da Fundação Luterana de Diaconia.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. 2018. Regimento Interno da Fundação Luterana de Diaconia, Porto Alegre. Comércio Justo.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. 2011. Estatuto, Plano Trienal 2011-2013.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. 2016. Caderno de Justiça de Gênero e Diaconia Transformadora: superando violências e preconceitos, Projeto Nossas Relações de Gênero: produção de material para formação sobre justiça e equidade de gênero.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL 2017. Fé, Justiça de Gênero e Incidência Pública: 500 Anos da Reforma e Diaconia Transformadora, Org. Cibele Kuss. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL _ . 2012. Nem tão doce lar: uma vida sem violência – direito de mulheres e de homens Organizado por Marilu Nürnberg Menezes. – São Leopoldo/Porto Alegre/Genebra: Sinodal/FLD/IECLB/LWF. Acesso em: 26 janeiro. 2019.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. Caderno de Direitos do projeto Mulher Catadora é Mulher que Luta. <https://fld.com.br/wp-content/uploads/2019/07/caderno-MULHER-CATADORA.pdf>. Acesso em 10 fev.2022

FERNANDA, H. A. C. K.; PÉRSIGO, Ms Patrícia Milano. **Comunicação Empresarial, Políticas de Comunicação**: Caso Fundação Luterana de Diaconia.

FLICK, U. Desenho da pesquisa qualitativa. In: **Desenho da pesquisa qualitativa**. 2009. p. 164-164.

FORTES, J. P. S.; GONÇALVES, A. F. Cáritas brasileira e a Economia Popular Solidária: O Agente de Cáritas e a Caridade Libertadora. **Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v.11, n. 32, pp. 1506-1524, dez, 2013.

FONSECA, André Dioneu; DE FARIAS, Marcilene Nascimento. **Relações de gênero e cultura religiosa**: Um estudo comparado sobre a atuação feminina na igreja evangélica luterana do Brasil e Assembleia de Deus. **Revista de História Comparada**, v. 4, n. 1, p. 6-41, 2010.

GUARNIERI, Tathiana Haddad. **Os direitos das mulheres no contexto internacional da criação da ONU (1945) à Conferência de Beijing (1995)**. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, v. 8, p. 1-28, 2010.

GLYNOS, Jason e HOWARTH, David. *Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory*. Abingdon/New York, Routledge, 2007.

GOHN M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GEBARA, I. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do Mal**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

GEBARA ET AL. **Maria, Mãe de Deus e Mãe dos Pobres**: um ensaio a partir da mulher e da América Latina. **Teologia e libertação**, 1987.

GOHN M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GIL, C. A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HARA, Regina. **Alfabetização de adultos**: ainda um desafio. 1988.

HOCH, Lothar Carlos. **A diaconia na IECLB**: o despertar da Igreja para um ministério esquecido. **Estudos Teológicos**, v. 45, n. 1, p. 21-31, 2005.

JAMES, R. **Handle with Care**: Engaging with Faith-Based Organizations in Development. *Development in Practice*. 21(1), 109-117, 2011.

Jordan, R. **Governing a Faith-Based Organization**: Addressing Unique Challenges in the Boardroom. *Board Leadership*. 45(3), 5-7, 2008.

JONES, B., & Petersen, M. J. Beyond faith-based organizations: critiquing recent work on religion and development. *Third World Quarterly*, (2011).

JÚNIOR, Arnaldo Érico Huff. Richard Shaull pelo ecumenismo brasileiro: um estudo acerca

da produção de memória religiosa. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 2, n. 4, 2015.

JEAVONS, T. H. (1997). Identifying characteristics of “religious” organizations: An exploratory proposal. In J. Demerath III, P. D. Hall, T. Schmitt, & R. H. Williams (Eds.), *Sacred companies: Organizational aspects of religion and religious aspects of organizations* (pp. 79-95). New York: Oxford University Press.

JAMES, R. What is Distinctive about FBOs? How European FBOs Define and Operationalise their Faith. Praxis Paper 22, INTRAC, 2009.

KOINONIA. **Boletim Saúde e Direitos**. Outubro de 2007 – no 4.

KAPLAN, S. Faith and fragile states: why the development community needs religion. *Harvard International Review*, 31, 2009.

KIRMANI, N. and I. Phillips. ‘Engaging with Islam to promote women’s rights: Exploring opportunities and challenging assumptions’, *Progress in Development Studies*, Vol. 11, No. 2, pp. 87–99, 2011.

LACERDA, Marina Basso et al. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados**. 2018.

LEONE, Eugenia Troncoso; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical. **Anais**, p. 1-21, 2016.

LUNN, J. The Role of Religion, Spirituality and Faith in Development: A critical theory approach. *ThirdWorld Quarterly*, 30(5), 937- 951 (2009).
<http://dx.doi.org/10.1080/01436590902959180>

MACEDO, Otacílio Pedro de et al. Da necessidade de um regime jurídico específico às organizações religiosas: um estudo sobre o inciso IV do art. 44 do Código Civil brasileiro. 2011.

MACHADO, M. D. C. 1994. Família, sexualidade e planejamento familiar: um estudo comparativo dos pentecostais e carismáticos católicos do Rio de Janeiro. **XVIII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 1994.

MACHADO, M. D. C. Corpo e moralidade sexual em grupos religiosos. **Revista Estudos Feministas**. v.3, n.1, p.7-27, 1995.

MACHADO, M. D. C. **Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar**. São Paulo: ANPOCS, 1996.

MACHADO, M. D. C. Mulheres e prática religiosa nas classes populares: uma comparação entre as igrejas pentecostais, as Comunidades Eclesiais de Base e os grupos carismáticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 12, nº 34, pp.71-87, 1997.

MACHADO, M. D. C. SOS Mulher: a identidade feminina na mídia pentecostal. **Ciências Sociais y Religión**, Porto Alegre, v. 1, p. 167-188, 1999.

MACHADO, M. D. C; FIGUEIREDO, F.. M. de. Gênero, religião e política, **Ciências Sociais y Religión**, v.4, n. 4, p. 125-48, 2002.

MACHADO, M. D. C.; MARIZ, C. “Religião, mulheres e política institucional: evangélicas e católicas.” In: SOUZA, S. D. (Org.). **Gênero e religião no Brasil: Ensaio feministas**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, p. 45-68, 2006.

MACHADO, M. D. C. Religião, trabalho voluntário e gênero. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, n. 9, pp. 309-326, 2007.

MACHADO, M. D. C; FIGUEIREDO, F. M. Pesquisa com líderes religiosos: questões éticas e metodológicas. **Revista Estudos de Sociologia**, n. 34, v.18, p. 39-56, jan-jun, 2013.

MATOS, M. I. S. **Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.

MENDONÇA, Antonio G. VELASQUES FILHO, **Prócoro. Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo, Loyola, 2002.

MENEZES, Marilu Nörnberg. *Nem tão doce lar: uma vida sem violência – direito de mulheres e de homens* / Organizado por Marilu Nörnberg Menezes. – São Leopoldo/Porto Alegre/Genebra : Sinodal/FLD/IECLB/LWF, 2012.

MIRANDA, Mario. Ecumenismo e instituição eclesial. **Perspectiva Teológica**, v. 37, n. 101, p. 31-31, 2005.

MOREIRA, P. N. **A marginalidade dos estudos de gênero nas Ciências da Religião**.

Mandrágora, v. 25, n. 2, p. 67-78, 2019.. <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MA/article/view/9910> Acesso em: 17 abril 2021

MOREIRA, P. N. **A marginalidade dos estudos de gênero nas Ciências da Religião**.

Mandrágora, v. 25, n. 2, p. 67-78, 2019.. <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MA/article/view/9910>. 17 abril 2021

MARSHALL, K., & Keough, L. Mind, Heart, and Soul in the Fight against Poverty (Washington, D.C.: The World Bank) 2004.

MACEDO, Otacílio Pedro de. “Da necessidade de um regime jurídico específico às organizações religiosas. Um estudo sobre o inciso iv do art. 44 do código civil brasileiro”. Tesis doctoral, Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARIZ, C. Secularização e dessecularização: Comentários a um texto de Peter Berger. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n.º 21(1), p. 25-39, 2001.

MEINCKE, S. O Ecumenismo no Movimento Popular. **Estudos teológicos**, n. 1, p. 65-70, 1991.

NARAYANY, D. *Voices of the Poor: Can Anyone Hear Us?* Washington, World Bank 2000. <http://dx.doi.org/10.1596/0-1952-1601-6>

NAGAMINE, B., HELENA. H. *Introdução à análise do discurso. Campinas: Unicamp, 1994*
NORDSTOKKE, Kjell. Diaconia: uma perspectiva ecumênica e global. **Estudos teológicos**, v. 45, n. 1, p. 5-20, 2005.

NUNES, M. J. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões, **Cadernos Pagu**. 2001

NUNES, M. J. (Org.). **Gênero, feminismo e religião: Sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

NUNES, M. J.. Feminismo, Gênero e Religião-Os desafios de um encontro possível. **Estudos de religião**, v. 31, n. 2, p. 65-76, 2017.

NUNES, M. J.. De mulheres, sexo e igreja: uma pesquisa e muitas interrogações. **Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina**, p. 175, 1994.

NUNES, M. J.. O tratamento do aborto pela Igreja Católica. **Revista Estudos Feministas**, v. 5, n. 2, p. 413-413, 1997.

NUNES, M. J.. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE. A intervenção da hierarquia católica. **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, p. 1237-1260, 2015.

NUNES, M. J.. Direitos, cidadania das mulheres e religião. **Tempo social**, v. 20, p. 67-81, 2008.

NUNES, M. J.. Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 1, p. 294-304, 2006.

NUNES, M. J.. O tema do aborto na Igreja Católica: divergências silenciadas. **Ciência e Cultura**, v. 64, n. 2, p. 23-31, 2012.

NUNES, M. J.. Fim de uma ordem: natureza, lei divina, feminismo. **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, p. 936-936, 2019.

OLIVEIRA, Rafael Soares. **Ecumenismo, direitos humanos e PAZ: a experiência do Fórum Ecumênico Brasil**. FE Brasil, 2006.

ØSTEBØ, Marit Tolo, Haldis Haukanes & Astrid Blystad, “Strong State Policies on Gender and Aid: Threats and Opportunities for Norwegian Faith-Based Organisations,” *Forum for Development Studies*, 40/2, 193–216, 2013.

PADILHA, A.; ALMEIDA, E. L. L. (Orgs.). *A AIDS e Igrejas: um convite à ação*. In: KOINONIA. *Presença Ecumênica e Serviço: programa saúde e direitos*. Projeto AIDS e Igrejas. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2005.

NUNES, M. J.. INCIDENCIA RELIGIOSA EN CLAVE MULTILATERAL: LA PRESENCIA DE REDES POLÍTICAS EVANGÉLICAS EN LAS ASAMBLEAS DE LA OEA. **Revista Cultura y Religión**, v. 14, n. 1, 2020.

NUNES, M. J.. **Religiones, política y Estado laico**. Nuevos acercamientos para el contexto latinoamericano. Bogotá: REDLAD, 2017.

PIMENTEL, T. F. **Articulação local e global das organizações ecumênicas**: reflexões em torno da agenda de gênero da Fundação Luterana de Diaconia, Koinonia e Act Alliance. **MovimentAção**, v. 7, n. 12, p. 57-70, 2020.

PIERUCCI, A. F. Sociologia da religião – área impuramente acadêmica. In: MICELI, S. (org.), *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/ Anpocs; Brasília: Capes. v. 2. p. 237-368, 1999.

QUEIROZ, Ana Maria Cassu. *Ong religiosa – Agente de transformação social?* São Paulo: Editora Reflexão, 2014.

RAISER, Konrad. **O Conselho Mundial de Igrejas e os novos desafios para o movimento ecumênico**. **Estudos Teológicos**, v. 34, n. 3, p. 276-281, 1994.

RAGO, Camila; SILVA, Kezzia; COSTA, Joselito. ABORDAGEM DE GÊNERO DA DIACONIA NO CONTEXTO DO PROJETO ALGODÃO EM CONSÓRCIOS AGROECOLÓGICOS. *Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião*, v. 6, n. 1, p. 60-67, 2020.

RAMALHO, Jether P. *Ecumenismo brotando da base*”. **Revista SEDOC**, n. 11, 1979.

ROSA, Wanderley Pereira. *PROTESTANTES DE ESQUERDA NO BRASIL (1970-1990)*. **REFLEXUS**-Revista Semestral de Teologia e Ciências das Religiões, v. 13, n. 22, p. 555-576, 2019.

RIBEIRO, S.; LUÇAN, L. **Entre (in)certezas e contradições: práticas reprodutivas entre mulheres das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica**. Rio de Janeiro: NAU, 1997.

RODRIGUES, S. S. **Comunidades Eclesiais de Base no Brasil: interfaces entre religião, política e produção do conhecimento**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 1997.

ROHDEN, F. **Feminismo do Sagrado: O dilema igualdade/diferença na perspectiva da teólogas católicas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional - UFRJ, 1995.

SANTOS, Yumi Garcia dos. *A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo*. **cadernos pagu**, p. 401-426, 2006.

SANTOS, Émerson Silva; PEREIRA, Cleyton Feitosa. Políticas de Gênero e Diversidade Sexual: Uma análise do Programa Transcidadania da Prefeitura de São Paulo. **Anais do XI Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidade-CONAGES. Campina Grande: Realize Eventos**, v. 11, p. 1-12, 2015.

NUNES, M. J.. Uma perspectiva epistemológica feminista sobre o movimento ecumênico brasileiro. **Mandrágora**, v. 22, n. 1, p. 3-23, 2016.

NUNES, M. J..Religião e silenciamento do sofrimento: reflexões sobre morte e vida de mulheres em situação de violência. **Estudos de Religião**, v. 34, n. 3 • 337-351 • set.-dez. 2020

SANTOS, L. B. et al. GOVERNANÇA NAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS: RELATO DE UMA PESQUISA. **RAGC**, v. 7, n. 31, 2019.

SEFFNER, Fernando et al. “Respostas religiosas à Aids no Brasil: impressões de pesquisa acerca da pastoral da DST/AIDS na Igreja Católica”. **Ciências Sociais e Religião**, 10 (10): 159-180, 2008.

SERAFIM, M. C; ANDION, C. Capital espiritual e as relações econômicas: empreendedorismo em organizações religiosas. **Cad. EBAPE.BR [on-line]**, v. 8, n. 3, p. 564-579, 2010. Disponível em: <http://goo.gl/aLsHK>. Acesso em: 1º nov.2021

SERAFIM, M. C., & Alperstedt, G. D.As organizações religiosas e suas relações: Uma análise a partir da teoria dos stakeholders. **Revista de Negócios**, 17(2), 21-40, 2012. doi:10.7867/1980-4431.2012v17n2p53-71» <https://doi.org/10.7867/1980-4431.2012v17n2p53-71>

SCHERER, Edoarda Sopelsa; FONTANA, Eliane. A PROMOÇÃO DE DIREITOS A PARTIR DA JUVENTUDE ECUMÊNICA: DIÁLOGOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COM A DIVERSIDADE. **Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, n. 11, 2014.

SILVEIRA, P.M. (Orgs.). *Transcidadania: Práticas e Trajetórias de um Programa Transformador*. São Paulo: Koinonia, 2017.

SHAPIRO, Ian. “Problems, methods and theories in the study of politics, or: what is wrong with political science and what to do about it”. In Ian Shapiro, Rogers M. Smith, Tarek E. Masoud (eds.) *Problems and Methods in the Study of Politics*. Cambridge: Cambridge University, p. 19-41, 2004.

SIDER, R., & Unruh, H. Typology or Religious Characteristics of Social Service and Educational Organisations and Programs. *Non-profit and Voluntary Quarterly*, 33(1), 109-134. <http://dx.doi.org/10.1177/0899764003257494> (2004)

SILVA, Bruna Williana da. Comprometimento organizacional no contexto de organizações religiosas, UFERSA, Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/6210>, 2020.

SILVA, Izaias Torquato da et al. Efeitos de sentido do discurso político-religioso realizado

por jovens: articulação em rede para monitoramento de políticas públicas. 2016.

SOUZA, S. D. de. Gênero e religião nos estudos feministas. In: **Revista Mandrágora: Gênero e religião nos estudos feministas**, 12 (N.E.), p.122-130. setembro-dezembro/2004.

SOUZA, S. D. Trânsito religioso e reinvenções femininas do sagrado na modernidade. **Revista Horizonte**. 5(9):21-29, Belo Horizonte, 2006.

SOUZA, S. D. Violência de gênero e religião: alguns questionamentos que podem orientar a discussão sobre a elaboração de políticas públicas. Mandrágora, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, n. 13, p. 15-21, 2007.

SOUZA, S. D. A relação entre religião e gênero como um desafio para a sociologia da religião. In: **Revista Caminhos**. v. 6, n. 1. Goiânia: jan./jun. 2008.

SOUZA, S.e. AIDS e Religião: apontamentos sobre representações católicas da sexualidade em tempos de AIDS. Estudos Teológicos, São Leopoldo, v. 52, n. 2, p. 333-344, 2012.

SOUZA, S.. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. Estudos de religião, v. 27, n. 1, 2013, p. 177-201. SOUZA, Sandra Duarte de. “Não à ideologia de gênero” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. **Estudos de Religião**, vol. 28, n. 2p. 188-204, 2014.

SOUZA, S.. ‘Eu não sou mulher’: violência doméstica e ética cristã. **Revista Caminhando**, v. 19, n. 2, p. 7-17, jul./dez. 2014

SOUZA, S.. Representações de gênero na literatura evangélica. **Estudos de Religião**, v. 31, n. 3, p. 317-331, set-dez. 2017.

SOUZA, S.; OSHIRO, Cláudia M. Poleti. Mulheres evangélicas e violência doméstica: o que o poder público e a igreja têm a ver com isso? **Caminhos**, v. 16, n. 2, 2018, p. 203-2019. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/6730/3786> Acesso em: 13 abril 2020.

SOUZA, S. Mulheres evangélicas na política: tensionamentos entre o público e o privado. **Horizonte**, v. 13, n. 39, p. 1261-1295,2015.

SOUZA, S.; DIAS, Tainah Biela. A família em disputa: o Supremo Tribunal Federal, a frente parlamentar evangélica e o reconhecimento de uniões homoafetivas. **Revista Estudos de Religião**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 147-164, 2018, p. 162.

SOUZA, S. D.; LEITE, A. G. de A. C.. **DE GÊNERO, RELIGIÃO E MILITÂNCIA POLÍTICA: MULHERES METODISTAS E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL**. **Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 17, n. 3, p. 189-204, 2019.

SOUZA, Darli Alves. COOPERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O PANORAMA DA COOPERAÇÃO ECUMÊNICA COMO FERRAMENTA DE AFIRMAÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS. **Último Andar**, n. 28, p. 086-104, 2016.

Smith, S. R., & Sosin, M. R. The Varieties of Faith-Related Agencies. *Public Administration Review*, 61, 651-670 (2001).

TADROS, M. Faith-Based Organizations and Service Delivery Some Gender Conundrums. Gender and Development Programme. Paper Number 11, United Nations Research Institute for Social Development. Retrieved from, 2010.
[http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/%28httpAuxPages%29/592137C50475F6A8C12577BD004FB5A0/\\$file/Tadros.pdf](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/%28httpAuxPages%29/592137C50475F6A8C12577BD004FB5A0/$file/Tadros.pdf).

TRANSFORMANDO NOSSO MUNDO : A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Objetivo 11. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods11/>. Acesso em 09 de fevereiro de 2022.

TOMAZZONI, Larissa Ribeiro; GOMES, Eduardo Biacchi. Afirmação histórica dos direitos humanos das mulheres no âmbito das Nações Unidas. **Cadernos da Escola de Direito**, v. 2, n. 23, p. 44-59, 2015.

TOLDY, Teresa Martinho; SANTOS, Ana Cristina. Religião, gênero e cidadania sexual: Uma introdução. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 110, p. 43-50, 2016.

TOMALIN, E., ed., **Gender, Faith and Development, Warwickshire and Oxford**: Practical Action Publishing/Oxfam, 2011.

TYNDALE, W. (Ed.). *Visões de desenvolvimento, iniciativas baseadas na fé*. Aldershot: Ashgate, 2006. Disponível em:
<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MA/article/view/10268>

ULRICH, C. B.. Recuperando espaços de emancipação na história de vida de ex-alunas de escola comunitária luterana. 2006. Tese (Doutorado em Teologia), Faculdades EST, São Leopoldo, 2006.

VAGGIONE, J. M. A religião e política no tempo dos direitos sexuais e reprodutivos. (Org.). **Gênero, feminismo e religião: Sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

_____. A religião e a política no tempo dos direitos sexuais e reprodutivos. (Org.). **Gênero, feminismo e religião: Sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

VERÍSSIMO, Maria Aparecida Carvalho et al. A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE DISCLOSURE PARA AS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS. **RAGC**, v. 8, n. 35, 2020.

VILELA, M. A. F. Pablo F. de À. PORFÍRIO; Arthur V. G. G. de BARROS. **A trajetória de João Dias de Araújo em tempo de ditadura**: do Seminário Presbiteriano do Norte à Justiça do Trabalho. **Paralellus**, v. 6, no. 12, pp. 237-250, jan-jun, 2015

VITALE, D; NAGAMINE, *Gênero, direito e relações internacionais: debates de um campo em construção*. EDUFBA, 2018.

VIEIRA, Maria Eduarda Antonino. Feministas: a reconstrução da vivência feminina no enquadramento cristão brasileiro. **Mandrágora**, v. 25, n. 2, p. 79-108, 2019.

VON SINER, Rudolf Eduard. Compromisso com o ecumenismo de justiça—30 anos da Coordenadoria Ecumênica de Serviço—CESE. **Estudos Teológicos**, v. 43, n. 2, p. 126-136, 2003.

VUOLA, E. La ética sexual y los límites de la praxis: conversaciones críticas entre la teología feminista y la teología de la liberación. 2001.

VUOLA, E. ¿Gravemente perjudicial para la salud? Religión, feminismo y sexualidad en América latina y El Caribe. **PASOS**, 15-26. 2006.

VUOLA, E. La Morenita on Skis: Women's Popular Marian Piety and Feminist Research on Religion. In: **The Oxford Handbook of Feminist Theology**. 2012.

VUOLA, E. Feminist theology, religious studies and gender studies: Mutual challenges. In: **Contemporary Encounters in Gender and Religion**. Palgrave Macmillan, Cham, 2016. p. 307-334.

WOLFF, Elias. Caminhos do ecumenismo no Brasil. **São Paulo: Paulus**, 2002.

WOLFF, Elias. Igrejas e ecumenismo: uma relação identitária. **Estudos Teológicos**, v. 45, n. 2, p. 18-30, 2005.

WOLFF, Elias. O ecumenismo no Horizonte do Concílio Vaticano II. **Atualidade Teológica**, v. 15, n. 39, pp. 403-428, set-dez, 2011.

WOLFF, Elias. Divisões na Igreja: desafios para o ecumenismo hoje. **Theologica Xaveriana**, v. 65, n. 180, p. 381-407, 2015.

WOODHEAD, L. Mulheres e Gênero: uma estrutura teórica. **Rever – Revista de Estudos de Religião**, v. 2, n.1, 2002.

WOODHEAD, L. **Gendering secularization theory**. **Social Compass**, v. 55, nº. 2: 189–195, 2008.

WOODHEAD, L. Woodhead, L. “**Secular privilege, religious disadvantage.**” *The British Journal of Sociology* 59 (1):53–58, 2008.

WOODHEAD, L. **The Rise of ‘No Religion’ in Britain**: The emergence of a cultural majority, 2016. In *Journal of the British Academy*. 4, pp. 245-61. Available at <https://www.britac.ac.uk/sites/default/files/11%20Woodhead%201825.pdf>

WOLFF, E. O ecumenismo no Horizonte do Concílio Vaticano II. **Atualidade Teológica**, v. 15, n. 39, pp. 403-428, set-dez, 2011.